

cadernos do terceiro mundo

11

MI E A ÁFRICA

fevereiro 40\$00 Kz 40,00 Esc. 40\$00 PG 40,00 — Ano I-n.º 11

RÃO-CAMBODJA



GRANDES VITÓRIAS POPULARES

ETIÓPIA
DEPOIS DE SALASSIÉ

IEMEN
FALA FATTAH ISMAIL



1
ano
de existência

Nesta edição

2 correio do leitor

4 EDITORIAL

8 novas derrotas do imperialismo — Mohamed Salem

REPORTAGEM ESPECIAL

15 etiópia — a pesada herança do feudalismo — Neiva Moreira e Beatriz Bissio

ÁSIA

33 kampuchea — a segunda libertação de pnom penh

MÉDIO ORIENTE

43 yemen democrático — entrevista com Fattah Ismail

50 egipto — Beguin quer as pirâmides

ÁFRICA

52 FMI e a África — Mário Murteira

57 moçambique — o movimento dos não-alinhados

62 a argélia sem o seu fellah — Eric Nepumoceno

65 sahará — a ofensiva POLISÁRIO — Ricardo Grassi

70 zimbábue — três meses nas regiões libertadas

AMÉRICA LATINA

75 brasil — as relações com a administração Carter

81 costa rica — Somoza ameaça com invasão — Daniel Camacho

86 el salvador — as raízes da crise

95 PANORAMA TRICONTINENTAL

101 CULTURA

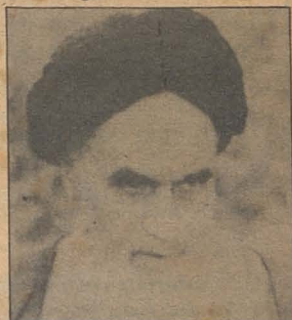
105 INFORMAÇÃO

108 NOTAS ESPECIAIS

116 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

125 ALMANAQUE

cadernos do
terceiro
mundo **11**



a foto do mês

kampuchea



cadernos do terceiro mundo 11

Publicação mensal n.º 11-Fev. 1979

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Chefe de Redacção: Roberto Remo

Edição em Espanhol ano II n.º 27

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português ano I N.º 11

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Mário Osava, Leonel M.,
Manuel Fernandes

Colaboram neste número:

António Almeida, Eric Nepumoceno, Herbert de Souza,
Mário Murteira, Mário Osava, Maurice Jacques, Mohamed
Salem, Ricardo Grassi, Theotonio dos Santos, Ulysses
Estrella.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique 6AMI7, viços da Agência de Informação de Moçambique (AMI), da Inter Press Service (IPS), da Irakian National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas
41-2.º Dto. — LISBOA — 1100

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio
— Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — LISBOA

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64-2.º Dto. Lisboa

distribuidores

PORTUGAL: *Dijornal*,
Rua Joaquim António de
Aguiar n.º 64-2.º Dto.
Lisboa

ANGOLA: *Empresa Nacional de Apoio Técnico do DOR/MPLA/PT*. Praceta Farinha Leitão 27 — Luanda.

GUINÉ-BISSAU: *Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco* — Conselho Nacional da Cultura.

MOÇAMBIQUE: *Instituto do Livro e do Disco*, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: *Ministério de Informação e Cultura Popular*.

MÉXICO: *Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos*, Humbolt N.º 47, México 1, DE — *Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A.* Mier y Pesada N.º 130, México 12, DF. *Metropolitana de Publicaciones* Librerías de Cristal.

FRANÇA: *Libreria Portugaise*, Rue Gay Lussac 33 — Paris. *Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise*, 16 Rue des Ecoles 75005 Paris.

ITÁLIA: *Paesi Nuovi*, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma. *Feltrinelli* Via Monserrato 35/6 Roma. *Uscita* Banchi Vecchi 45 Roma.

SUÉCIA: *Wennergren-Williams AB* S-10425 Stockholm.

HOLANDA: *Athenaeum Boekhandel* Spui 14/16 — Amsterdam.

assinaturas

PORTUGAL

ANUAL (12 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) ou

14 DÓLARES USA

Restantes Países 17 DÓLARES USA

correio do leitor

informação

Sou leitor desde o primeiro número aparecido em Portugal e sinto que devo fazer algo pela sua promoção... porque acho que todos, no nosso país, necessitam de uma informação que chegue fora dos canais do costume, isto é, que não provenha da grande cozinha da informação que o imperialismo montou a nível internacional para nos dar apenas aquilo que lhe interessa.

João Isaac Gomes de
Abreu Ladeira, Funchal,
Madeira, Portugal

direitos humanos

Em África, os Estados Unidos continuam a apoiar os que insistem em perpetuar-se contra a vontade da maioria sedenta de paz e tranquilidade. (...) No Médio Oriente são marginalizados os direitos dos palestinianos (...) Em grande parte da América Latina os homens são massacrados e a vontade dos povos aniquilada (...) Apesar destas manobras, como é que os EUA e o seu presidente se afirmam defensores dos direitos humanos? Nós diremos que defendem os "direitos" imperialistas de Carter e seus pares!

António Rimos Kimussi,
Lisboa, Portugal

novos avanços populares

A história recente tem sido caracterizada por importantes avanços das forças populares, particularmente numa extensa região que vai do Vietnã e do Camboja, do Irão ao Afeganistão, do Iémen à Etiópia, onde o imperialismo se tem visto sistematicamente "corrido" ou, quando muito, afrontado.

O processo etíope, iniciado em Abril de 1974, tem sido alvo de particular controvérsia. Os nossos editores Neiva Moreira e Beatriz Bísio deslocaram-se a Addis-Ababa e contam-nos o que viram, relatando-nos algumas das conversas que mantiveram com altos dirigentes do DERG.

Antes, porém, o leitor poderá ler nestes seus "*Cadernos do Terceiro Mundo*", a propósito da recente reunião dos Bispos da América Latina em Puebla, que contou com a presença do Papa, a difícil encruzilhada em que se encontra a Igreja naquele continente.

Fattah Ismail, secretário-Geral do Partido Socialista do Yemem, deu-nos, em Aden, uma entrevista exclusiva, onde nos traça as principais opções que o congresso constitutivo do partido teve de tomar, bem como o que estava por detrás da intencionalidade de Robaye Ali, ocorrida o ano passado.

Destacamos ainda neste número, um extenso e bem documentado artigo de Roberto Remo sobre a segunda libertação de Penhom Penh e as razões que levaram à queda do repressivo regime de Pol Pot. Mário Murteira, conceituado economista e professor universitário, director da revista "*Economia e Socialismo*", analisa a dívida externa que afecta a maioria dos países do terceiro mundo e o FMI e a África.

Ainda em África, a nossa atenção vai para a Argélia e para o seu futuro imediato após a morte do seu presidente Houari Boumediene e para o Sahara, onde a Polisário lança neste momento uma grande ofensiva militar contra as forças marroquinas. Em Maputo, esteve reunido o bureau dos Não-Alinhados preparando a próxima reunião plenária, a realizar em Cuba no próximo mês de Setembro. Contamos no nosso próximo número dar ao leitor mais pormenores desta importante reunião, mas, para já, procurámos fornecer-lhe as origens do Movimento.

Do outro lado do Atlântico, na América Latina, as relações entre o Brasil e a Administração Carter são detalhadamente analisadas; O que está por detrás da ameaça de Somoza de invadir a Costa Rica, e, ainda, as razões da crise do sistema em El Salvador.

Puebla: que Igreja para a Amér

Bispos de toda a América Latina voltam a reunir-se, após dez anos da realização da Conferência de Medellín, para analisar os problemas do continente latino-americano e efectuar os ajustes doutrinários segundo a sua perspectiva. Trata-se da Terceira Conferência Geral de Bispos da América Latina, iniciada em Puebla, México, no dia 26 de Janeiro último.

Estas reuniões, e o próprio organismo eclesiástico regional, o CELAM, respondem a um imperativo da Igreja Católica no sentido de adaptar os seus princípios gerais, de carácter universal, às diferentes áreas do Mundo em que se implantou. Procuram, pois, uma aproximação da doutrina da Igreja, incluindo a sua esfera social, à realidade da América Latina, o que o mesmo é dizer, às aspirações dos seus povos.

É um facto sobejamente conhecido que a Igreja Católica se associou à conquista da América. A troco do domínio espiritual que procurava exercer, abençoou uma acção «civilizadora» que produziu genocídios em massa, impôs a servidão às massas indígenas e despojou-as dos seus valores tradicionais. Não obstante esta sua posição entrar em contradição flagrante com os seus próprios princípios, em particular aquele que eleva todos os homens à categoria de filhos de Deus, de natureza semelhante e inviolável. Foi por isso que do seu seio surgiram críticos como o insigne humanista padre Bartolomeu de las Casas. Mas sacerdotes como este constituíram uma minoria, a «voz que clama no deserto». A Igreja passou à história como cúmplice da dependência colonial do continente e da exploração dos seus povos. Obtida a independência política, a oligarquia «crioula» manteve incólumes as estruturas económicas e sociais.

ca Latina

Para os povos, a situação real não se tinha alterado. Onde continuavam de pé estruturas feudais assentes num duri regime de servidão, não se levantava a voz do sacerdote — salvo raras e respeitadas excepções — para denunciar aquilo que os ensinamentos da Bíblia apontavam como um escândalo. Pelo contrário, a esmagadora maioria dos sacerdotes prescrevia a obediência incondicional ao senhor, dono de terras e de vidas.

De uma maneira geral a Igreja esteve de lado e acompanhou os regimes conservadores, repudiou as inovações como heresias, calou toda a denúncia da dependência neocolonial. Ausente o seu testemunho social durante quatro séculos e meio, a Igreja implantou-se como símbolo do *statu quo*, não obstante o empenho das suas maiorias progressistas. Acumulou um poder imenso como mediadora dos valores dominantes ante os humildes, a quem inculcou o sentimento da resignação.

A presença inovadora de João XXIII produziu uma alteração substancial: levar a Igreja às suas origens, quando era a religião dos humildes e dos escravos, quando se declarava alheia aos impérios deste Mundo e apenas interessada pelo reino espiritual, teria que produzir um verdadeiro abalo no clero latino-americano.

Com efeito, a Segunda Conferência de Bispos reunida em Medellín teve que encarar um grande dilema: a realidade latino-americana mostra laços neocoloniais, exploração do homem pelo homem, miséria, analfabetismo, violência e repressão, ou seja, um regime em total oposição aos valores proclamados pelo cristianismo. E, na verdade, a Igreja não só não combatera tal estado de coisas, como havia concorrido para a sua instituição.

editorial

Continuar a apoiar a ordem estabelecida equivaleria a negar-se a si mesma, a comprometer o seu futuro e a dissociar-se dos povos. Mas, o oposto, resgatar os valores humanistas e sociais da sua tradição e abraçar as aspirações populares, constituiria uma verdadeira revolução.

Esta deveria passar necessariamente pelo «aggiornamento» da doutrina social e por uma actividade concreta e eficiente do clero em prol das alterações de estrutura. O desafio era tremendo. Mas as prelecções semeadas por João XXIII ainda agitavam os ânimos e a minoria progressista pode marcar presença no encontro. O diagnóstico da realidade continental acabou por constituir no seu conjunto um repositório exacto e corajoso. A linha de acção apontada foi reconhecida como prometedora: esse factor decisivo de poder, que constitui a Igreja Católica, mudaria efectivamente?

Se assim fosse a relação de forças naquela região inclinar-se-ia contra o sistema, e este não se poderia manter intacto, assistir-se-ia a mudanças qualitativas imponderáveis, mas em todo o caso, de uma projecção enorme.

Coerentes com o seu próprio diagnóstico, as suas promessas e a esperança que insuflou, o Papa e os bispos devem realizar agora um profundo exame de consciência. Porque esta foi uma década de decepção. Na América Latina continua tudo como estava, ou ainda pior. Acentua-se a dependência ao mesmo tempo que a exploração e a miséria das camadas mais humildes da população. Os povos mobilizaram-se em muitos países a fim de se libertarem, mas a resposta foi o alastrar de ditaduras repressivas, que invocando valores cristãos procederam às mais graves e massivas violações dos direitos humanos que aquele continente recorda.

Morto João XXIII, a sua corajosa tomada de posição durou algum tempo. Chegou até Medellín. Mas as conclusões dessa Conferência causaram alarme entre os poderes estabelecidos. Com Paulo VI assistiu-se a um longo papado caracterizado pela vacilação: absorveram-se os chamados renovadores, mas de modo a não criar fracturas, a não criar decepções na direita. Por explicável que tenha sido o zelo para impedir as divisões, importa julgar que ele mesmo pôs um freio à renovação.

Neste período os prelados conservadores recuperaram muitas posições perdidas e mostram-se agora decididos a impedir que Puebla siga o caminho traçado em Medellín. Mas, ao mesmo tempo, algumas Igrejas nacionais deram testemunhos valiosos, particularmente na defesa dos Direitos Humanos: o episcopado do Chile e da Nicarágua são dois exemplos de uma atitude de fidelidade doutrínaria que deveria caracterizar o clero no seu conjunto, mas que lamentavelmente não são seguidos por outros episcopados.

Chega-se pois a Puebla com evidente incerteza acerca do futuro da Igreja latino-americana. Incerteza que é acentuada pela presença de um Papa recentemente entronizado, que até agora não esclareceu a sua posição em matérias fundamentais como a social.

Mas os povos esperaram demasiado tempo. Se a Igreja, não obstante os seus lacerantes problemas internos, não reafirma a linha de Medellín e a aprofunda, se não se manifesta de acordo com as exigências sociais, constituirá na prática um factor retardador das mudanças necessárias ainda que estas, tarde ou cedo, com Ela ou sem Ela, acabarão por chegar. Mas uma tal atitude não deixaria de lhe provocar graves consequências. Divorciada das aspirações populares acabará por perder prestígio, arriscará o porvir.

De Phnom Penh a Adis Ababa

novas derrotas do imperialismo

A crise no Irão não é um facto isolado.

Kampuchea, Afganistão, Yemen Democrático e Etiópia completam uma cadeia de avanços populares que modificam o panorama de uma vasta região.



QUANDO o Xá Reza Pahlevi e a imperatriz Farah Dibah tomaram o avião que os levou ao Egipto, encerrou-se um capítulo na vida do Irão. Não significou que a revolução já tivesse alcançado a vitória, mas foi uma nova e severa derrota da estratégia norte-americana que, uma vez mais, tinha apostado em governos autoritários e líderes reaccionários, sem ter em conta os sentimentos e as aspirações dos povos.

Em Washington, especula-se agora se o presidente Carter foi ou não informado correctamente pela CIA e pelos seus di-

Mohamed Salem

plomatas em Teerão sobre o vulcão revolucionário que ardia debaixo dos frágeis cimentos do império. É possível que senadores liberais tentem esclarecer essa possível omissão, através de comissões parlamentares de inquérito, e que os jornalistas inquietos revelem que, em alguma gaveta dos serviços secretos havia uma advertência que não foi levada a sério pela Casa Branca...

Mas o fundo do problema é outro. Advertido ou não sobre os sentimentos do povo iraniano, o governo Carter não podia formular nenhuma política que os atendessem, comprometendo, assim, o seu apoio ao Xá. O que o povo do Irão quer — e o expressa de maneira dramática na insurreição que domina o país — é precisamente o que Carter não deseja: que as empresas petrolíferas transnacionais deixem o país, que os quase cinco mil técnicos e assessores militares do Pentágono tomem o primeiro avião de regresso a casa e que os Estados Unidos respeitem a aspiração nacional por um Irão realmente independente, progressista e não alinhado.

Apesar das aparências, tanto na CIA como no Pentágono, o que sempre houve foi uma confiança ilimitada na capacidade do aparelho repressivo para conter esses sentimentos nacionais. A estratégia do Conselho Nacional de Segurança e do seu mentor, Zbigniew Brzezinski, era consolidar o poder do Xá, não através de uma abertura popular, mas do fortalecimento dos órgãos repressivos das forças armadas e, em especial, da *Savak*, a sinistra polícia política do império.

Os estrategas da Casa Branca comiam, assim, os mesmos erros que já são uma norma de conduta em relação aos ditadores. Ao levar Sadate à capitulação, ao forçar o seu governo a liquidar os últimos vestígios de liberdades públicas, ao dar poder à burguesia egípcia e ao corromper políticos, generais e manipuladores da opinião pública, Washington crê que está a impedir o avanço revolucionário no Egipto. O mesmo sucede no Marrocos, nas Filipinas, na Nicarágua.

A maior concessão que Washington está disposto a fazer é a de substituir um ditador impopular por um governo dependente, que mantenha todas as concessões feitas aos Estados Unidos e seus aliados e actue com aparências de liberalização política, mas sem tocar nos interesses das empresas transnacionais.

UM PROJECTO ECONÓMICO ALIENADO

No caso do Irão, os Estados Unidos nunca se propuseram a questionar o monarca, nem a monarquia, nem sequer



Khomeini: recebido por milhões de pessoas no regresso a Teerão, após quinze anos de exílio

pressionaram a favor de uma abertura política. Eufemisticamente falava-se de uma “modernização” do país. O objectivo era claro: substituir os latifúndios por uma reforma agrária capitalista, que levasse ao campo as grandes empresas, tal como se está a fazer também no Brasil. O projecto industrial procurava substituir as velhas fábricas por instalações modernas, que empregam pouca mão-de-obra local e não produzem para a satisfação das necessidades do povo, mas sim para atender aos sofisticados hábitos de consumo da reduzida camada mais rica.

No plano político, o que se pretendia era fortalecer o poder da aristocracia e de uma burguesia que nascia à sombra dos poços de petróleo. Em nenhum momento o Xá admitiu o pleno funcionamento legal da Frente Nacional, já que esta poderosa coligação de forças populares reivindicava como seu o legado do ex-primeiro-ministro Mohamed Mossadegh, o grande líder que o Xá derrubou há mais de 25 anos. E este legado é fundamentalmente

nacionalista e anti-imperialista. Quanto ao partido *Tudeh*, de orientação marxista, o Xá nunca imaginou que ele pudesse reaparecer publicamente, depois da brutal repressão que sofreu durante o último quarto de século.

Mais: o Xá era pressionado para continuar a armar o país e implantar uma indústria nuclear, na qual participavam os sócios europeus dos Estados Unidos. Assim, enquanto o Irão era forçado a explorar ao máximo os seus recursos petrolíferos para abastecer o consumo norte-americano, japonês, israelita, sul-africano e europeu — mais de seis milhões de barris chegavam a ser extraídos por dia — o país construía ou projectava construir, até 1994, vinte centrais nucleares. O objectivo era produzir energia nuclear para o consumo interno e poupar assim mais petróleo para a exportação, embora este resultasse mais barato.

UM IMENSO ARSENAL

O empenho maior do Pentágono era continuar armando o Irão. O material bélico que o Xá comprou nos últimos anos não tinha nenhuma justificação do ponto de vista da defesa nacional. Mais de quatro mil tanques e carros blindados e cerca de mil aviões de guerra — desde os "Phantom F-4" aos "F-6", cuja esquadrilha custou 2400 milhões de dólares — faziam parte do equipamento que os arsenais norte-americanos e europeus enviavam continuamente para o Irão.

No ano fiscal de 1976-77, o governo iraniano gastou 10 400 milhões de dólares nesse projecto armamentista. De 1973 a 1978, o país recebeu, pela venda do seu petróleo, 85 mil milhões de dólares. Destes, 40 mil milhões — quase a metade — foram destinados à compra de armas.

Chegou-se assim a uma cifra delirante: um gasto militar de 227 dólares anuais por pessoa, com 700 mil soldados mobilizados. A contrapartida desse esbanjamento, que só beneficiou os fabricantes e traficantes de armas, é a pobreza de um povo cujo país produz cerca de 30 mil milhões de dólares de petróleo cada ano.

Sessenta e quatro por cento dos trabalhadores recebem menos de 30 dólares por mês, enquanto as estatísticas proclamam que o rendimento nacional *per capita* é de 2400 dólares anuais. Só este dado

basta para ilustrar a enorme concentração da riqueza.

Os cárceres do Xá estavam repletos de presos. Calcula-se que, no início da insurreição popular, havia 25 mil presos encarcerados por motivos políticos e nada menos que cem mil jovens tinham sido obrigados a emigrar, sem condições de trabalho e actuação política na sua pátria.

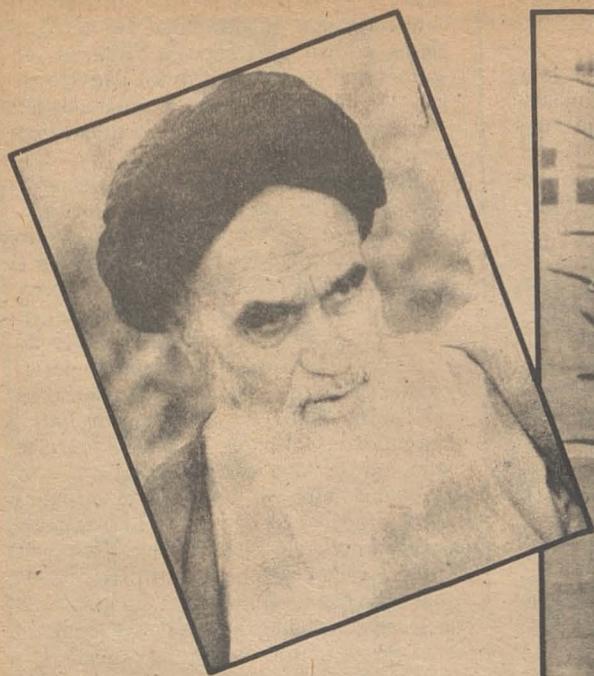
O CERCO À UNIÃO SOVIÉTICA E O PROJECTO IMPERIAL

Para chegar a esse grau de armamento, o Xá partiu de duas premissas: devia representar um papel preponderante no cerco capitalista à União Soviética e constituir-se num "gendarme" para a Ásia Central e Golfo Árábico, dentro de um sistema internacional que tem Washington como centro. O Xá entregou-se com decisão a essas duas missões.

Através de uma frota de guerra em permanente aumento e de uma aviação equipada com os instrumentos mais sofisticados, exercia uma influência crescente no Golfo, onde se apresentava como o campeão do anti-comunismo. Tropas do Xá foram destacadas para o Oman, quando o trono do sultão Qabul esteve na iminência de ser derrotado pela Frente de Libertação do Oman. São cerca de oito mil soldados, sem os quais as forças guerrilheiras, que tinham libertado extensas zonas da província de Dhofar, já teriam derribado e liquidado o regime feudal.

O Kuwait esteve sob ameaça permanente, como os demais Estados Árabes da região. Durante muito tempo, o governo do Xá manobrou contra o regime progressista do Iraque, exercendo uma influência sobre o líderes kurdos para que rompessem os seus laços com o governo de Bagdad. O Iraque deu mostras de paciência nessa relação difícil e foi graças ao seu empenho que se chegou finalmente a um *modus vivendi* entre ambos os países.

A geopolítica de Teerão era ao mesmo tempo de concorrência e de aliança tácita com a Arábia Saudita, o outro bastião reaccionário da área. Mas é indubitável que o Xá não desejava compartilhar o seu poder nem a sua influência, e a cooperação com a dinastia saudita na tarefa de conter os ventos revolucionários na região era-lhe imposta de Washington.



**Que fará o Exército
armado pelo Xá e pelos
Estados Unidos?**



Ambos os regimes se caracterizam pelo anti-sovietismo. O Irão tem uma longa fronteira com a URSS e vende por ano aos soviéticos cerca de 30 milhões de pés cúbicos de gás, transportados num gasoducto de cerca de 1100 quilómetros.

Apesar desse próspero intercâmbio comercial e a cautela soviética nas relações com o seu vizinho do sul, o Xá permitiu que as suas fronteiras albergassem uma cadeia de bases agressivas contra a URSS. Por temer que os seus equipamentos de espionagem electrónica e dispositivos bélicos altamente sofisticados caíssem em mãos não seguras, o Conselho Nacional de Segurança norte-americano recomendou que essas bases fossem desmanteladas, à medida que crescia a rebelião popular no Irão.

A Etiópia, Yemen Democrático e Afeganistão, são alvos prioritários da estratégia de Washington, que como é sabido, não tem nenhuma simpatia pelos gover-

nos progressistas e revolucionários. O Xá exercia uma pressão constante contra esses países pobres mas estrategicamente situados, estimulando todo o tipo de agressão ou conspiração. A aviação estratégica do Irão supera as suas necessidades defensivas e é, de facto, uma ameaça mesmo para países distantes. Entre vários projectos que o exílio do Xá frustrará, está o de instalar uma base para a aviação iraniana na ilha Maurícia, que lhe permitiria controlar, além do estreito de Hormuz onde já tem instalações, a rota petrolífera alternativa do Cabo da Boa Esperança.

O ARCO DE BRZEZINSKI

Tudo isso explica a enorme importância que o futuro do Irão representa para os Estados Unidos e o sistema capitalista. Mercado de armas, guardião dos seus interesses estratégicos, cruzado de uma guerra ideológica, o Xá e os seus mento-

res acreditaram que podiam deter, pelas armas e pela repressão, o avanço da História.

A insurreição revolucionária que convulsiona o Irão compromete esse projecto até às suas bases. Mas não está em jogo apenas o destino deste país. Desde Phnom Penh até Adis Ababa, passando por Kabul, Teerão e Adén, todo o esquema geopolítico dos países capitalistas ocidentais vê-se questionado.

Zbigniew Brzezinski — o único assessor do presidente norte-americano que assistiu à tropical conferência de Guadalupe entre os “quatro grandes”, Carter, Helmut Schmidt, Giscard d’Estaing e James Callaghan — deu ao facto uma expressão gráfica: *“Um arco de crise se estende sobre as costas do Oceano Índico, com estruturas sociais e políticas frágeis, numa região de importância vital para nós, ameaçada pela fragmentação. O caos político resultante bem poderia ser preenchido por elementos hostis aos nossos valores e simpatizantes dos nossos adversários”*.

AFGANISTÃO E KAMPUCHEA

Tomados de surpresa pela revolução afegã, de Abril de 1978, os norte-americanos estão manobrando agora para estimular rebeliões tribais entre as étnias *baluch* e *patão* contra o governo progressista de Kabul. Armas e dinheiro enviados pelos canais tradicionais da CIA foram interceptados pelo governo afegão. Mas nada indica que a estabilidade do governo de Nur Mohamed Taraki esteja seriamente ameaçada. Pelo contrário, o início de reformas de profundo alcance social, a reorganização das forças armadas e a intensa actividade ideológica desenvolvida pelo Partido Popular Democrático fortaleceram a revolução, contribuindo para frustrar a conspiração reaccionária.

A alteração da situação no Kampuchea é outro golpe no projecto geoestratégico dos Estados Unidos. A reacção de Washington é um exemplo do farisaísmo com que se aplica a “política dos direitos humanos” de Carter. Não houve governo mais atacado e criticado no Ocidente pela brutalidade dos seus métodos, que o de Pol Pot. Agora, a diplomacia norte-americana esquece-se disso, finge ignorar que os problemas políticos nesse país têm as

suas raízes na brutal invasão norte-americana-saigonesa ao Camboja, em 1970, e clama contra uma suposta “intervenção vietnamita”, que, no fundo, não foi senão um apoio solidário a uma rebelião popular que terminou por derrubar o governo de Phnom Penh.

Na verdade, o problema tem outra dimensão. A derrota de Pol Pot não é apenas um revés para a política “ocidentalista” de Pequim, mas modifica também o instável “equilíbrio” do sudeste asiático, ao eliminar uma fonte de fricção que desgastava a atenção e os recursos tanto do Vietnam como do Kampuchea. Os países capitalistas da região, agrupados na ASEAN — Tailândia, Malásia, Singapura, Indonésia e Filipinas — dizem sentir-se ameaçados. Ameaçados por quem? Na realidade, nenhum deles sentia simpatias pelos modelos de sociedade implantados em Hanói ou em Phnom Penh. Por outro lado, haviam também normalizado as suas relações diplomáticas com ambos os governos. Ninguém se atreveria a prever seriamente a hipótese de um conflito bélico entre o Vietnam e algum dos países da ASEAN. O que na realidade ameaça estes regimes repressivos é a rebeldia dos seus povos, que, indubitavelmente, se sentirão estimulados pelos avanços revolucionários no Irão e no Kampuchea. É nesse sentido que a queda do regime de Pol Pot é outro golpe nos desígnios imperiais de Washington.

NO MAR VERMELHO

Não é outra a situação na Etiópia e no Yemen Democrático. A posição estratégica destes países, na saída do Mar Vermelho para o Oceano Índico, sempre preocupou o Pentágono. O outro “rei dos reis” da região, Hailé Selassié, foi sustentado pelos norte-americanos e após a sua queda, Washington e os seus aliados fizeram todo o possível por desestabilizar o novo regime de Adis Ababa. Apesar de muitos e complexos problemas por solucionar, é inegável que este se consolidou interna e externamente. A revolução etíope normalizou as suas relações com o Sudão e é possível esperar uma melhoria nos seus vínculos com a Somália, enquanto em Mogadíscio não desapareçam todas as perspectivas de um projecto de mudanças políticas.



Kampuchea: a rebelião dos povos é que ameaça os regimes repressivos

Como na Etiópia, a situação do Yemen não é favorável aos interesses do sistema capitalista. As provocações dos xeiques sauditas e do governo militar do Yemen do Norte foram impotentes para modificar o compromisso dos sul-yemenitas com o seu projecto revolucionário. Pelo contrário, os últimos passos do Partido Socialista Yemenita e do governo de Adén consolidam o apoio popular e fortalecem a sua capacidade de resistir às pressões. A crise do Irão acrescenta, além disso, um elemento de estabilidade em Kabul, Adén e Adis Ababa, ao neutralizar o "gendarme" ameaçador.

Isto significa que o caminho para o poder já está aberto para as forças populares e revolucionárias iranianas? Não de todo.

O Xá não está fazendo turismo no seu deambular por países árabes reaccionários, antes de chegar ao seu exílio californiano, ou a Acapulco, no México. Não é esta a hora apropriada para passeios. O que Reza Pahlevi procura é reactivar a aliança entre os governos pró-norte-americanos da região e encontrar ferramentas de luta que possam servir ao seu projecto de retorno.

Tanto Anwar Sadate como os reis Khaled e Hassan II, da Arábia Saudita e do Marrocos, conhecem as aspirações revolucionárias que animam a luta popular nos seus países. A ideia de um governo firme do Egipto e de monarquias estáveis nos outros reinos ficou muito comprometida com os últimos acontecimentos no Irão.



Yasser Arafat e a resistência palestina olham com esperança os acontecimentos no Irão

Por agora o Xá não busca apoio militar, mas a organização de uma cadeia de influências diplomáticas capazes de actuar na nova situação interna do Irão. A ausência de um partido organizado, com uma clara orientação revolucionária, debilita o processo de mudanças nesse país. A Frente Nacional é um conglomerado de sectores progressistas, alguns de filiação marxista, que está a sair de um longo período de repressão e semi-clandestinidade, e pode enfrentar problemas resultantes da fraca coesão interna.

Mais complexa, ainda, é a relação entre a Frente e os sectores islâmicos de orientação chiita, liderada pelo ayatollah Khomeini. Poucas vezes se produzem movimentos de massas tão profundos e decididos como o que inspira este condutor espiritual de 78 anos, que se converteu numa das figuras centrais do panorama iraniano. Mas dentro do movimento islâmico

co há tendências progressistas e geralmente, situa-se Khomeini entre elas — e grupos ultra conservadores, que sonham com soluções meramente religiosas para um problema dominado por factores políticos. Não será fácil manter a unidade dessa frente anti-monárquica, sobretudo quando há um terceiro dado, o exército, que é maioritariamente fiel ao Xá e cujos chefes eram beneficiários de um sistema de corrupção que Reza Pahlevi estabeleceu com o dinheiro do petróleo e dos negócios.

Novos passos no caminho de uma democratização real do Irão vão depender de muitos factores. Não serão poucas as dificuldades que os líderes da oposição — religiosa e política — terão que superar antes que se forme um governo estável, capaz de abrir as portas à república e à participação popular no governo.

Seja como for, o fundamental está feito: no Irão nasceu um poder popular que foi capaz de levar o Xá ao exílio e que, submergido nas contradições, e até na aparente incoerência das grandes insurreições, ergue-se como uma força com a qual se terá de contar no futuro.

O líder palestino Yasser Arafat recordou recentemente a petulante arrogância de Brzezinski, ao ter afirmado que a reunião entre Sadate e Begin em Camp David tinha sido um "bye, bye, OLP".

"Ele acreditava — disse Arafat — que a capitulação de Sadate conseguiria impôr as condições para a rendição da nossa nação árabe. Mas equivocou-se". A resistência no Líbano a um ataque desencadeado por um terço das unidades de combate do exército israelita, e a posterior Cimeira de Bagdad, mostraram o fracasso dos desígnios norte-americanos.

Agora, com o apoio de Khomeini e dos líderes políticos iranianos à causa árabe, é aos Estados Unidos e aos interesses das transnacionais no Irão, que se pode dizer "bye bye".

Quando Carter opina que os Estados Unidos já não devem ser o polícia do mundo, isso não significa que não o desejem, mas que não podem. E esse é um dado animador da situação internacional, e que deve ser tomado em conta na avaliação de um quadro que a crise do Irão projecta dramaticamente.

ETIÓPIA

REPORTAGEM
ESPECIAL

a pesada herança do feudalismo



No quadro de uma viagem por África, que se estendeu a Angola, Congo-Brazzaville, Moçambique e ao Iémen, no Médio Oriente, os nossos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio estiveram na Etiópia. No momento em que chegavam ao aeroporto de Addis-Abába, o tenente-coronel Mengistu Hailé Marian deixava a capital, para uma viagem que cobriu vários Estados africanos, a União Soviética, bem como outros países socialistas europeus.

Na sua ausência, dois dirigentes da revolução etíope, ambos pertencentes ao Bureau Permanente do DERG (Comité Militar Revolucionário), o major Ndale Tessema e o subtenente de marinha Tamrat Ferede, falaram aos editores dos «Cadernos do Terceiro Mundo», abordando temas muito actuais da revolução etíope.

Entrevistas à dirigentes da organização dos Kebeles, que é uma das estruturas de base do regime, e a dirigentes operários, assim como informações de carácter geral sobre a Etiópia completam esta reportagem, com a qual não se considera que se esgota o tema, mas que, no entanto, pode oferecer novos elementos para a análise de um dos processos revolucionários mais radicais da África dos nossos dias, que se empenha em liquidar a trágica herança do feudalismo e a abrir caminho a uma nova sociedade.

Neiva Moreira e Beatriz Bissio

NO edifício térreo onde funciona o Bureau Permanente do DERG, ou seja o Comité Militar Revolucionário Provisório que lidera a revolução etíope e dirige o governo, a algumas centenas de metros do Palácio Imperial, hoje em obras para se converter num museu, os únicos ruídos que perturbam o silêncio dos modestos gabinetes vêm dos velhos leões de Selassié. São vários e, aí, estão desde que o velho imperador foi derrubado. Porque não se sentem a gosto ou por hábito, o certo é que estão sempre a rugir, como que evocando os velhos tempos em que era para eles o que de melhor existia na Corte.

Mas não é só aí que os leões estão presentes. Mesmo no centro de Addis-Ababa, entre o Teatro Nacional (cujos bilhetes de ingresso, talvez por economia, ainda levam o nome de Selassié) e o grande banco comercial, que constituía a cidadela da nascente burguesia etíope, está um imenso leão de pedra, com a coroa imperial à cabeça. E, mais adiante, o "Black Lion", um hospital relativamente moderno, também está cheio de evocações ao leão de Judá.

O mais expressivo da Etiópia de hoje é que são estas últimas evocações a Selassié, à sua corte e aos seus símbolos. Quando se pergunta ao homem da rua se mantem recordações do imperador, a resposta é só uma: "De modo nenhum. Preferimos esquece-lo. So-

fremos muito no seu tempo."

Os leões não são, no entanto, a única herança da monarquia feudal. A maior de todas é o próprio país que a revolução recebeu: um símbolo de atraso, de exploração, de domínio de uma pequena casta sobre 30 milhões de servos.

O Palácio do imperador ocupa uma enorme área no centro da cidade. Ali, só os áulicos, os homens de negócios, os sócios da monarquia tinham acesso. Nas festas importantes, Selassié aparecia nos bairros, atirando moedas aos miseráveis que se aproximavam da sua carruagem. A ninguém era permitido manter-se de pé frente ao monarca. Uma estudante, que por duas vezes recebeu um prémio escolar das suas mãos, conta-nos que em nenhum momento fixou de perto a figura do imperador. Desde o local em que se encontrava até chegar ao monarca já tinha de caminhar curvada.

E se se levantasse e o olhasse de frente? — perguntámos-lhe.

A Guarda Imperial fazia-nos dobrar a espinha à força, para nos recordar a nossa posição de servo.

O palácio e o Hotel Hilton formavam um verdadeiro oásis de ostentação numa Etiópia faminta e marginalizada. O Hilton está construído no cimo de uma colina que se projecta sobre os 2400 metros de altitude da capital. É um verdadeiro luxo, com enormes salões, restaurantes e piscina. 51 por cento das suas

acções são já propriedade do Estado e dentro dos faustos salões atapetados surgem, já, inscrições representativas dos novos tempos: O imperialismo é o pior inimigo dos povos", ou, "trabalhadores e explorados de todo o mundo, uni-vos!", "uni-vos!".

Dentro de um Hilton, não deixa de ser reconfortante essa mudança...

A ETIÓPIA QUE SE TRANSFORMA

Uma das populações mais pobres do mundo, os etíopes eram, antes da revolução, 90 por cento analfabetos. 85 por cento não recebia qualquer tipo de assistência social, 90 por cento das massas camponesas eram totalmente ignoradas pelo poder público e 85 por cento das pessoas não tinham qualquer tipo de propriedade rural ou urbana.

Em seis províncias do chamado Sahel africano, principalmente Wolo e Tigre, sujeitas a secas rigorosas, eram deixadas sem qualquer tipo de assistência, no tempo da monarquia, mais de um milhão e 200 mil pessoas.

"Durante o período do regime feudo-burguês, a Etiópia era, de facto, um país onde a maioria da população sofria pobreza, fome crónica, enfermidades e analfabetismo, enquanto um pequeno número de exploradores e opressores levava uma vida de luxo, sem ter que trabalhar", declarou o tenente-coronel Mengistu Hailé-Marian, líder da revolução etíope.

Não é necessário fazer muito esforço de imaginação para verificar em qual-



Soldados etíopes

quer parte do país que realmente era essa a situação que se vivia. Na capital, havia 45 leitos hospitalares para crianças e esse serviço só funcionava para os privilegiados da corte.

O governo revolucionário tem procurado enfrentar esses problemas e nesse sentido foram dados importantes passos. A reorganização do trabalho rural é realizada através das fazendas estatais, das cooperativas e das unidades individuais. Nos anos de 76 e 77, foram instaladas em explorações agrícolas, outrora pertencentes à corte ou aos senhores feudais, mais de 255 mil famílias e, embora não se conheçam ainda as estatísticas referentes a 1978, considera-se que esse número cresceu significativamente no ano passado.

Num país camponês como é a Etiópia, não deixa de ser um dado importante. E na Etiópia nem tudo

é zona árida. Há milhares de quilómetros quadrados de terras férteis e rios caudalosos que podem ser utilizados não só para a produção de energia eléctrica, como para a irrigação. Em 52 desses rios estão sendo já projectadas ou iniciadas represas para aquele fim.

Impressionam os dados do censo pecuário: mais de 25 milhões de cabeças de gado, 25 milhões de carneiros, 17 milhões de cabras, além de outros animais, incluindo três milhões de burros e cerca de um milhão de camelos. O que ocorria, e ainda ocorre, é que, marginalizados pelo Estado, abandonados à própria sorte, os seus proprietários o usavam para o sustento familiar, comercializando-o em quantidades mínimas; raramente utilizado para a indústria.

Se esta era a situação no campo, ainda muito mais restrita era a indústria, que

contribuía em apenas 10 por cento para a produção nacional e em apenas escassos 5 por cento no total das exportações. Estão sendo realizados esforços para transformar esta situação e o governo pensa montar no país uma indústria pesada.

Nas áreas urbanas, 409 285 casas foram atingidas pela lei de nacionalização, 390 627 das quais entregues aos Kebeles (associações de vizinhos) para administrar.

O projecto revolucionário etíope necessita de grandes investimentos, organização e longos anos de trabalho. Os dirigentes com quem falamos estão convencidos de que podem, em cinco ou dez anos, transformar a economia nacional e mobilizar toda a potencialidade agro-industrial da Etiópia, no quadro de um plano centralizado de raiz socialista.

OS PROBLEMAS MILITARES

As dificuldades a esse plano não são poucas nem irrelevantes. Um regime feudal, como o que já existia até há quatro anos atrás, deixa raízes e cria uma mentalidade, que não se erradica facilmente. Sobretudo, quando não existe uma estrutura industrial sólida, quando a educação é deficitária e quando as massas marginalizadas não dispunham de qualquer instrumento político através do qual se pudessem expressar.

Hoje, há, na Etiópia, uma mobilização popular e uma evidente mudança de camadas dirigentes. Os sectores civis e militares que se opunham à revolução foram desbaratados. Os seus cabecilhas foram fuzilados, morreram nos enfrentamentos dos primeiros tempos ou estão no exílio. Alguns tentam reorganizar a resistência a partir do Sudão, mas as condições internas e a falta de apoio tornam cada vez mais difícil a sua acção.

Também os grupos esquerdistas que se opuseram

ao regime não dispõem de base popular e de uma organização capaz de enfrentá-lo. Grande parte dos seus quadros desapareceu na luta, estão presos ou no exílio e não foram poucos os que se integraram no processo revolucionário.

É por isso, tudo leva a crer, que nesses dois campos não parece que surjam dificuldades maiores ao regime. Militarmente, a impressão geral na Etiópia é que o DERG está forte, os grupos que se opunham à revolução foram desmantelados e Mengistu conseguiu, de maneira clara, consolidar tanto no campo popular como no militar, a sua liderança.

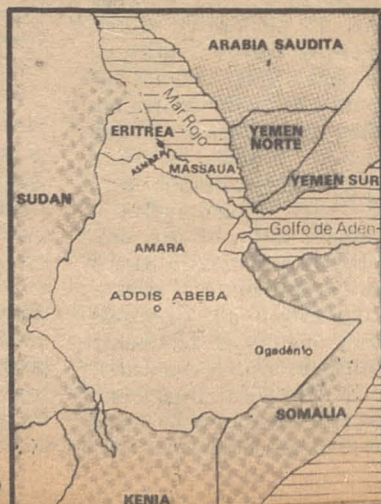
O problema maior que enfrenta a revolução é externo. Há hoje pouca actividade guerrilheira no Ogaden, mas, pela própria presença de uma Somália hostil, com a qual a Etiópia acaba de travar uma guerra, não se pode dizer que ela é uma área totalmente tranquila.

A situação na Eritreia é, contudo, mais complexa. Nos últimos tempos, os sectores esquerdistas, alguns de definição marxista,

que dirigiam a luta pela autodeterminação de Eritreia, enfraqueceram-se consideravelmente, sobretudo pelas dificuldades que enfrentaram no campo internacional. Paralelamente, os grupos de direita, ligados à Arábia Saudita e ao Sudão e, agora, ajudados pelo Egipto e — através do Cairo — pelo mundo capitalista, fortaleceram-se e, por isso mesmo, se mostram pouco sensíveis a qualquer iniciativa de uma solução negociada.

Na Etiópia, esse tema é tratado com extrema discreção. Fala-se em autonomia administrativa da Eritreia, há um esforço de melhorar uma base política de entendimento na região, sabe-se que há contactos com sectores eritreus menos intransigentes, mas nada se conhece a respeito dos resultados.

No entanto, este é um problema candente. A revolução etíope, pelas suas características e pelo país que encontrou, projecta-se como um processo profundo, que pode levar à constituição, numa área decisiva da África, de um Estado socialista radical. Mas também pelas condições do país, a pobreza em que o deixou Selassié, o imenso desafio de mudar uma sociedade com séculos de marginalização e exploração, não pode desviar, indefinidamente, recursos humanos e materiais para enfrentar uma guerra de guerrilhas que, embora militarmente enfraquecida pela vitoriosa ofensiva etíope do fim do ano passado e sem poder de decisão, ainda pode manter-se, nas montanhas, como um factor de perturbação.



a difícil transição para o socialismo

Dois dirigentes do DERG, o major Tessema e o subtenente Ferede analisam a trágica herança recebida, os desafios do presente e as perspectivas das transformações revolucionárias. Ambos insistiram em que os «verdadeiros marxistas estão com a revolução» e que não há repressão à esquerda, mas sim uma discussão aberta e democrática.



COM 37 anos, descrevendo-se a si próprio como um homem do povo que serve no exército, o major Ndale Tessema é membro do Bureau Político do DERG, Conselho Administrativo Militar Provisório, sendo o encarregado dos problemas sociais.

Tessema, como os demais membros do Bureau, trabalha num escritório muito modesto, situado numa casa térrea à entrada do palácio do governo (o palácio de Selassié era um pouco mais adiante), num silêncio só perturbado pelos rugidos dos leões trazidos das jaulas do depósito impe-

rador.

Antes de responder às nossas perguntas, Tessema declarou-nos:

Considero que é importante dar alguns dados sobre o país que a revolução encontrou. 90 por cento da nossa população era analfabeta. Havia poucas escolas em qualquer nível de ensino e mesmo as que existiam encontravam-se em Addis-Ababa (o nome da capital foi mudado pela revolução de Addis-Abeba para Addis-Ababa, restituindo-lhe a forma original). A 200 quilómetros da capital não havia uma só escola secundária. É verdade que na capital havia escolas em todos os bairros, mas era como que uma vitrina para "estrangeiro ver". As escolas que funcionavam no interior do país eram as de instituições religiosas, sobretudo muçulmanas e ortodoxas.

A revolução decidiu começar pelo campo, que era a área mais abandonada. Contamos com a ajuda das populações, que tem sido exemplar. Hoje, não lhes podemos dizer que o panorama mudou totalmente, dada a vastidão dos problemas a enfrentar, mas afirmamo-vos, sim, que, em cinco anos, não haverá mais déficit de escolas na Etiópia. Estamos a trabalhar com afinco nesse terreno, não só no interior do país, mas também preparando professores no exterior, com a ajuda dos países socialistas, principalmente de Cuba. Já este ano instalaremos três grandes universidades, uma no sul, em Sidamo, outra no leste, em Harrar e outra no norte, em Gondar. Nos próximos cinco anos, cada província contará com a sua universidade, construída com a cooperação popular.

E quanto ao tipo de ensino ministrado?

Anteriormente, o ensino era ministrado com uma perspectiva burguesa. Agora fazêmo-lo com uma perspectiva marxista. Seja nos curriculums iniciais ou nos cursos de sociologia e economia da Universidade.

Há resistência a essa mudança de orientação?

Em muitos casos foram os próprios alunos a pedirem a mudança dos programas, para que fossem adaptados à linha revolucionária.

E os professores?

Na Universidade eram quase todos ingleses ou norte-americanos. A grande maioria abandonou os seus postos e os

que ficaram ajustaram-se aos novos tempos.

Agora estamos a receber a ajuda de professores de países socialistas, até que os que preparamos no exterior os substituam.

Mas vejam que o desafio é muito grande: construir escolas, preparar professores, criar universidades, virtualmente do nada.

A BUROCRACIA VAI ATÉ AO CAMPO

Que resultados teve a campanha de alfabetização?

Diria que muito positivos. 60 mil estudantes foram ao campo para ensinar, durante dois anos. Muita gente aprendeu a ler e a escrever.

Em 1979, ampliaremos essa campanha. Não serão somente os estudantes que irão ao campo, mas, também, os intelectuais e os funcionários públicos. Para ensinar e, sobretudo, para aprender.

Como crê que intelectuais e empregados públicos receberão essa medida?

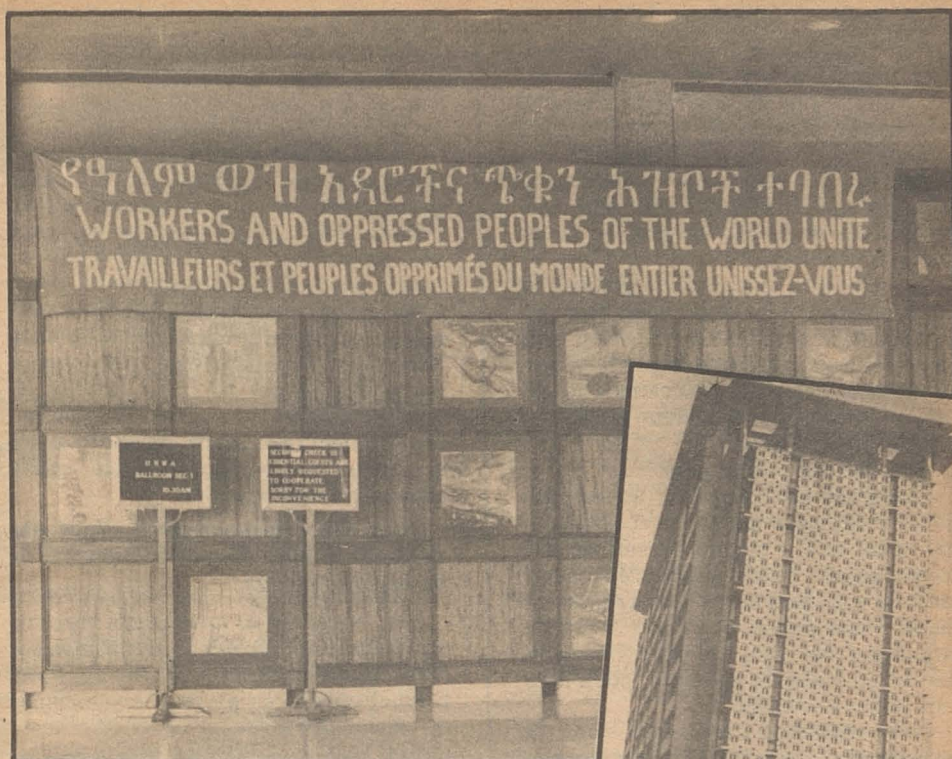
Vejam um aspecto fundamental: actualmente, estamos na etapa democrática e popular da revolução, mas isso não será eterno. A nossa meta é o socialismo e é justo e adequado que intelectuais e funcionários se familiarizem com um novo sistema de vida que já signifique uma adaptação ao socialismo.

Isso não quer dizer que vamos mandar as pessoas ao campo sem uma conveniente preparação. Neste momento estamos a trabalhar para melhorar a infra-estrutura. Mas para todos, e não só para os que vão para a cidade. Começamos por melhorar a vida dos camponeses, que constituem o principal sector da nossa sociedade e o mais oprimido.

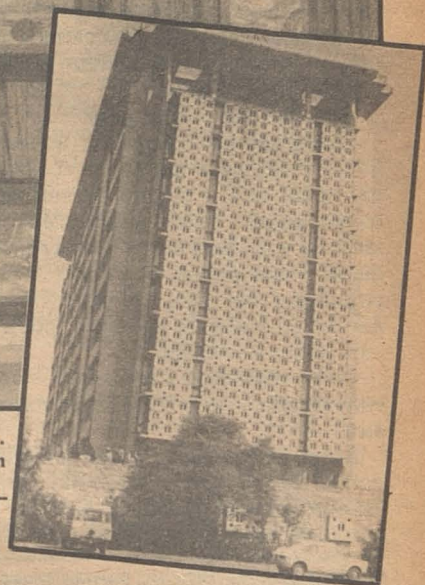
Sabemos que há altos funcionários da administração que têm até cinco secretárias. Para quê tantas? Ficarão com o estritamente necessário e as excedentes irão para o campo, cooperar na criação de uma nova sociedade.

Não se esqueça que é aí, no problema dos privilégios, das excepções, das manipulações de poder que muitas revoluções têm fracassado. Não é assim?

Asseguro-vos que não fracassaremos. Quero que vocês conheçam a nossa disposição a este respeito e a transmitam aos vossos leitores: não fracassaremos!



«Trabalhadores e povos oprimidos do Mundo, uni-vos». Encontrar este cartaz numa das luxuosas salas de um Hilton não deixa de ser reconfortante...



No entanto, podem esperar resistências?

Possivelmente que sim. Mas que poderão fazer alguns milhares de funcionários e intelectuais inconformados no meio de milhões de camponeses e operários? Devo assinalar, porém, que a maioria está contente e disposta a trabalhar. Estamos a realizar seminários e cursos de capacitação política, preparatórios dessa grande operação, e os resultados são muito positivos.

Outro ponto importante no processo de transformações que a Etiópia está atravessando é o da remuneração do trabalho. O nosso objectivo imediato é fazer desaparecer o trabalho privado. Naturalmente que todos ganharão segundo a sua qualificação profissional, mas haverá uma real padronização de salários. E quanto à educação, ela já é gratuita.

UMA POPULAÇÃO SEM ASSISTÊNCIA

Major Tessema, no Derg, você trata dos assuntos da educação e da saúde. Que nos pode dizer sobre este último problema?

Quando o antigo regime foi derrubado, o panorama era terrível: só 10 por cento da população — quando muito — recebia assistência médico-hospitalar. E o panorama no interior era verdadeiramente trágico. Estamos construindo hospitais, instalando postos médicos, ampliando a fabricação de produtos farmacêuticos. Contamos com a ajuda de países socialistas, especialmente de Cuba e da Alemanha Democrática.

Estamos a trabalhar no sentido de pre-

parar quadros. Não só aqui, como no exterior. Daqui a cinco ou seis anos, queremos que mais de mil médicos e um número muito maior de enfermeiros estejam preparados. E todos irão prioritariamente ao interior.

Mas por que razão não há ainda medicina gratuita na Etiópia? Não será manter uma discriminação em relação à maior parte da população?

No momento, a assistência gratuita seria impossível. Temos, primeiro, que formar médicos e auxiliares, construir uma infra-estrutura hospitalar e produzir medicamentos. Quando avançarmos nestas metas, então sim, poderemos programar uma medicina gratuita.

E os que não podem pagar?

Quem não pode pagar, vai à municipalidade e consegue um atestado de pobreza. Então terá o mesmo tratamento que os que pagam, pois a assistência é rigorosamente igual para todos. Mas aqui somos quase todos pobres — 99 por cento da população. Por isso, através do mecanismo do atestado de pobreza, todos teremos acesso à assistência.

Como enfrentou a revolução — ou está enfrentando — os privilégios da classe médica?

Antes da revolução todos esses profissionais faziam medicina privada. Hoje, na Etiópia, não há medicina privada. Nem hospitais, casas de saúde ou consultórios

médicos privados. Muitos médicos abandonaram o país, mas outros ficaram. Não se esqueçam de que esta é uma revolução radical, que jamais poderia tolerar esse tipo de comércio.

Tanto no campo educacional como no sanitário, a revolução avança. Aqui, a exploração do homem pelo homem está terminada. Tudo o que chega ao país ou é nele produzido — por pouco que seja — é para o povo. E é na própria massa que se estão criando os novos quadros necessários a essa transformação revolucionária. Não exagero quando digo que estamos muito melhor que na época anterior. O nível de vida do nosso povo já melhorou uns cinquenta por cento. As mortes estão a diminuir e, conseqüentemente, está a aumentar a média de vida.

Nem todos pensam assim. Você não desconhece que, mesmo à esquerda, há oposição ao regime.

Sim, um grupo de intelectuais reunidos no *Ethiopian People's Revolutionary Party* (Partido Revolucionário do Povo Etíope) opõe-se ao processo revolucionário. Eram quase todos de origem anarquista. Mas, como partido, esse grupo desapareceu. Já não existe. Mas há os que actuam isoladamente, confrontados, porém, com uma grande corrente de intelectuais democratas e revolucionários que apoiam o processo.

Manifestação em 1976 do Partido Revolucionário do Povo Etíope, uma das forças partidárias que se opõe ao DERG





Subtenente
Tamrat Ferede

os anos iniciais

O subtenente Tamrat Ferede é um jovem oficial de Marinha, sargento até há bem pouco, que, como membro do Bureau Permanente do DERG, está à frente do Departamento de Informação e Relações Públicas. Tem apenas 27 anos e poucas vezes anui em dar entrevistas. O major Tessema analisou problemas específicos da educação e saúde; Ferede abordou aspectos ideológicos do processo, proporcionou-nos alguns elementos pouco conhecidos sobre a implantação do novo regime, falou-nos sobre as denúncias de repressão à esquerda e do projecto revolucionário etíope.

OS TEMPOS DE SELASSIÉ

Poderia analisar o regime de Selassié e a situação em que se encontrava a Etiópia quando o imperador foi derrubado?

A Etiópia era um país feudal. E mais que uma simples definição, era toda uma realidade concreta. O capitalismo apenas se anunciava. Havia um baixo nível de consciência das massas e não existia, sequer, um partido burguês. Quase não havia indústria; e, conseqüentemente, era reduzido o número de operários. A massa camponesa era virtualmente escravizada, num país onde predominava um altíssimo nível de repressão.

Essa situação provocava, naturalmente, a resistência do povo. Com a crise do pe-

tróleo, em 1973, a pressão social aumentou. Registraram-se frequentes rebeliões de camponeses, estudantes e operários. Conseqüentemente, também, cresceu a insurgência de jovens oficiais contra a hierarquia, que apoiava a monarquia feudal.

Tudo isso sacudiu o regime nas suas bases. As caducas estruturas já não suportavam as pressões sociais e perdiam condições de governar.

Embora não se pudesse dizer que coincidiam as condições subjectivas e objectivas, era evidente que nasciam as condições revolucionárias.

Como se expressava a participação das forças armadas nesse início de processo revolucionário?

Um dos problemas que se fazia sentir era encontrar a força ou as forças que conduzissem esse processo, dado o baixo grau de organização política a nível popular. O que existia, com uma certa estrutura nacional, eram as forças armadas. Antigamente eram constituídas apenas por elementos da alta burguesia e da nobreza monárquica. Mas, de há algumas décadas para cá, verificou-se uma modificação importante, que iria ter repercussão política. Elementos das classes médias e populares começaram a entrar para a carreira militar, modificando a composição de classes das instituições armadas.

Formou-se, assim, nas forças armadas, uma poderosa corrente de oficiais que provinham das camadas populares e que, de certo modo, se integravam no seu pensamento e viviam as suas inquietações. Quando essa corrente ganhou força e uma nova consciência das realidades do país, passou a sentir a necessidade de se organizar. Foi assim que surgiu o Comité de Coordenação dos diversos ramos das forças armadas, o qual, em princípio, é o que hoje governa a Etiópia. Primeiro ampliámos a coordenação interna, a nível militar, e depois deu-se uma articulação com os sectores civis que resistiam ao regime. O derrube da monarquia, em 1974, foi o passo inicial, mas o desafio era muito mais amplo e profundo.

A NOVA ERA

Derrubado o imperador, que tarefas prioritárias teve de enfrentar o novo poder?

Primeiro, destruir as instituições feudais e aquelas que a burguesia estava a criar. E isso foi feito rapidamente.

Dada a importância do campo na Etiópia, considerou-se prioritário ir até lá, para explicar aos camponeses o que se estava a passar e o que se pretendia fazer. Novos dirigentes e jovens civis revolucionários foram enviados ao interior, para manter um amplo e sincero diálogo com os camponeses. Mas não ficámos por aí.

Dizer aos camponeses que havia uma revolução, em abstracto, pouco ou nada os sensibilizaria. Como primeiro passo, nacionalizaram-se as terras e iniciaram-se políticas concretas que os habilitassem a recebê-las e a trabalhá-las.

Já não é permitido negociar com a terra. E cada pessoa pode receber, para cultivar, 10 hectares; e participa de uma série de projectos que apontam para o trabalho colectivo e solidário.

Hoje, existem sete milhões de pessoas organizadas no campo. Ao lado da organização operária, fundou-se, este ano, a Associação Nacional de Camponeses, cuja sede se encontra em Debre-Zeit, localidade perto de Addis-Ababa, e que funciona a nível de todo o país.

E os passos seguintes?

Nacionalizou-se os bancos, os seguros, as grandes empresas. Cada empresa, hoje, não pode ter um capital superior a 250 mil dólares. Só as pequenas empresas são privadas.

Todas as casas foram nacionalizadas. Só pode ser propriedade privada a casa em que se habita. É permitido construir uma casa para viver, mas não para alugar. Os edifícios que custaram mais de 100 mil birs (50 mil dólares) passaram directamente à administração do Estado. As casas nacionalizadas, cujas rendas sejam inferiores a 100 birs (50 dólares) são administradas pela organização dos *Kebeles*, que recebe essas rendas e as aplica em medidas de assistência social.

E como se organiza o povo?

Devo-lhes dizer que a nossa grande falta, hoje, é a do partido. À medida que avança o processo revolucionário acentua-se um evidente desenvolvimento do grau de consciência política das massas. Para atender a esse trabalho de politização e o que decorre, foi criado o Centro para os Assuntos de Mobilização das Massas, que se encontra em pleno funcionamento.

Quem está à frente dessa entidade?

Quadros revolucionários que actuaram dentro e fora do país. Os que estudaram o marxismo-leninismo, na Etiópia, nas duras condições da monarquia, ou no exterior, principalmente nos países socialistas. Agora, transmitem os seus conhecimentos aos que desejam aprender e capacitar-se politicamente.

A POSIÇÃO DA ESQUERDA

Publicações internacionais, principalmente dos países capitalistas, têm insistido em que a esquerda revolucionária etíope tem sido marginalizada do processo. Que nos diz a esse respeito?

Há muitas contradições nessas informações que, em geral, são publicadas na imprensa burguesa. A primeira é saber porque razão esse tipo de imprensa mostra uma preocupação tão especial pela participação do que considera a esquerda radical no nosso processo revolucionário. Por algo deve ser.

Na verdade, o que tem acontecido, é que essas organizações ou pessoas, que consideramos contra-revolucionárias, se têm negado a participar da revolução. E fazem-no de maneira igualmente contraditória. Reclamam uma série de medidas, que o governo tem tomado de maneira constante. Mas quando o governo revolucionário assim procede, esses grupos silenciam ou, então, combatem o que está sendo feito.

Quando se automarginalizam vão para os países capitalistas e mesmo para alguns socialistas dizer que o governo revolucionário está a ir cada vez mais para a direita. Como entendê-los?

Mas a origem desse tipo de problemas é o facto da nossa revolução ter sido espontânea, sem direcção de um partido. Foi pela falta do partido que esses grupos assumiram posições no bojo dos acontecimentos, exigindo sempre o poder, mas sem nenhuma preocupação de organizar as massas.

Quando se travou a luta ideológica e ficou demonstrado que esses elementos não eram honestos, foi então que nos passaram a acusar de direitistas.

Qual o grau de representatividade desses grupos?

O que lhes posso dizer é que os verdadeiros marxistas-leninistas da Etiópia es-



O Presidente Haile Mengistu Marjan

tão com a revolução. Aqui nos conhecemos e, na luta que travamos juntos, nos identificamos.

A luta de classes na Etiópia é hoje muito forte. Consideramos que essa luta é positiva e desejável. Nela aflorarão os verdadeiros marxistas.

Outra acusação frequente à revolução etíope é que reprime os sectores de esquerda que não a apoiam.

Não é verdade. O que há aqui é uma grande e fecunda discussão política, ampla, aberta, democrática. Naturalmente que há certas definições que não são passíveis de abandono ou de modificação.

Por exemplo?

A definição marxista-leninista da revolução.

Em que nível se desenvolvem essas discussões?

No seio das massas já mobilizadas politicamente. O governo, como tal, não participa dessa discussão.

Falou da enorme carência que representa a falta do partido. Para quando se espera a sua constituição?

Não é ainda possível fixar datas para a criação do partido. Quando avançarem o processo de mobilização de massas e a luta ideológica, só então estarão dadas as condições para a sua constituição. O que lhes posso dizer é que o futuro será fértil nesse terreno. Estamos a viver anos decisivos, de ruptura com todo o sistema anterior. Os nossos avanços foram dificultados por grandes problemas internos e por duas guerras. O processo ideológico desenvolve-se sem cessar, e, certamente, confluirá para a criação do partido. É im-

portante assinalar que nesta luta que estamos a travar, os campos se vão definindo, criando condições ao nascimento do partido.

OS QUATRO PRIMEIROS ANOS

Tenente Federe, a revolução etíope acaba de comemorar o seu quarto aniversário. Qual a sua opinião acerca do que foi feito neste período?

Fora as nacionalizações, dir-lhe-ia, francamente, que o que se fez foi pouco. Estivemos condicionados por desafios imensos, o primeiro dos quais foi destruir toda a máquina do regime anterior, o que foi realizado em plena guerra, com o sacrifício de muitas vidas e enormes perdas materiais.

Estamos ainda e empenhados em reconstruir o que a guerra destruiu. Lançamo-nos na tarefa — que deveria ter sido iniciada logo após o derrube do regime feudal, mas que a guerra não permitiu — de promover o desenvolvimento económico do país.

Há uma grande vontade de aumentar a produção, principalmente através da melhor administração das empresas estatais.

É fundamental que a meta inicial a que nos propusemos seja alcançada: atender o mais rapidamente possível às necessidades básicas do povo. Comida, roupa, calçado.

Os que nos acompanham ou analisam sem preconceitos ou posições préconcebidas, reconhecerão que este é um país que se mobiliza. Não há sector algum do povo que não participe neste imenso processo de transformações revolucionárias. Estão sendo mobilizados inclusive os antigos prisioneiros do regime feudal. O nosso objectivo é transformar as cadeias em escolas.

E a mulher etíope, como se coloca face à revolução?

Está sendo intensamente mobilizada, para que participe integralmente da nova sociedade que vem sendo construída. A mulher foi a grande vítima do regime feudal que a revolução destruiu.

Enfim, o essencial, agora, é dar passos firmes para que a revolução democrática se transforme em socialista. O que lhes posso assegurar é que conseguimos, a respeito, um plano concreto, que está sendo cumprido.



Os Kebeles

Uma experiência de Poder Popular que já conta, em Adis Abeba, com mais de 40 mil quadros militantes. No kebele 14, que visitámos, há uma intensa vida comunitária que mobiliza todo um bairro pobre, nas colinas que rodeiam a capital.

UM dos aspectos mais visíveis na Etiópia é a mobilização popular. O ascenso político da gente que esteve sistematicamente marginalizada. Nos postos de direcção do aparelho de Estado estão oficiais de baixa patente, universitários ou quadros de origem camponesa ou operária. Gente que nunca, na época da monarquia feudal de Sellassié, poderia aspirar, se-

quer, a decidir sobre o seu próprio destino.

Uma expressão concreta dos níveis e canais de participação abertos pelo novo regime é a organização por quarteirões e por bairros, aquilo que chamam *kebeles* (palavra que originariamente significava localidade) e *Higher kebeles*, ou seja, a organização de base e a centralização das primeiras.

O presidente da Câmara de Addis-Abeba, o dr. Alemu Apebe, veterinário de profissão, foi já eleito de acordo com este sistema. O povo, através das organizações de bairro e dos seus representantes nas instâncias superiores, elegeu três candidatos ao lugar, dos quais o DEG, por último, escolheu um.

Johannes Heroqi, de 38 anos de idade, era um ad-

vogado e professor universitário que deixou o seu cargo académico para se dedicar por inteiro ao lugar para que foi eleito, como um dos funcionários permanentes que secundam o presidente da Câmara, nas instâncias superiores do poder administrativo e local.

Recebeu-nos no seu escritório, onde ressalta um "poster" de Cuba.

289 KEBELES

Addis-Ababa é uma cidade que tem 15 quilómetros de norte a sul e 15 de este a oeste, disse-nos apontando para o mapa da capital. Nela funcionam 289 kebeles, cada um deles agrupando uma comunidade de aproximadamente cinco mil pessoas, ainda que alguns cheguem a ter dez mil. Falta-nos, porém, a planificação.

Desde quando existem os kebeles?

Começaram a organizar-se quando foram nacionalizadas as propriedades; que constituiu uma medida revolucionária, já que retirou as propriedades aos exploradores e permitiu a organização das massas.

Como definiria você um kebele?

É o órgão de Poder local que administra essa área da cidade e desempenha todas as actividades que a população ache necessário para melhor se organizar.

Acima da organização dos kebeles situa-se a dos *higher kebeles* que agrupam os primeiros. Existem 25 *higher kebeles* em Addis-Ababa. Eles são formados em função da densidade de população.

Quem participa nas actividades dos kebeles?



Johannes Heroqui, funcionário eleito da municipalidade de Adis Ababa

Todos os habitantes da localidade, por definição, pertencem ao kebele. Em todos eles o poder supremo é exercido por um congresso do qual participam todos os adultos maiores de 18 anos. Elegem o Comité Político, que, por sua vez, se divide em quatro sectores: o Comité Executivo, o de Segurança, que mobiliza os membros do kebele para levar a cabo as tarefas de vigilância, o Comité de Inspeção, que controla as finanças e o Comité Judicial, que é o órgão do Poder Popular que administra a justiça criminal ou civil. Pode decretar uma pena de prisão até três meses e impôr uma multa de 300 birs (moeda nacional etíope), cerca de 150 dólares.

De forma optativa podem ser estabelecidos sub-comités, de cinco a sete membros, para o desenvolvimento, desportos, cultura, etc.

Quanta gente, de facto, está mobilizada em cada kebele?

De cem a cento e cinquenta pessoas constituem o grupo dirigente. Se pensarmos que existem 289 kebeles em Addis-Ababa, veremos que mais de quarenta mil pessoas estão a trabalhar em postos de direcção; daí poderemos deduzir que a cifra dos que estão enquadrados efectivamente é muito maior.

Que outras formas organizativas podem existir num kebele?

Cada kebele tem uma associação de mulheres e outra da juventude e, segundo as exigências locais, poderão, eventualmente, existir mais. Em alguns organizaram-se armazéns do povo, para distribuírem produtos de primeira necessidade, outros criaram cooperativas de trabalhadores, etc.

E os *higher kebeles*, como funcionam?

Também têm um Comité Político, que é formado por um representante de cada kebele. A sua direcção, estatutariamente, terá de ter pelo menos 26 diri-

gentes. Aí se repetem as estruturas dos kebeles, porém, adaptadas. Por exemplo, ao Comité Judicial chegam os casos de reclamações por penas que foram impostas ao nível dos comités respectivos em cada kebele.

Cada higher kebele indica dois dos seus membros para formar o Conselho da cidade, que terá, no mínimo, 68 integrantes. Este Conselho elege, por sua vez, o Comité Permanente, compostos por seis membros. Deles, um é eleito presidente da Câmara. O agora eleito fez parte de um trio de candidatos proposto pelo congresso dos higher kebeles, por voto secreto. O presidente da Câmara é também, logicamente, o Presidente do Comité Permanente.

Qual é o mecanismo de eleição do Presidente da Câmara?

O Conselho da cidade elege três candidatos e o governo escolhe um deles para ser o Presidente da Câmara.

O Comité Permanente, do qual você é um dos seus seis membros, funciona apenas nas horas livres dos seus integrantes?

Não, ao contrário da militância nos kebeles, que se dá apenas nas horas livres, o membro do Comité Permanente trabalha exclusivamente aí, para além de continuar a actuar no seu próprio kebele e higher kebele.

A cidade é administrada pela Associação Urbana Central dos Kebeles.

Existem mulheres nos postos máximos de direcção?

Sim, por exemplo, no Conselho da Cidade há quatro mulheres em 68

membros. Temos consciência, no entanto, que isso é pouco e trabalhamos para que a próxima representação seja bastante maior. Além disso, posso referir que três kebeles estão a ser presididos por mulheres.

Gostaríamos de lhe colocar uma pergunta algo diferente. Você, como professor universitário, deve ter conhecimento directo dos grupos revolucionários, até pelo seu passado de líder estudantil marxista. Como explica você o facto desses grupos estarem hoje numa posição hostil ao governo?

Não podemos considerá-los como marxistas, já que o verdadeiro marxista está sempre ao lado das massas e aproveita toda e qualquer oportunidade para avançar na sua organização. Creio antes, que são grupos de pequeno-burgueses que assumem posições de ultra-esquerda para se justificarem.

O KEBELE 14 NAS COLINAS DE ENTOTO

Visitámos o kebele 14 que faz parte do high kebele 11. Foi devido à sua militância na base deste kebele que Johannes Heroqi foi eleito para o actual cargo. A zona é pobre, e ele está situado numa das partes mais altas de Addis-Ababa, por detrás da Universidade.

Quem nos abre a porta é um velhote de sorriso doce. Johannes, que nos acompanha na visita, explica: *"ele era jardineiro da casa que depois de expropriada se tornou a sede deste kebele. Como perdeu o seu emprego, o kebele contratou-o como porteiro e ele está feliz como uma criança."*

O kebele 14 foi levantado nos terrenos convergentes de duas mansões expropriadas. A dona, uma viúva com muito dinheiro, já não vive neste bairro. Constituem esta organização cerca de 850 famílias, mais de 4500 pessoas, 677 casas.

Chegámos num dia de sábado antes do meio-dia. E estavam a funcionar simultaneamente três classes de alfabetização. Todas elas eram frequentadas apenas por mulheres.

Teklu Ayalew é o Presidente do kebele e Birhan Alemu é o Presidente do Comité de Justiça. Juntamente com Johannes vão-nos mostrando todas as instalações.

Passamos por um posto que domina as duas entradas para o terreno do kebele. *"levantámo-lo depois de no ano passado termos sofrido um ataque no qual dois companheiros encontraram a morte e de ter havido vários feridos, entre eles Johannes"* — informam-nos Ayalew. *"Entre os atacantes reconhecemos membros do Ethiopian People's Revolutionary Party (EPRP), o Partido Revolucionário do Povo Etíope, que em nenhuma época defendeu posições de esquerda."*

Sob o posto de vigia encontrava-se um militante estendido no solo com a mira da sua metralhadora apontada para a porta. Os turnos sucedem-se 24 horas por dia. Mas vários outros jovens armados se encontram em diferentes pontos do kebele.

Nas instalações da zona central mostram-nos orgulhosos os avanços da organização. Este kebele, aliás, como todos os outros, tem ficheiro sobre todas as fa-



Alfabetização: donas de casa em aula aos sábados

mílias da zona onde constam dados particulares, como sejam o nascimento, a mudança de residência ou o desejo de algum dos seus membros. *"Assim sabemos quem vive e quem partiu do kebele"*.

Nas paredes observamos buracos de bala, que, como se deduz facilmente, constituem "recordações" que ficaram do ataque sofrido. Informam-nos que fundaram uma biblioteca enquanto nos levam até ela. Aí, encontramos vários adolescentes lendo no interior de uma precária instalação. Nas estantes encontram-se teóricos do marxismo, algumas novelas famosas e obras sobre a Etiópia.

Depois dirigimo-nos até à granja, onde trabalham as militantes da Associação de Mulheres do kebele. *"Os produtos são vendidos cá no bairro e, deste modo, fazemos finanças que ajudam nos nossos gastos"*, explica Alemu. Depois passamos por uma improvisada capoeira. E afirmam-nos

já terem 300 galinhas. Evitam, assim, a escassez de ovos e pretendem também servir de exemplo à população.

"Explicamos-lhes que se podem juntar dois ou três vizinhos e criarem galinhas. Queremos evitar que o povo peça esmola. Deste modo podem ajudar-se, sobretudo os velhinhos e os enfermos. Antes, até os jovens pediam esmola. Queremos acabar com isso".

A herança do passado é dura. Mas as iniciativas para a superar com o esforço colectivo são muitas. Numa parte do terreno do kebele está a ser construída uma arrecadação para ferramentas.

"Aqui virão os velhos e os jovens para aprender carpintaria. Alguns ficarão logo contratados, para montar uma carpintaria popular que possa fazer reparações e construir móveis simples."

Também nos levam ao armazém popular. Há duas

balanças, um rústico escarapate e muitas sacas. O kebele compra por atacado, tem um empregado na loja e abastece a população dos produtos de primeira necessidade. Muitas coisas são compradas directamente ao Estado.

E onde vai buscar o kebele dinheiro para tantas actividades?

Pela própria lei de criação destas estruturas, os kebeles cobram as rendas do seu bairro menores de 100 birs (2 birs equivalem aproximadamente a 1 dólar). No nosso caso, isso dá-nos um rendimento mensal de 5300 birs. Desse 5300 birs, utilizamos 3300 para ajudar as pessoas do bairro que não têm emprego, os velhos e todos aqueles que viviam das suas rendas e agora não podem ganhar a vida, ou porque estão inválidos, velhos ou doentes. Restam-nos 2000 birs para pagar ordenados de 22 empregados (da loja, professores dos jardins infantis, etc.)



Tewalte compõe um abecedário em amárico

E o dinheiro da loja, da venda dos ovos e da produção da horta?

Utilizamo-lo para construir novas casas na nossa zona, ou escolas, para suprir a carência que temos de habitações. Para esse fim também pedimos dinheiro à pequena burguesia. Temos uma conta no banco, mas no final do mês... não nos sobrou nada.

Todos os kebeles têm as mesmas receitas?

Não, existem alguns, em zonas da cidade com muitas casas, que são kebeles ricos. Podem tirar entre 20 mil e 40 mil birs por mês só em rendas.

No kebele, quem é que está armado?

Temos cinquenta companheiros a receber instrução para ir combater quando seja necessário. Além disso, as mulheres e a ju-

ventude também recebe instrução. Sete membros deste kebele estavam para ir para a Frente Este (Ögaden) mas acabaram por não ser chamados. Estão agora em estado de alerta.

O ABC EM AMÁRICO

Tewalte tem 25 anos. É professora. Não tinha emprego antes de ter sido criado o jardim infantil no kebele 14. Agora, em virtude dos avanços conseguidos por esta instituição infantil, que se converteu num modelo para os outros kebeles, Tewalte não tem um minuto livre. Além de trabalhar no jardim infantil que fundou, vai dar aulas a outras professoras que tomarão conta de outros jardins-escola. Tesge Abebe, de 18 anos, é a sua ajudanta. Elas, e as mães que trabalham voluntariamente,

recebem todos os dias 160 crianças no jardim-escola.

"A experiência dos jardins-escola nos kebeles é ainda recente" comenta-nos Tewalte enquanto prepara a sua aula escrevendo no quadro negro o abc em amárico. *"Vêm algumas mães ajudar-nos, fazem a limpeza, tratam das coisas e, desse modo, vão aprendendo como é um jardim-escola por dentro. Para o próximo ano, a nossa escola vai fornecer leite a todas as crianças. Foi um donativo da municipalidade"*.

No outro extremo do kebele, encontra-se uma cooperativa de costureiras, que funciona com três máquinas de coser dadas pela RDA. Encontramos três mulheres a cortar vestidos, enquanto uma quarta está a coser numa das modernas máquinas.

O que significa para vo-

cês vir trabalhar para aqui?
— perguntamos à senhora da máquina de coser.

Nunca tínhamos cosido à máquina. Agora toda a nossa roupa pode ser feita aqui.

Um pouco mais adiante está a loja que vende roupa feita. Dois jovens também estão a trabalhar na sua confecção. Um cose e outro borda. É muito comum ver em Addis-Ababa os homens a bordar os tecidos

brancos dos trajes típicos. No grande "Mercado" da parte velha da capital, que os folhetos turísticos apelidam orgulhosamente do "maior mercado aberto de toda a África" vimo-los muitas vezes a bordar, sentados por terra ou em modestos bancos de madeira.

"Fazer um vestido na nossa loja custa cinco birs. Em qualquer outra parte custa-lhe nove birs" — dizem ao mostrar-nos a sua

confecção, ao mesmo tempo que enaltecem as vantagens da organização por bairro. *"A mesma diferença de preços obtém em cada metro de tecido"* — insistem, talvez aproveitando a ocasião para fazer mais uma venda...

Quando terminámos a visita, passava já do meio-dia. E as mulheres saíam da sua aula de alfabetização nos seus lindos vestidos tradicionais.

na fábrica «Akaki» a produção aumentou



cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Trata-se de uma empresa com seis mil operários que já possuía tradição de luta política e social desde a época do imperador.



Fotografia cedida pela FAO

A empresa textil "akaki" é a segunda unidade fabril da Etiópia. A primeira é uma empresa açucareira. Tem seis mil trabalhadores, e produz tecidos de diferentes tipos; a maior parte, porém, destinam-se à confecção dos trajes tradicionais.

Como em quase todas as coisas da Etiópia feudal, o imperador, a sua família e a corte estavam, de uma forma ou outra, aqui metidos. Cinquenta por cento das acções eram de capitalistas hindús enquanto os outros cinquenta por cento pertenciam aos parentes de Selassié.

Nos tempos do império, a "Akaki" tinha um dos sectores operários mais combativos de todo o país. Seis dos seus empregados foram assassinados pelo regime e vários outros feridos, encarcerados ou despedidos devido à sua luta em defesa da organização operária.

Naquele tempo, dizia-nos Bekele Mandefro, Secretário-Geral do Sindicato da fábrica, lutávamos para que nos fosse fixado um salá-

rio, um horário e por outras reivindicações muito elementares, que no, entanto, nos eram negadas pelo regime. O nosso sindicato, organizado em 1960, nasceu dessas lutas e consolidou-se com elas.

Como se deu a transição depois de nacionalizada a fábrica?

Naturalmente que enfrentámos dificuldades. Mas agora temos avançado muito. O administrador é nomeado de acordo com o sindicato.

A produção, inicialmente desorganizada, superou em 10 por cento os índices da época anterior. Além disso, assegurámos uma série de conquistas, como a assistência médica totalmente gratuita, que compreende o seguro de doença, férias de maternidade, etc. No campo político, organizámos o Comité de Defesa da Revolução com a participação de 1500 trabalhadores, incluindo muitas mulheres. Desses, 520 participaram na guerra e oito perderam a vida nos combates. A nossa milícia é quem se encarrega

da protecção da fábrica.

O nosso sindicato é um dos mais fortes de todos os *trade unions* etíopes, que representam cerca de 350 mil operários industriais. Um número bastante inferior aos 9 milhões de camponeses que, de um modo ou de outro, estão representados na sua federação.

Tadesse Genna, é um jovem de 26 anos, que segundo as suas próprias palavras, era "um quadro universitário que considerou que seria mais útil a trabalhar junto com os operários". Afirmou-nos que os *trade unions* já representavam um papel importante na revolução e estão chamados a ter um ainda maior no futuro imediato.

Dos seis mil trabalhadores da empresa "Akaki", dois mil são mulheres. O sindicato considera que uma das suas maiores conquistas foi conseguir duas horas semanais para que os operários participem das discussões políticas, transformando a fábrica numa grande assembleia.

A maquinaria da empresa é quase toda italiana e daí provém igualmente os produtos químicos que consomem. A matéria-prima é totalmente nacional.

Um dos aspectos salientes da Etiópia de hoje é o facto da paralisação de trabalho nas fábricas — com a alteração de regime — ter sido relativamente pequeno. Não só devido às características especiais do regime que derrubou Haile Selassié, mas, também, pela existência de dirigentes operários que com menor ou maior eficácia puseram em funcionamento todas as empresas.

ASIA

a segunda libertação de pnom penh

*As raízes históricas da revolta popular contra
o regime de Pol Pot e Ieng Sary*



“Os problemas do Sudeste Asiático remontam à destruição em grande escala que nós lá provocámos há dez anos”, comentou o embaixador norte-americano nas Nações Unidas, Andrew Young, ao ser-lhe pedido a sua opinião sobre a derrora do regime kampu-cheano de Pol Pot e Ieng

Sary, nos primeiros dias de Janeiro. As declarações do diplomata estadunidense — que lhe custaram sérias críticas, como sempre que se expressa com sinceridade sobre algum tema — encerraram uma grande verdade, muitas vezes esquecida pelos comentaristas que desataram uma polémica inter-

Roberto Remo

nacional sobre a chamada “nova guerra da Indochina”.

Há dez anos, em 1969, a guerra do Vietname atravessava uma fase particularmente crítica. A Frente Nacional de Libertação do

Vietnam do Sul acabava de constituir um Governo Revolucionário Provisório nas áreas libertadas. O regime de Saigão sentia-se ameaçado de morte. Em 1968, os combatentes da FNL haviam conseguido entrar na própria capital sul-vietnamita, levando a luta até aos jardins da embaixada norte-americana.

Ao assumir o governo em 1969, Nixon foi convencido pelos estrategas do Pentágono da necessidade de estender a guerra aos países vizinhos. Os aviões norte-americanos começaram a bombardear o território do Laos, num esforço para romper a chamada "*rota Ho Chi Minh*" pela qual se abasteciam as forças da FNL.

A estratégia norte-americana tropeçava, no entanto, com um grave obstáculo: o governo neutralista do príncipe Sihanuk no Camboja, a quem Washington via como um aliado potencial de Hanói. Na verdade, era o único país da região onde as forças revolucionárias não representavam um perigo imediato. Desde que a França concedera a independência ao Camboja, em 1953, e entregara o governo a Sihanuk (então conhecido em Paris como "*o nosso homem em Phnom Penh*"), o exército revolucionário Issarak — rebatizado pela imprensa francesa como "*Khmer Rouge*" — estava reduzido a uma expressão mínima. Segundo os serviços secretos ocidentais, o Partido Comunista do Kampuchea, que se tinha destacado na resistência contra a invasão japonesa e a reocupação francesa, em 1946, não teria mais que 250 membros ao começar o governo de



Pol Pot e...

Sihanuk. E a esquerda legal, organizada no partido Pacheachom (Popular), teve de passar à clandestinidade, em 1967, depois da frustrada rebelião de Samlaut.

Mas embora o reinado de Norodom Sihanuk fosse estável e pouco atraído pelo comunismo, o Pentágono desconfiava do seu neutralismo, que impedia o general Westmoreland de actuar com liberdade contra as linhas de abastecimento vietnamita em território cambojano. Assim, em 1970 o príncipe foi derrubado pelo seu Ministro da Defesa, o marechal Lon Nol, hemiplégico e péssimo estratega, mas fiel à CIA, que o pôs na presidência do país.

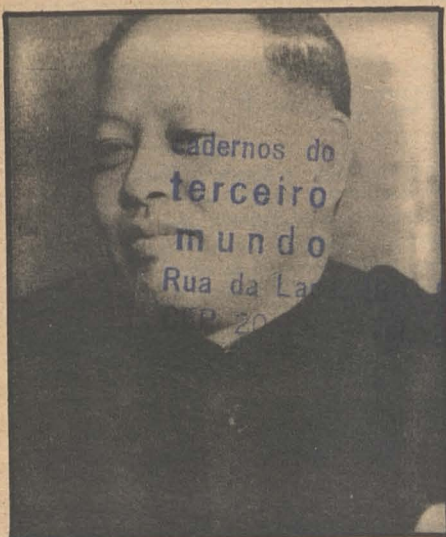
De imediato começaram os bombardeiros norte-americanos, seguidos de uma "operação limpeza" de grande envergadura. Tropas estadunidenses e saigonesas penetraram no Camboja, numa guerra "secreta" que scandalizou o Congresso em Washington, quando se tornou público o seu saldo de centenas de milhares de mortos. As atrocidades cometidas pelas tropas invasoras

conqveram o mundo e deixaram nos camponeses cambojanos um sentimento anti-vietnamita — obviamente compreensível — que nunca foi explicado em termos políticos à população, pelo contrário, seria utilizado anos depois pelo regime de Pol Pot na sua campanha contra o Vietnam revolucionário.

A LIBERTAÇÃO DE PNOM PENH

Em 1970, era generalizado o repúdio à ditadura de Lon Nol e à invasão estrangeira. Mas o Khmer Issarak compreendeu que isso não significava que estivessem dadas as condições para uma revolução socialista. Assim, superando os seus velhos antagonismos, os dirigentes da luta clandestina no interior juntam-se ao príncipe exilado para formar a Frente Unida Nacional do Kampuchea (nome tradicional do país, convertido em Camboja pela má pronúncia dos colonialistas).

Sob a direcção de Norodom Sihanuk, símbolo da Nação, o FUNK aglutinou três grandes sectores: os na-



... Ieng Sary: quem
semela terror...

cionalistas progressistas, liderados por Pem Nouth; os intelectuais no exterior e os militantes da resistência no interior. Estes últimos, por sua vez, provinham das filas do velho partido Comunista Khmer e do Partido Pacheachom. Desde a década de 60, as organizações político-militares vinham recebendo quadros estudantis formados na França, não muito numerosos, mas de ampla influência ideológica.

Com base nesta aliança política, Sihanuk constituiu em Pequim um governo no exílio, o GRUNK (Governo Real de União Nacional do Kampuchea), legitimado tanto pela presença do príncipe, como pela das forças revolucionárias. No interior do país a luta estende-se rapidamente, favorecida pela retirada das tropas norte-americanas e a solidariedade activa dos revolucionários vietnamitas e laocianos.

Os khmer "vermelhos" libertaram extensas áreas e, em 1975, desencadeiam a

ofensiva final. A 17 de Abril, tomam Phnom Penh, enquanto o regime de Lon Nol se desmorona e o presidente busca asilo no Havaí. Duas semanas mais tarde, os patriotas vietnamitas entravam em Saigão e, em Maio, um governo revolucionário instaurava-se em Vientiane, anunciando a liquidação dos últimos remanescentes feudais no Laos.

"PRISONEIROS DE GUERRA"

Nang Phát, um estudante cambodjano que participou na luta clandestina contra Lon Nol na capital, relata assim a libertação de Phnom Penh: "*Eu esperava com impaciência a Revolução e a chegada dos khmers issarak. Quando a cidade foi martelada pelos tiros de canhão do exército revolucionário, eu socorria os feridos. Defendia os guerrilheiros e ajudava-os. A 17 de Abril, às 9.30 da manhã, os khmer "vermelhos" entraram na cidade, no meio*

dos aplausos. Mas a alegria transformou-se em decepção. Corremos com os braços abertos para abraçar os nossos salvadores e só encontramos rostos frios e canos de espingardas. Colocaram-se alto-falantes que passaram a difundir a primeira ordem dos khmer "vermelhos": "Bandeiras brancas em todas as casas". Porquê a cor da rendição?

— perguntámo-nos. Logo chegaram novas ordens: "a cidade está dividida em oito sectores; os habitantes de cada sector devem abandonar a pelo sítio que lhes for indicado". Circularam notícias de que granadas de mão tinham sido lançadas contra as casas daqueles que resistiam em fazê-lo.

Que teria acontecido? A guerra na Kampuchea foi, certamente, a mais breve das três que houve na Indochina — apenas cinco anos — mas também a mais cruel. Era prática comum das tropas de Lon Nol, comer os fígados ou os corações dos inimigos mortos. E nenhum dos dois lados mantinha prisioneiros. Os vencidos eram imediatamente executados. O FUNK teve de formar os seus exércitos com pouco tempo de preparação política. Os ódios acumulados eram grandes demais para fomentar um espírito de clemência que, por exemplo, sempre foi característico dos vietnamitas. Mas o GRUNK havia proclamado que apenas tinha "sete inimigos", os membros mais proeminentes do regime de Lon Nol. E embora se pudesse explicar a execução sumária de milhares de membros dos exércitos de Phnom Penh que se renderam, porquê esse tratamento de prisioneiros políticos

a toda uma população que acolhia os khmers "vermelhos" como seus salvadores?

MEDIDAS DRÁSTICAS

Logo começaram a circular versões sobre discrepâncias entre os vencedores. As embaixadas do GRUNK no exterior, integradas geralmente pelos intelectuais patriotas, perderam contactos com Pnom Penh. Norodom Sihanuk regressou de Pequim para assumir a chefia do Estado e Pem Nouth tornou-se o Primeiro Ministro.

Mas os nacionalistas progressistas foram retirados das funções de responsabilidade e Kieu Samphan, vice-primeiro Ministro e Ministro da Defesa converte-se no "homem forte" do novo governo. Samphan passou a ser apresentado como "o artifice do cerco a Phnom Penh o verdadeiro estratega da vitória final dos "khmers vermelhos" foi Saloth Sar, velho dirigente do Partido Comunista Khmer. Um ano depois da libertação de Phnom Penh, Saloth Sar ainda figurava na cúpula da direcção, como o indica o facto de ele ter sido o primeiro a falar nas celebrações do aniversário. Depois, nunca mais se ouviu falar dele. A sua sorte é ignorada, como a de muitos outros revolucionários da primeira hora, dos quais jamais se teve notícias.

A evacuação de Phnom Penh, ordenada quase imediatamente depois da libertação da cidade, foi uma das medidas mais discutidas do novo regime. A capital cambodjana tinha dois milhões de habitantes

Programa da FUNSK

O programa de onze pontos da Frente de União Nacional para a Salvação do Kampuchea foi aprovado, a 2 de Dezembro de 1978, numa zona libertada situada a leste do país. Os 200 delegados que participaram na conferência constitutiva da Frente elegeram um comité central de 14 membros. Nessa conferência, a FUNSK decidiu também criar a Agência Noticiosa Kampuchean (SPK).

A FUNSK propôs-se "aglutinar todas as forças patrióticas, sem distinção de tendências políticas e religiosas" para "fazer do Kamp chea um país verdadeiramente pacífico, independente, democrático, neutro, não-alinhado, rumo ao socialismo". Em síntese, estes são os pontos do seu programa:

1. Derrubar o regime de Pol Pot-Ieng Sary. Dissolver a Assembleia de Representantes; celebrar eleições para eleger uma Assembleia Nacional, redigir uma nova Constituição.
2. Aglutinar os diversos sectores do povo nas organizações de massas filiadas na FUNSK.
3. Construir o Exército Revolucionário do Kampuchea para "defender o poder revolucionário, a vida e os bens do povo, fortalecer a defesa da Pátria, manter firmemente a soberania, a independência e a integridade territorial do Kampuchea".
4. "Respeitar a dignidade do povo". Citam-se expressamente os direitos de "regressar à terra natal e reconstruir a vida familiar na felicidade", de livre circulação, de voto e de elegibilidade, ao trabalho, ao descanso e ao estudo. Assegura-se a liberdade física, a de opinião, de reunião e de crença, e a igualdade de deveres e direitos de todos os grupos étnicos.
5. "Realizar uma política económica independente e soberana rumo ao socialismo autêntico". Reconstruir o país e restaurar a economia "planificada e dotada de mercados que respondam às necessidades sociais".
6. Suprimir o matrimónio forçado, realizar a igualdade entre mulheres e homens, velar pelos feridos de guerra, a saúde da população, dos anciãos e incapacitados.
7. Liquidar o analfabetismo, construir estabelecimentos de ensino, preservar os monumentos históricos, os agodes e os parques.
8. Amnistia, clemência para os partidários de Pol Pot que se "arrependam sinceramente", trato humano para os prisioneiros e castigo para os "cabecilhas reaccionários".
9. Política exterior de paz, amizade e não-alinhamento" (...) sobre a base da coexistência pacífica, o respeito mútuo, a igualdade e benefícios recíprocos.
10. Resolver as discrepâncias com os países vizinhos através de negociações pacíficas. Pôr fim ao conflito fronteiriço com o Vietnam. Não tomar parte em nenhuma aliança militar nem permitir a nenhum país o estabelecimento de bases militares ou a introdução de elementos militares no Kampuchea.
11. Solidariedade com as forças revolucionárias e progressistas do mundo inteiro. Apoio à luta dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

em Abril de 1975. Em poucos dias o seu número foi reduzido a umas poucas dezenas de milhar. Phnom Penh era, evidentemente, uma cidade artificial, criada pela imigração massiva de refugiados durante a guerra, sem serviços nem empregos, nem mesmo alimentos para a sua população. Nos primeiros meses de 1975, a fome só pode ser evitada pelos envios massivos de arroz pelos norte-americanos, e, mesmo assim, apenas permitia distribuir 250 gramas diários por pessoa, para metade dos habitantes da capital. Além disso, as carências sanitárias faziam temer a propagação de epidemias. Em 1975, um milhão de cambodjanos — um em cada sete habitantes — sofriam de malária.

Impunham-se medidas drásticas. E o novo governo tomou-as dispersando nos campos dois milhões de pessoas da capital, para reconstruir as plantações de arroz devastadas pelos bombardeiros. Nos primeiros meses, a fome, as enfermidades, os rigores do trabalho e a repressão deixaram um saldo de centenas de milhares de mortos. *"Poderiam ter sido milhões — dizia-nos um militante revolucionário do sudeste asiático — se a capital não fosse evacuada. O problema não estava aí, mas sim no haver-se eternizado o rigor"*.

"UM MILHÃO É SUFICIENTE"

Com efeito, os sacrifícios extremos impostos pelas necessidades dos primeiros tempos, não foram encara- dos nem explicados pelos

novos dirigentes como medidas transitórias, de emergência, mas foram convertidos em virtudes. A necessidade de evacuar a capital apresentou-se como *"combate a toda a cultura neo-colonialista"*, entendendo esta como toda a civilização urbana; e a medida foi complementada com queimas massivas de livros, inclusive os científicos e técnicos. A necessidade de empregar toda a força de trabalho no campo para evitar a fome transformou-se em perseguição aos bonzos budistas por *"parasitários"* e na incorporação das crianças nos trabalhos mais duros. A necessidade de combater a especulação dos intermediários capitalistas levou à abolição da moeda, substituindo-a pela troca e um rígido racionamento. Finalmente, para conter o protesto inevitável que isso provocava, toda a população dos territórios libertados em 1975 foi tratada como *"prisioneiros de guerra"*.

Em instruções enviadas a uma autoridade provincial em Janeiro de 1976, os dirigentes de Phnom Penh ordenavam: *"Arrasar tudo o que recorde a cultura colonial e imperialista, não apenas sobre o terreno, como também nas pessoas. Para construir o novo Kampuchea, um milhão de homens é suficiente. Não há mais necessidade de prisioneiros de guerra, eles ficam ao critério das autoridades locais"*. A repressão estendeu-se e adquiriu tal crueldade que muitas vezes os condenados eram mortos à paulada, para poupar munições.

Quando a descrição de tais atrocidades chegou ao Ocidente, pela boca de re-



Norodom Sihanuk: de prisioneiro a porta-voz na ONU

fugiados cambodjanos na Tailândia — cujo número era estimado em trezentos mil — as forças progressistas não lhes deram crédito. É lógico, pensaram muitos, que os antigos privilegiados fujam e contem horrores. Ocorre em todas as revoluções! Mas com o passar dos meses, os refugiados já não eram ex-militares, burgueses ou comerciantes, mas camponeses, estudantes, intelectuais, veteranos militantes revolucionários. E quando podiam, fugiam para o Vietnã, onde chegou a haver 150 mil. Velhos combatentes do Khmer Issarak relatavam, com lágrimas nos olhos, que os horrores eram piores que os da época de Lon Nol. Entre 1975 e 1979, morreram mais de um milhão de pessoas no Kampuchea. A guerra de 1970 a 1975, com todas as suas crueldades, custou *"apenas"* 600 mil vítimas.

O isolamento em que se encerrou o regime de Phnom Penh torna muito difícil explicar como se pode chegar a essa situação. O pessoal diplomático estrangeiro era proibido de afastar-se mais de cem metros das suas embaixadas. Os escassos jornalistas autorizados a entrar no país pouco puderam ver. E um deles, Malcolm Caldwell, tradicional amigo dos Khmer "vermelhos" foi assassinado (ver quadro) antes que pudessem transmitir para o exterior uma imagem crítica do que ocorria no Kampuchea.

A MISTERIOSA "ORGANIZAÇÃO"

Os atritos entre o aparato governamental do GRUNK, proveniente do exílio e instalado em Phnom Penh, e a direcção política da FUNK, no interior, começaram quase imediatamente depois da libertação. Em Dezembro de 1975, as divergências deviam ter terminado com a institucionalização do governo revolucionário. O terceiro Congresso da FUNK, reunido nessa data, promulgou uma Constituição que eliminava a monarquia, estabelecia a República Democrática, "sem ricos nem pobres, nem explorados nem exploradores", abolia a propriedade privada, não só da terra e dos meios de produção como de todos os bens do país, "salvo os objectos de uso quotidiano". A 20 de Março de 1976, elege-se uma Assembleia Nacional composta por 150 camponeses, 50 soldados e 50 operários. A Assembleia designa Sihanuk como chefe do Estado

e ratifica Pem Nouth na chefia do governo.

Decorridas apenas duas semanas, o príncipe solicitava a sua "reforma". A renúncia é aceite de imediato. Kieu Samphan assume a presidência. A FUNK e o GRUNK tinham deixado de existir com a aprovação da nova Constituição. Mas quem governa o país? Não se sabe. Os militantes, o povo, e mesmo os documentos oficiais falam somente de *Angka*, a "organização". Só a 22 de Setembro de 1977 o povo toma conhecimento de que é governado pelo Partido Comunista Khmer e que este tem como Secretário geral um tal Pol Pot, também primeiro-Ministro e até então desconhecido. Ieng Sary é o novo vice-primeiro Ministro. O presidente Kieu Samphan ficou relegado a um papel secundário. Não houve congressos, nem eleições, nem sequer uma explicação ao povo sobre o significado das novas instituições.

Declarações e testemunhos isolados e fragmentados de refugiados permitem reconstituir o ocorrido. O "novo khmer" liderado por Pol Pot e Ieng Sary tinha deslocado do poder os "velhos" veteranos do Khmer "vermelho". A luta interna, possibilitada pela debilidade das estruturas partidárias no Kampuchea, na realidade, tinha começado na década de 60 e tinha entrado na sua fase mais crítica e sangrenta a partir de Abril de 1977. Continuou até pelo ano de 1978, quando Pol Pot e Ieng Sary parecem obter um controlo total da estrutura política, depois de substituir a quase totalidade das autoridades e

quadros de base por jovens de 16 a 24 anos de idade.

"EXPERIÊNCIA LUMINOSA"

É inegável que a política exterior de Pol Pot-Ieng Sary alinhou-se com a de Pequim. No entanto, internamente, a sua peculiar concepção não parece ter correspondido nem ao maoísmo ortodoxo, nem ao "bando dos quatro", nem à actual orientação modernizante de Deng Xiaoping. Nunca houve, por parte dos líderes do Kampuchea, a paixão pela luta ideológica que caracteriza as distintas facções chinesas, nem o critério de que os defensores de ideias erróneas devem ser reeducadas. A única educação era a do trabalho. A única crítica a das execuções sumárias.

Os dirigentes kampucheanos não se esforçaram muito por aprofundar as bases ideológicas da sua revolução. Mas agradava-lhes apresentá-la como modelo, a mais radical, única, original e, ao mesmo tempo exemplo para todo o Terceiro Mundo. "A nossa experiência", proclamou a rádio Phnom Penh, *é um ensaio que vai servir a toda a Ásia do sudeste, a todos os países agrícolas, irradiando a sua luz por todo o mundo*.

"Esqueceram o essencial, que a revolução é para o povo e não um fim em si mesmo"

— comentou um intelectual m ensaio que vai servir a toda a Ásia do sudeste, a todos os países agrícolas, irradiando a sua luz por todo o mundo".

"Esqueceram o essencial,

que a revolução é para o povo e não um fim em si mesmo" — comentou um intelectual exilado.

Em meados de 1976, o esforço massivo da população kampucheanos nos arrozais (onde trabalhou dias e noites à luz precária de braseiros) tinha produzido os seus frutos. O governo anuncia excedentes nas colheitas. No entanto, não serviram para melhorar as condições de vida, mas destinaram-se à compra de armas na China. Para defender a revolução das ameaças contínuas ao longo da fronteira com a Tailândia? Não. Para agredir o Vietnã, que, desde Junho de 1977, foi proclamado pelo Comité Central "o inimigo número um, o inimigo de sempre".

O NÚMERO 800

O grito medieval "Xoom lap teu! Xoom lap teu o!" (Matar. Matar tudo! — em língua khmer) voltou a ser escutado na fronteira com o Vietnã. As provocações, iniciadas já em 1975, intensificaram-se em 1977. A 25 de Setembro desse ano, os camponeses vietnamitas reviveram o massacre de My Lai com o ataque kampucheano à comuna de Tan Lap, onde morreram 500 civis indefesos. A 30 de Dezembro de 1977, Phnom Penh anuncia a ruptura de relações diplomáticas com Hanói e, em 1978, a guerra fronteiriça não se transformou em conflito total porque os vietnamitas insistiram em reiterar, uma e outra vez, as suas propostas de negociação pacífica.

A disparidade de forças entre o Kampuchea e o Vietnã é óbvia. O primei-

cadernos do terceiro mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

MALCOLM CALDWELL



Na noite de 23 de Dezembro de 1978, o nosso companheiro Malcolm Caldwell, colaborador dos *Cadernos do Terceiro Mundo* desde os seus primeiros números, foi assassinado em Phnom Penh.

Nascido na Escócia, Caldwell foi um militante activo da ala esquerda do Partido Trabalhista britânico, um académico de reputação internacional por seus estudos económicos e sociológicos sobre o sudeste asiático e, sobretudo, um internacionalista lúcido, comprometido com as lutas de libertação dos países pobres, as quais sempre defendeu na sua intensa actividade jornalística.

Caldwell era um defensor convicto da revolução kampucheano. Desfez nos seus artigos muitos dos ataques da imprensa internacional direitista. De passagem pela nossa redacção, no México em 1978, confessou-nos a sua preocupação pelo enfrentamento entre o Vietnã e o Kampuchea, e pelo perigo que isso representava para os movimentos revolucionários nos restantes países do sudeste asiático. Caldwell estava preparando um livro sobre o Kampuchea Democrático, que não quis publicar antes de ver com os seus próprios olhos a realidade desse país que não visitava desde 1975.

O seu desejo cumpriu-se. E quando se preparava para viajar de Phnom Penh para Pequim, três indivíduos fortemente armados penetraram na residência oficial de hóspedes onde se alojava e assassinaram-no. Capturados, os três assaltantes foram executados antes que pudessem fazer declarações. *Radio Phnom Penh* lançou a culpa do crime aos "inimigos do Kampuchea Democrático". No entanto, alguns dos seus amigos mais íntimos permitiram-se duvidar dessa versão. Nos últimos dias da sua visita, Caldwell ter-se-ia mostrado contrariado pela pouca liberdade de que havia gozado para visitar o interior e pela proibição de que se entrevistasse com alguns amigos kampucheanos. "O nosso povo odeia os estrangeiros", teria sido a explicação oficial.

"Nunca saberemos o que aprendeu na sua visita ao Kampuchea", escreveu Noam Chomsky em sua homenagem. "Mas não pode haver monumento mais adequado para Malcolm, nem castigo mais apropriado para os seus assassinos, que a vontade de outros em continuar as tarefas que ela havia empreendido".

kampuchea ro tem sete milhões de habitantes (talvez esta cifra se reduza muito quando se conhecer a real magnitude das "depurações"), e o outro 50 milhões. Para além das discrepâncias ideológicas ou problemas de delimitações de fronteiras, que terá feito o governo Pol Pot crer na possibilidade de ganhar uma guerra?

Alguns observadores fazem notar que o conflito servia o regime para consolidar uma deteriorada frente interna, numa manobra típica das ditaduras militares. L. H., um oficial da terceira divisão do exército khmer, exilado no Vietnã, acrescenta uma explicação complementar, numa entrevista com o jornalista Thanh Tin: *"Nas carcaças dos obuses de fabricação chinesa que recebíamos havia um número 800. As metralhadoras pesadas, as minas, as granadas tinham a mesma cifra. São armas que recebemos de um país amigo — explicava-nos o chefe do Estado Maior do regimento — a cifra 800 gravada sobre os armamentos alimenta o moral dos soldados kuampucheanos. Simboliza a promessa de 800 milhões de chineses de apoiar a causa do Kampuchea."*

Não foram 800 milhões de chineses que defenderam o regime de Phnom Penh, mas havia no Kampuchea Democrático vários milhares de assessores militares dessa nacionalidade. Muitos voltaram a Pequim — via Tailândia — quando desmoronou o governo de Pol Pot. Além dessa colaboração — que a prática demonstrou pouco efectiva — a China provocou incidentes na sua fronteira com o Vietnã nos momentos

culminantes do conflito no Kampuchea, certamente, com a intenção de distrair a atenção dos estrangeiros de Hanói em duas frentes.

KHMERS "LIVRES"

Não foi o conflito que provocaram com o Vietnã que decidiu o fim do regime kampucheano, mas a rebelião do povo khmer.

Como era de esperar, a direita reagiu desde 1975, imediatamente depois da queda de Lon Nol. Os "khmers serei" (kampucheanos livres), um grupo guerrilheiro formado pela CIA na década de 60 para derrubar Sihanuk, foram revitalizados. Contaram com o apoio da Tailândia, que os via como um meio de neutralizar a assistência que o kampuchea pudesse dar às guerrilhas que enfrentam o regime militar de Banguecoque. Em Dezembro de 1978, ainda se tinha notícias da actuação destes "khmer serei". E isso é um evidente indicador de que o governo de Pol Pot não conseguiu isolá-los politicamente, já que nessa data as relações de Phnom Penh e Banguecoque se haviam normalizado.

Se este foco guerrilheiro não se generalizou por todo o país, isso não se deveu à capacidade do governo kampucheano em reprimi-lo, mas sim à lucidez política do povo, que não confundiu a sua oposição à direcção do "novo khmer vermelho" com um retorno à política reaccionária de Lon Nol. Este ditador, que parecia politicamente liquidado, ressuscitou em Setembro de 1978, formulando do seu exílio nos Estados Unidos apelos à luta contra Pol Pot e sollicitan-

do uma intervenção internacional no Kampuchea. Nessa mesma época, o senador norte-americano George McGovern reclamava ante uma comissão do Congresso do seu país *"uma intervenção militar internacional no Kampuchea, para terminar com o genocídio"*. Já se vislumbrava a derrota de Pol Pot e Washington preparava a sua substituição.

A EXPLOSAO

A rebelião do povo kampucheano não se identificou com estes cantos de se-reia, buscou os seus próprios canais revolucionários. As primeiras expressões foram espontâneas. Em 1975, registaram-se incidentes, a nível de autoridades, quando o sector "externo" do GRUNK organizou comunas com critérios mais humanos e flexíveis que os verdadeiros campos de trabalhos forçados implementados pela *Angka*. Em Setembro desse ano, uma aldeia ao norte de Sienreap rebelou-se. A repressão provocou um saldo de 300 civis mortos. Em 1976, os levantamentos sucederam-se em Battambang, Sienreap, Kohkong e Kandal. Em 1977 voltaram a produzir-se rebeliões nestas regiões e mais em Kompong Gom, Mondulkiri, Stung Treng e Kratie. Desatou-se então um feroz "expurgo" que custou a vida de dezenas de milhares de militantes.

A gota que fez transbordar o vaso, para muitos combatentes khmers, foi a ordem de lutar contra o Vietnã, o tradicional aliado na luta anticolonialista e na resistência contra a agressão norte-americana.

Milhares deles desertaram e passaram-se com armas e bagagens para as filas vietnamitas. Outros, como o comandante Heng Samrin, na chefia da IV Divisão, tentaram contra-atacar. Em Abril de 1978, Heng Samrin alinhou os seus tanques contra Phnom Penh. A tentativa de golpe foi afogada em sangue. Antes de iniciar a retirada para o Vietnam, os rebeldes explodiram o arsenal de Kampong Cham, deixando, segundo testemunhos, uma cratera de 30 metros de diâmetro no lugar.

Em Julho, Rádio Phnom Penh lança um desesperado

apelo "*ao povo operário, aos camponeses colectivistas e ao exército revolucionário*" para que "*alimentem o fogo do ódio de classe e aumentem a violência revolucionária para quebrar todas as manobras do inimigo*". Denuncia, ao mesmo tempo, a "agressão vietnamita", mas as alusões ao "ódio de classe" e às "manobras" inimigas indicam ser mais lógico que se tratava de uma ameaça interna. Nessa época a rebelião havia-se alastrado por todo o país. Em Setembro de 1978, as forças opositoras já são estimadas em uns vinte mil guerrilheiros. Cir-

cula um clamor à insurreição assinado pelas "*verdadeiras forças patrióticas e revolucionárias da Frente 203*" (parte oriental da província de Kompong Cham), onde se afirma que "*as verdadeiras forças revolucionárias entraram em acção a 26 de Maio de 1978*".

REGIME DE POL POT DESINTEGRA-SE

O único líder rebelde conhecido fora da Indochina nesses momentos era So Phim, comandante militar das províncias do sudeste, com uma longa trajectória na luta revolucionária khmer. So Phim foi membro do Partido Comunista Indochino fundado por Ho Chi Minh, até à sua dissolução, em 1951, e passou logo a integrar o comité central do Khmer Issarak, fundado nessa época. Morreu combatendo contra Pol Pot, em Setembro de 1978.

Em Outubro, os refugiados que continuavam chegando à Tailândia relatam aos repórteres ocidentais os seus contactos com os guerrilheiros, que chegam às aldeias "vestidos como os khmers vermelhos" e distribuem medicamentos. A sublevação generaliza-se. Em Kampong Cham é tomado o aeroporto. Com tanques e artilharia — de fabricação chinesa — capturados, os rebeldes entram em várias cidades. Em Novembro é anunciada pela primeira vez a existência de "zonas libertadas" no Kampuchea. Faltava ainda uma organização política da insurreição, e ela surge, a 3 de Dezembro, com a formação da Frente de União Nacional para a Sal-

O Comité Central

Segundo as informações difundidas pela agência SPK, o Comité Central da FUNSK é integrado por:

Heng Samrin, presidente. Ex-comandante da Divisão 4.

Chea Sim, vice-presidente. Ex-deputado na Assembleia de Representantes do Povo.

Ros Samay, secretário-geral. Assistente do Estado Maior da Unidade X das Forças Armadas Revolucionárias.

Mat Ly, ex-deputado e como tal integrante do comité permanente da Assembleia de Representantes.

Bun Mi, representante das minorias étnicas. Ex-subsecretário do partido na Região Nordeste.

Hun Sen, representante da Associação Juvenil para a Salvação Nacional. Ex-chefe do Estado Maior do regimento da Zona 21.

Mean Saman, representante da Associação de Mulheres para a Salvação Nacional. Comissária de um batalhão das FARK.

Meas Samnang, representante da organização sindical.

Neou Samon, representante da organização camponesa.

Bonzo Superior Long Sim, representante dos bu-
distas.

Engenheiro Hem Sarim, representante da organização dos intelectuais.

Doutora Chey Kanh Nha, professor *Chan Ven e Prach Sun*, membros da organização de intelectuais.

vação do Kampuchea (FUNSK), cujo comité central é presidido por Heng Samrin.

Um mês depois, a vitória da FUNSK era total. *"O inimigo desintegrou-se rapidamente"*, explicará depois o secretário geral, Ros Samay. Não houve praticamente resistência em Phnom Penh, libertada pela segunda vez, em 7 de Janeiro, já que a repressão *"conquistou para o governo o ódio do povo e dos seus soldados que desertaram em massa"*. Quanto à última ofensiva, lançada com um esquema semelhante à de Abril de 1975, Samay revelou que ela foi favorecida *"pelo debilitamento da retaguarda, quando várias das 19 divisões que o governo tinha estacionadas contra o Vietnã entraram na província de Tan Ninh"*. Essa é a região batizada de *"bico de papagaio"* pela imprensa norte-americana. Lá ficaram cercadas as melhores tropas de Pol Pot, enquanto a FUNSK avançava sobre a capital e cinco dias depois anunciava o controlo total do país.

O PAPEL DO VIETNAM

Uma vez mais o povo khmer recebeu com braços abertos os seus libertadores. Desta vez não recebeu o tratamento de prisioneiros, nem de derrotado, mas garantias de um programa mínimo que lhe assegura os seus direitos elementares. Enquanto isso, o mundo passou a discutir apaixonadamente as implicações da *"intervenção vietnamita"*. Não foram somente os tradicionais inimigos do Vietnã (e alguns novos) os

que a condenaram. Muitos sectores e personalidades progressistas e revolucionárias também expressaram a sua preocupação. Ninguém, no entanto, se atreveu a defender o regime de Pol Pot e Ieng Sary, nem mesmo o príncipe Sihanuk, que negociou a sua libertação da prisão domiciliar a que estava submetido, em troca de assumir a representação do regime derrubado ante o Conselho de Segurança da ONU.

Os vietnamitas não ocultam a simpatia pelo Governo do Conselho Popular Revolucionário na agora rebaptizada República Popular do Kampuchea. E Ros Samay reconheceu a solidariedade vietnamita com a FUNSK, assim como a de *"Muitos outros países socialistas e organizações da Ásia, África e América Latina que também nos prestaram o seu apoio"*.

É impossível conhecer a magnitude real da ajuda militar vietnamita à luta da FUNSK. As estimativas mais díspares foram publicadas, nenhuma delas baseada na observação directa, mas sempre em cálculos da força que teria sido necessária para derrotar um exército cujos efectivos verdadeiros, por outro lado, também eram ignorados.

A discussão sobre o tema, além disso, carece de transcendência política, se baseada apenas num enfrentamento abstracto entre o direito dos povos a rebelarem-se contra governos despóticos e o princípio da não intervenção, base jurídica das relações internacionais em defesa da qual — não se deve esquecer — os vietnamitas lutaram trinta anos com as armas na

mão. A polémica não pode ignorar que o Vietnã e o Kampuchea estavam, de facto, em guerra desde 1977; que o governo de Phnom Penh quase não existia na prática quando se produz a ofensiva final; que havia um clamor mundial contra o genocídio praticado por Pol Pot e Ieng Sary e que, se estes não fossem superados por um governo revolucionário, o vazio não tardaria em ser preenchido pelas forças da reacção com a Tailândia à cabeça e os Estados Unidos a manejar os cordéis.

INDEPENDÊNCIA, DEMOCRACIA, NÃO ALINHAMENTO

O governo do Kampuchea Popular deverá reconstruir a partir do zero um país devastado pelas bombas norte-americanas, pela invasão do antigo regime de Saigão, pela ditadura de Lon Nol e pela paranóia utópica e cruel de Pol Pot. Necessita para isso de toda a solidariedade, ajuda e compreensão da comunidade internacional.

Os novos governantes de Phnom Penh proclamaram que o Kampuchea será *"independente, não alinhado e democrático, rumo ao socialismo"*. Hanói propôs-se a colaborar com este objectivo. O país abrir-se-á a todos os que queiram acompanhar a sua marcha. E não será Washington, nem os regimes militares do Sudeste asiático que julgarão do cumprimento destes propósitos inatácáveis, mas o sacrificado povo khmer que lutou com heroísmo pela independência, pelo arroz e pela paz.

MEDIO ORIENTE

ENTREVISTA
ESPECIAL

YEMEN DEMOCRÁTICO

«A força da revolução está no povo»



Falando, em Adén, aos «Cadernos do Terceiro Mundo», o dirigente máximo sul-yemenita analisa a opção marxista do seu partido, explica os acontecimentos que culminaram no derrube do Presidente Robaye Ali e reitera a posição do seu Governo sobre os grandes temas geopolíticos da região.

Em Junho do ano passado, uma crise interna que se estava a desenvolver no seio da direcção revolucionária do Yemen Democrático, culminou num levantamento armado, a 26 de Junho de 1978, encabeçado pelo então Presidente, Salem Robaye Ali. Apoiado por algumas unidades militares que havia deslocado para a capital, Adén, Robaye Ali procurou apoderar-se de todo o poder, ameaçando bombardear a sede do governo, onde estava reunida a direcção política e administrativa do país.

Luta sangrenta desenrolou-se durante todo o dia, ao fim do qual, as milícias populares e as unidades fiéis à revolução, incluindo a Força Aérea, submeteram os insurrectos. Robaye Ali e os seus cúmplices foram julgados por um Tribunal Revolucionário e, posteriormente, fuzilados.

As bases da revolução confirmaram nos seus postos Abdel Fattah Ismail e Ali Nasser Mohamed. Actualmente Fattah Ismail é o Secretário-Geral do Partido Socialista Yemenita, recentemente criado, e máximo dirigente do Estado. Ali Nasser Mohamed é o Primeiro-Ministro e membro do Bureau Político do Partido. A presente entrevista foi concedida em exclusivo aos editores dos "Cadernos do Terceiro Mundo", Neiva Moreira e Beatriz Bisio; e a mesma teve lugar em Adén, na residência do dirigente sul-yemenita. Nela Fattah Ismail define a linha ideológica do seu partido e aborda importantes temas da realidade nacional e da região em que se situa.

Fattah Ismail, como Secretário-Geral do Partido Socialista Yemenita, gostaria-mos que nos analisasse a crise de Junho passado bem como a realização do Primeiro Congresso do seu partido.

As alterações que se deram no nosso partido nos últimos meses não foram causadas pela crise que vivemos, mas sim para atender ao cumprimento das etapas da revolução no nosso país. Alterações que haviam começado há já muito tempo atrás. Pensamos que essa mudança é necessária, como consequência do desenvolvimento da luta popular. As alterações que se deram dentro do nosso partido procuram um melhor definição e sistematização da ideologia revolucionária e, ao mesmo tempo, uma posição de classe autêntica, de modo a ir ajustando às novas situações a linha política partidária.

Nesse sentido, dir-lhes-ei que para nós

o tema do partido não está desligado da nossa história. O partido é uma fonte revolucionária, uma fonte de desenvolvimento revolucionário. A partir dele podemos fazer avançar o nosso processo e lograr os objectivos socialistas da nossa luta, que foi muito longa.

A crise do mês de Junho passado deixou aflorar dentro do nosso partido alguns pontos de vista divergentes. Tudo isso foi analisado pelos militantes do partido num estudo amplo, e posso-lhes afirmar que a etapa mais dura já foi superada.

Os momentos mais difíceis que tivemos de enfrentar como organização política vivemo-los quando tivemos que combater os militantes da ala oportunista, disfarçados de ultra-esquerdistas. Apesar da gravidade da divergência, pudemos controlar a situação e fazer abortar os planos desse grupo. O dia 26 de Junho, dia em que se desencadeou a crise final, ficará para sempre gravado em nós.

Desde esse momento começámos a trabalhar pela reestruturação dentro do partido, com vista a uma verdadeira democracia interna. A discussão com os oportunistas de esquerda girava em torno da ideologia adoptada pelo partido, a definição internacionalista da nossa organização e a táctica do povo yemenita e a Nação Árabe.

Durante meses estudámos as posições desse grupo para o poder enfrentar. Eles tinham-se levantado contra a construção do nosso partido, questionando as definições que deve adoptar uma organização revolucionária pura. Levantaram-se contra o conceito de luta de classes e contra o materialismo dialéctico como definição ideológica do nosso partido.

A discussão em torno destes problemas havia adquirido, nos últimos tempos, uma dimensão muito importante. Quando eles verificam o seu fracasso, quando constatarem que as suas posições se tornam insustentáveis, então tentam o golpe de Estado. O golpe de Junho passado tinha, segundo fomos apurando, conexões com o imperialismo e com os regimes árabes reacçãoários, mas a força da revolução yemenita evitou o seu triunfo. Essa força revolucionária é a chave. Naqueles graves momentos, foi a definição ideológica correcta que permitiu o triunfo da linha revolucionária.

A ala oportunista saiu derrotada de-



Fattah Ismaïl

Abdel Fattah Ismail nasceu em 1939 no seio de uma família camponesa de modestos recursos. Aos vinte anos de idade tem de abandonar os seus estudos e passar a trabalhar como operário, numa refinaria de petróleo de capitais ingleses.

Activo sindicalista, toma parte na greve que ficou conhecida como "a dos setenta dias"; e é preso. Participa na criação do Movimento dos Nacionalistas Árabes (MNA) do Yemen do Sul, que, no ano de 1963, passa a integrar, juntamente com outros partidos, a Frente Nacional de Libertação do Yemen do Sul (FNL).

Desencadeada a luta armada contra o colonialismo britânico, em 1963, Abdel Fattah Ismail consagra-se por completo à actividade política e militar. Passa à clandestinidade e torna-se um dos responsáveis políticos da FNL em Adén. No Primeiro Congresso da FNL (1965), Fattah Ismail é eleito membro do Comité Executivo.

Conquistada a independência, em 1967, Fattah Ismail é nomeado ministro da Cultura e Ideologia e dos Assuntos da Unidade Yemenita.

Quando o partido passa a estar controlado pela ala da direita, liderada por Kahan Chaabi, então Presidente do Yemen, Fattah Ismail vê-se obrigado a refugiar-se na Bulgária. Em 1968, regressa, quando pensa que estão criadas as condições para retomar o controlo do partido. Efectivamente, Chaabi vê-se forçado a demitir-se e Fattah Ismail é nomeado Secretário-Geral do Conselho Presidencial que o substituiu.

Desde então (1969), Fattah Ismail tem ocupado os postos de maior responsabilidade tanto do partido como do Governo.

pois de uma longa discussão ideológica, e esse difícil processo permitiu afastar do caminho os escolhos que eles queriam impor ao triunfo da revolução.

Dialecticamente, essa discussão interna criou as condições para o exercício de uma ampla democracia no seio do partido.

O CONGRESSO PARTIDÁRIO

O Congresso que realizámos a 26 de Outubro — em que foi adoptado a denominação de Partido Socialista Yemenita — analisou toda a situação criada pela queda da ala oportunista, e, assim, pudemos dar de novo ao nosso partido a definição ideológica que sempre considerámos correcta. Foi nesse Congresso que, pela primeira vez, foi revelado ante todo o povo yemenita a discussão ideológica que se havia travado dentro do partido em torno das posições da ala oportunista.

Muito importante foi o facto de após essa grande crise se ter dado, e da propaganda contra nós que a imprensa internacional inimiga desenvolveu, (pela critica e ataque que fizemos ao imperialismo), termos continuado a trabalhar com optimismo e confiança na preparação do Primeiro Congresso. Tinhamos a esperança de que tudo isso contribuiria para melhorar as estruturas internas do nosso partido. E assim foi.

Começámos por tomar contacto com todas as organizações militantes do partido, em todas as províncias da República e com as organizações militantes do Partido dentro das Forças Armadas. Celebraram-se vários congressos a nível regional em todo o território, entre eles o dos militantes do Partido dentro das Forças Armadas. Em todos esses congressos regionais se analisaram e estudaram os principais documentos partidários, a nova Constituição e uma nova estrutura interna. Todos esses materiais haviam sido elaborados com base em amplas discussões entre os militantes. Em todos esses congressos de base foram eleitos os representantes de todas as organizações ao I Congresso do Partido.

Foi nesse I Congresso que se fez uma autocritica do que se passou, com base na análise da época anterior. Foi estudado o manifesto político do partido e o II Plano Quinquenal de desenvolvimento. Foram eleitos também um novo Comité

Central e um Comité Fiscalizador das finanças do Partido. O Comité Central, por sua vez, elegeu o Secretário-Geral, o Bureau Político e o Comité Fiscalizador das Organizações. Neste Congresso, nasceu o novo partido de vanguarda: o Partido Socialista Yemenita.

O MARXISMO-LENINISMO

No seu primeiro Congresso, o Partido Socialista Yemenita adopta a definição marxista-leninista, que pela explicação que nos deu, seria uma das definições ideológicas postas em causa pela "ala oportunista" derrotada em Junho de 1978.

A Frente Nacional de Libertação (FNL) havia adoptado já o socialismo científico como base das suas definições desde há muito tempo. Por isso, incrementámos o estudo do marxismo por parte dos nossos militantes. O marxismo-leninismo é a base do avanço da revolução proletária e definição necessária para assegurar o triunfo do socialismo.

No Yemen Democrático adoptamos essa definição ideológica porque estamos convencidos de que nos países pouco desenvolvidos, o único caminho para assegurar o desenvolvimento é a construção do socialismo. Igualmente estamos convencidos de que não há outra definição que assegure um processo revolucionário de chegar a concretizar os seus fins. Temos visto muitas experiências no mundo, revoluções lideradas pela pequena-burguesia, que, em determinada altura, se encontram num beco sem saída. O único caminho que lhes resta é retroceder. Então voltam a cair nas mãos do imperialismo e dos regimes reaccionários, e fracassam. O fracasso fica-se a dever ao facto de não terem adoptado — e posto em prática — os postulados da ideologia marxista-leninista.

Por tudo isso, adoptamos o marxismo-leninista no Yemen Democrático. O nosso povo não estava ideologicamente consciencializado quando iniciámos este processo, mas sentia uma necessidade moral de acabar com o sistema arcaico, baseado no poder de uns poucos que oprimiam a maioria, para construir uma sociedade mais justa. Chegámos a esta definição ideológica estudando a experiência socialista internacional e analisando a nossa própria realidade.

Hoje, os nosso militantes estão armados com a ideologia marxista e põem-na em prática no campo político, económico, social, cultural, e também no militar. Para nós, o materialismo dialéctico não pode ser tomado como algo de estático, mas há que compreendê-lo em toda a sua dinâmica. Consideramo-lo como uma ideologia que se nutre de todos os processos revolucionários. Mas afirmamos que não pode existir um processo revolucionário sem uma ideologia revolucionária. Da mesma forma, uma ideologia revolucionária só é fecunda quando se transforma em acção revolucionária, com o objectivo claro de alterar a realidade.

Voltamos a dizê-lo: escolhemos esta linha ideológica como base do desenvolvimento do nosso país, segundo as definições adoptadas no nosso Primeiro Congresso, tomando em conta a situação internacional actual, o desenvolvimento da nossa revolução e a estrutura que herdámos do passado.

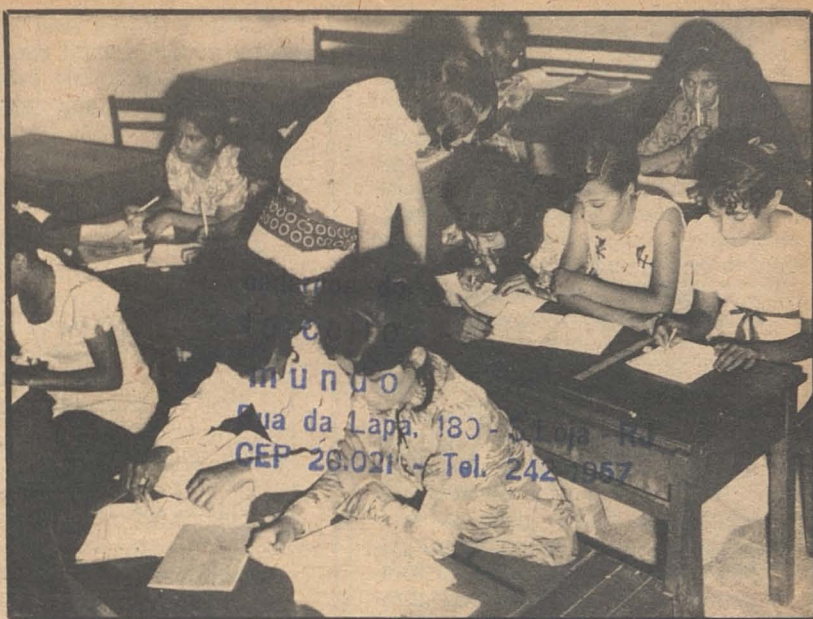
Com a adopção do marxismo-leninismo como definição ideológica e com o Segundo Plano Quinquenal para conduzir o desenvolvimento económico dos próximos anos, o nosso povo luta actualmente a todos os níveis para reforçar a unidade nacional, elevar a produção e a produtividade, e melhorar o nível de vida de todos.

Dentro do nosso partido, a presença proletária é a principal garantia para que a marcha revolucionária logre consolidar a construção do Socialismo.

RELAÇÃO PARTIDO POVO

Como levam à prática no Partido Socialista Yemenita a adopção do centralismo democrático como forma de trabalho interno?

Para levar por diante um processo revolucionário, o partido de vanguarda deve aplicar o centralismo democrático. É desta forma que se estabelece uma verdadeira união entre todos os membros do partido. O centralismo democrático conecta o trabalho dos dirigentes com o da base, ao mesmo tempo que permite assegurar a plena democracia dentro do partido. Tudo é analisado por militantes, dirigentes e membros do partido de baixo para cima e vice-versa. Deste modo, todos os assuntos e missões encomendadas pelo partido à base são amplamente analisados



Rua da Lapa, 180 - Lapa - RJ
CEP 28.021 - Tel. 242.957

A mulher yemenita prepara-se para participar activamente na vida política do seu país

e discutidos, assegurando a marcha dinâmica da organização.

O funcionamento do centralismo democrático assegura uma boa relação entre o partido e o povo. Essa relação, por sua vez, fortalece-se com a acção das organizações populares, os sindicatos, a confederação camponesa, a federação de jovens, de mulheres, etc.

No nosso partido, podemos dizer, atingimos um excelente grau de desenvolvimento político, a todos os níveis, em todas as províncias do país e também no interior das Forças Armadas, pelo que é possível afirmar que o Partido Socialista Yemenita é a vanguarda da revolução no Yemen. A força do nosso partido radica em dois aspectos: primeiro, na preparação dos militantes no estudo dos principais postulados teóricos, o que nos dá uma grande unidade ideológica; e, em segundo lugar, porque a nossa força radica no povo.

O PARTIDO E A PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA

Está a entrar em vigência no Yemen Democrático o Segundo Plano Quinque-

nal. Qual tem sido a experiência de economia planificada no seu país?

O Homem estabeleceu duas formas de organização económica. Uma construída sobre base socialista; outra levantada sobre base capitalista.

O socialismo constrói uma estrutura económica nacionalista, com o propósito de a orientar para a solução dos problemas do país em benefício das maiorias. A economia capitalista, que como todos sabemos atravessa uma crise profunda, baseia-se na exploração de uma classe por outra, originando a sociedade dividida em classes.

Nós adoptámos a economia planificada com o nosso Primeiro Plano Trienal. Depois, seguiu-se o Primeiro Plano Quinquenal, e, agora, damos início ao Segundo. Com esses planos de desenvolvimento pudemos superar muitos problemas económicos que punham entraves à nossa marcha e superámo-los em pouco tempo, com perdas mínimas materiais, o que nos permitiu melhorar, consequentemente, o nosso nível de vida. Os planos quinquenais são discutidos por todas as organizações políticas, que sempre nos têm dado o seu apoio, para os levar por diante.

TRATAR A MULHER DE UM PONTO DE VISTA REVOLUCIONÁRIO

Fattah Ismail, falámos muito do partido e da economia do país. Gostaríamos, no entanto, de rodear os aspectos que abordou perguntando-lhe qual é a participação da mulher yemenita em relação, precisamente, a esses dois níveis.

O desenvolvimento histórico e a evolução política deixaram a mulher árabe à margem da vida política, económica, social e cultural. Embora a pergunta que me colocaram diga respeito à mulher yemenita, é difícil responder sem abordar a problemática da mulher árabe. Só estudando a mulher árabe, de uma forma global, podemos começar a encontrar soluções para a sua situação de marginalização.

É de todos conhecida a situação nos países árabes com regimes reaccionários. Neles, a mulher vive segundo as velhas tradições, que não guardam nenhuma relação com o actual século. Naturalmente, a mulher árabe não é culpada desta situação. Se se lhes oferecem oportunidades, as mulheres dos países árabes como todas as mulheres do mundo, podem participar activamente na vida política e em todos os campos da actividade humana.

O que se passa no Yemen é um exemplo do que afirmámos. Estamos a tratar a mulher sob um ponto de vista revolucionário, com completa igualdade face ao homem. Todavia, podemos afirmar sinceramente que a mulher yemenita não está ainda preparada na medida necessária para ocupar altos cargos no campo da administração, por exemplo. Mas estamos-lhe a dar oportunidades, e na legislação ela possui já os mesmos direitos que o homem.

Temos conseguido que a mulher yemenita coopere e participe em todos os campos, de forma ampla e correcta. A nosso ver, o verdadeiro nível de desenvolvimento de uma sociedade democrática e progressista mede-se pelo grau de participação da mulher na vida do país. O nosso esforço por incorporar a mulher em todas as actividades leva-nos a lutar contra os velhos costumes, contra as ideias reaccionárias herdadas dos velhos tempos.

Lutamos contra tudo isto para reformar a vida, de acordo com as ideias progressistas, para igualar a mulher ao homem, dando-lhe todos os direitos. Só assim poderá cooperar juntamente com o seu companheiro, ombro a ombro, na missão de fazer triunfar a revolução nacional democrática.

A mulher yemenita participou na luta contra o imperialismo britânico, em vários campos, colaborando no triunfo da revolução e na obtenção da independência, em 1967. Combateu, depois, pelo desenvolvimento social e para conquistar o seu direito à igualdade. Participou, também, na luta contra a ala de direita do partido, que foi derrotada em 1969, e cooperou na luta contra os oportunistas de esquerda que culminou a 26 de Junho de 1978.

Podemos dizer que a luta da mulher yemenita se trava tanto através da sua organização independente (a Confederação de Mulheres Yemenitas), como a nível partidário, seja como militante ou como dirigente. Também participa na Polícia e

há alguns exemplos de participação a altos níveis da administração do regime.

Confiamos que a mulher yemenita vai continuar a batalhar, quer pela sua própria libertação, quer para pôr em vigência a Lei da Família, que lhe confere todos os direitos, em igualdade com o homem, no partido e no seio do povo.

Se comparamos a situação da mulher yemenita com a de outras mulheres do mundo árabe, compreendemos que na República Democrática do Yemen a mulher encontrou um grupo de vanguarda, que compreendeu a sua importância e lhe deu o lugar que ela merecia. Enquanto a mulher árabe noutros países, que têm no poder regimes reaccionários, ficou encerrada nas suas quatro paredes, reduzida às tarefas de doméstica e sendo exclusivamente um objecto sexual.

Como conclusão a tirar da nossa própria experiência, podemos dizer que a mulher pode realizar-se e actuar em todos os campos para construir uma nova sociedade, sempre que exista uma vanguarda revolucionária que reconheça a sua importância e lhe abra canais de participação na vida económica, política, cultural e social.

A CIMEIRA DE BAGDAD: UMA GRANDE VITÓRIA

Os temas que abordámos têm um interesse permanente. Queríamos colocar-lhe agora alguns problemas de actualidade no mundo árabe. Que opinião lhe merecem os acordos de Camp David e a Cimeira de Bagdad?

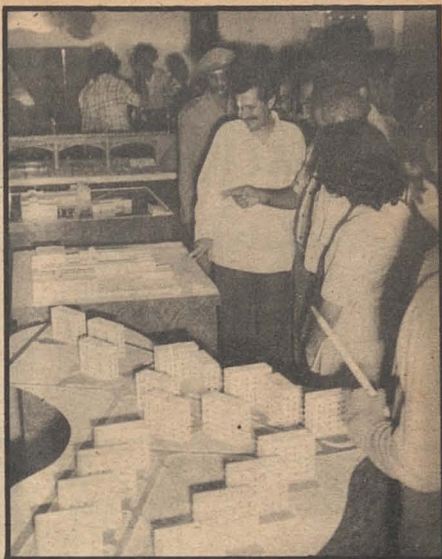
A nossa opinião é conhecida e bem clara. Mohamed Ali Nasser, que representou o nosso país na Cimeira de Bagdad, declarou no seu regresso que a nosso ver os acordos de Camp David convêm à política dos oportunistas, dos derrotistas do regime de Sadat — que rompeu a unidade árabe na sua luta anti-imperialista — do sionismo e do próprio Sadat, que se autoproclamou representante da Nação árabe e exclusivo porta-voz do povo palestino.

Essa linha política foi elaborada pelo imperialismo norte-americano e pelos sionistas, para poder enfrentar cada país árabe de forma isolada. Obteriam, assim, — segundo eles — o controlo da situação em toda a região árabe, que é para o imperialismo de importância estratégica, por ser o território mais rico do mundo em petróleo. Ainda que tenhamos posições antagónicas, num aspecto estamos de acordo: também nós pensamos que não há solução para a luta árabe contra o imperialismo de forma isolada. As soluções são globais, e, por isso, devemos unificar a luta do mundo árabe contra o imperialismo e o sionismo.

O povo árabe unido terá de enfrentar as forças imperialistas encabeçadas pelos Estados Unidos e Israel para libertar todos os territórios árabes ocupados no Médio Oriente e em África.

A única forma de resolver o problema palestino é devolver a esse povo, cujo o único representante é a OLP, todo o seu território.

Na Cimeira de Bagdad, a nossa missão foi reforçar a unidade árabe para enfrentar a farsa de Camp David. Nesse sentido, podemos afirmar que, em Bagdad, se conseguiu uma grande vitória, apesar de não terem sido adoptadas todas as posições da Frente de Firmeza (1). Nós, como membros dessa Frente, continuamos na nossa luta contra o imperialismo. O mais importante é que nessa Frente participe o



Ismail observa um projecto habitacional

Iraque, nosso irmão. Isso é possível agora, após a reconciliação do Iraque com a Síria. Poderemos, assim, reforçar a unidade árabe e a própria Frente, para bem dos objectivos da nossa luta. A responsabilidade de agir com o objectivo de unir as nações árabes, e é nesse sentido que se desenvolve a nossa actividade dentro da Frente de Firmeza.

Ao que julgamos saber, esta entrevista constituirá uma das primeiras, senão a primeira, que sobre a problemática política do Yemen se publica na África e na América Latina. Tem alguma mensagem em especial para os leitores desses dois continentes?

Através desta entrevista e dos “Cader-nos do Terceiro Mundo” desejamos aos militantes revolucionários e lutadores da América Latina e da África que a vitória ilumine a sua revolução. Enviamos o nosso particular reconhecimento e saudação à Revolução cubana e ao seu dirigente, Fidel Castro, assim como ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba e ao povo cubano pela acção tão importante que conseguiram desenvolver a nível do Terceiro Mundo, enfrentando a agressão imperialista nos países da África e da Ásia.

(1) Inicialmente, a Frente de Firmeza era formada pela Argélia, Líbia, Síria, Yemen e OLP.

Beguin quer as pirâmides

Também no plano cultural, a ofensiva desencadeada pelas autoridades israelitas procura separar o Egito do resto do mundo árabe



Referindo-se aos novos laços existentes entre o seu Governo e o Cairo, o Primeiro-Ministro israelita Menahem Beguin defendeu recentemente que *“as pirâmides do Egito foram construídas pelos judeus no cativeiro”*.

A afirmação, aparentemente inocente, causou preocupação nos países árabes. E, na realidade, o caso não era para menos.

Como antigo chefe da organização ultradireitista Ir-

gun Zvei Leumi, Beguin sempre defendeu a tese do “Eretz Israel”, segundo a qual, a Terra Prometida se estenderia desde o Nilo ao Eufrates. O Primeiro-Ministro Beguin nunca desmentiu o que afirmava nos finais da década de 40 o Beguin então procurado como terrorista. E baseando-se no argumento de que existe uma continuidade histórica entre o actual Estado de Israel e as tribos judias que estiveram instala-

das na Palestina à cerca de dois mil anos, os sionistas negam-se a considerar a Cisjordânia como território ocupado, dando a essas terras árabes o nome bíblico de “Judeja e Samaria”.

A irredutibilidade do dirigente israelita provocou, inclusive, “fricções” diplomáticas com o seu tradicional aliado, os Estados Unidos, quando o governo de Washington se recusou — à semelhança do resto da comunidade internacional —

a reconhecer Jerusalém ocupada como capital do Estado judeu.

Com respeito às pirâmides, os árabes ainda estão recordados de um panfleto provocatório que os sionistas fizeram circular profusamente, no estrangeiro, durante a guerra de 1967, no momento em que as tropas israelitas avançavam sobre o Sinai egípcio em direcção ao Canal de Suez. Nele, sob um avião da companhia "El-Al" sobrevoando os monumentos históricos do Nilo lia-se: "*Visite Israel. Conheça as pirâmides*".

Durante a sua visita ao Egipto, em Dezembro de 1977, Begin manifestou a sua intenção de fazer um "tour" pela pirâmide de Keops, em Giza. O pedido foi-lhe recusado "por razões de segurança". Mas no regresso ao seu país, o *premier* israelita teve pelo menos a oportunidade de dar uma vista de olhos aos monumentos, quando o seu helicóptero se desviou expressamente para o sobrevoar.

GUERRA PSICOLÓGICA

As declarações de Begin sobre as pirâmides, mais que uma reivindicação territorial sob todos os aspectos absurda, constituíram, sem dúvida, um elemento de "guerra psicológica" destinado ao povo egípcio.

Destacados historiadores árabes vieram à liça denunciar a falsidade das afirmações: de acordo com documentos guardados na biblioteca de Oxford, a Grande Pirâmide foi construída durante o reinado do Faraó



Khufu, por volta do ano 2690 a.C., muito tempo antes dos judeus terem sido conduzidos para o seu cativeiro no vale do Nilo.

As investigações científicas mais recentes demonstram, além disso, que os monumentos não foram edificadas por exércitos escravos, como se supunha, mas pelo esforço da população local. O transporte, corte e montagem das 2 600 000 pedras gigantes que compõem a pirâmide de Keops, por exemplo, foi possível graças à utilização de técnicas de engenharia avançadas (ainda desconhecidas) e não pelo sacrifício de milhares de vidas.

Os árabes, que introduziram no Ocidente a astronomia, a geografia e até os números que hoje utilizamos, apreciaram a transcendência destes monumentos. Não foi Napoleão — como se pensa — o primeiro a estudar cientificamente as pirâmides. Dez séculos antes, no ano 820, o Califa Maamun mobilizou dezenas de engenheiros, arquitectos e construtores

para analisar a Grande Pirâmide e encontrar a sua entrada secreta. Ainda que não tenha conseguido atingir o seu objectivo, ele pôde, no entanto, demonstrar a relação entre as construções e o conhecimento astronómico da época, o que fez com que pensasse da sua provável utilização como observatório.

Ao reclamar para os seus presumíveis antecessores a paternidade da construção das pirâmides, Begin utiliza a mesma lógica que leva os arqueólogos israelitas a ignorar ou a deformar os traços árabes e islâmicos na Palestina.

O Partido Nacional Unionista, da oposição — de tendência nasserista — já alertou Sadat para os riscos a que conduz o estreitamento de relações culturais com Israel previstos nos Acordos de Camp David. Os sionistas, argumenta aquele partido, lançaram uma campanha publicitária destinada a distorcer os factos históricos com vista a separar o Egipto do resto do Mundo Árabe.

AFRICA

O FMI, a dívida externa e a África



Mário Murteira,
conhecido eco-
nomista português,
que tem dado o seu
contributo técnico às
experiências de pla-
neamento económico na
Guiné-Bissau e em Cabo
Verde, fala-nos do FMI
e dos perigos que repre-
senta para os países do
Terceiro Mundo negociar
com esta «hidra»

Mário Murteira

A dívida pública externa de 97 países e territórios considerados "em desenvolvimento" ou "subdesenvolvidos" passou de 75 biliões de dólares em 1970 a 228 biliões em 1976. Os juros anuais elevaram-se de 5,8 a 17,1 biliões, no mesmo período. Os países africanos incluídos neste grupo, paralelamente, aumentaram a sua dívida de 13 para 49 biliões, isto é, a ritmo superior à média do conjunto. O aumento é ainda mais espectacular se considerarmos também a dívida externa privada — contraída fundamentalmente junto dos bancos privados — que constitui a grande fonte de financiamento externo dalguns países nos últimos anos: por exemplo, em 1975, esta dívida "privada" representava mais de 80 por cento da dívida externa total do México, do Brasil e do Zaire. Países como a Espanha, a Argélia, o Irão e a Indonésia utilizaram também amplamente essa fonte de créditos externos, nos anos recentes.

Os problemas resultantes deste rápido endividamento externo, o papel do Fundo Monetário Internacional, e particularmente os efeitos deste processo no continente africano constituem o tema destas reflexões.

O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O endividamento externo não é necessariamente um mal para o país que procura vencer eficazmente

o seu atraso económico e social. Pode ser mesmo indispensável contrair volumosa dívida externa, quando os recursos internos de financiamento são escassos e(ou) as exportações são largamente insuficientes para permitirem as divisas que assegurem o pagamento das importações indispensáveis. Nalguns casos, a ajuda externa sob a forma de donativos em coisas ou dinheiro pode desempenhar papel apreciável — como sucede actualmente, por exemplo, na Guiné-Bissau ou em Cabo Verde — mas trata-se de situações excepcionais, e mesmo nesses casos um certo grau de endividamento externo é inevitável.

A questão que importa esclarecer, desde logo, é pois a seguinte: em que condições pode transformar-se a dívida externa numa armadilha que condiciona estreitamente a capacidade de decisão autónoma do país em desenvolvimento?

Tal sucederá sempre que o país não disponha de alternativa para a obtenção de créditos externos condicionados, por seu turno, à aceitação de imposições políticas, económicas e sociais do exterior. Em tais situações, frequentes em várias regiões do chamado Terceiro Mundo, a interdependência política é largamente formal e a mais estreita subordinação pode ligar os "governos nacionais" a instâncias estrangeiras.

Neste processo, o sistema monetário internacional que regula a economia mundial capitalista e a instituição que lhe é inerente, o Fundo Monetário Internacional, desempenham pa-

pel decisivo. Não porque seja o FMI a fonte primordial de financiamento, mas sim por constituir a entidade que geralmente "avaliza" o país devedor junto dos seus credores, através das análises e recomendações que efectua sobre a situação económica dos países carecidos de crédito externo. Assim sucedeu recentemente em Portugal, país em que a política "recomendada" pelo FMI e aceite pelo Governo a troco do empréstimo concedido por um consórcio internacional da ordem dos 750 milhões de dólares — visando teoricamente o equilíbrio da balança de pagamentos — determinou substancial redução do poder de compra dos trabalhadores, agravamento do desemprego, e travagem do crescimento económico.

O CAPITALISMO INTERNACIONAL E O FMI

Mas porquê este aparente papel de vilão que o FMI desempenha hoje um pouco por toda a parte, do Peru ao Egipto, ao Zaire ou a Portugal? Não certamente por maldade intrínseca dos funcionários do FMI — alguns, até, cheios de boas intenções nos conselhos que diligentemente produzem em várias latitudes — mas antes pela lógica do sistema económico internacional em que, consciente ou inconscientemente, a sua acção se exerce.

No essencial, essa lógica é simples.

Em regra, os países do Terceiro Mundo de maiores dívidas externas são aqueles em que é mais volumoso o investimento das empresas multinacionais (so-

bretudo de origem norte-americana) e também maior a dotação de recursos naturais, designadamente recursos não renováveis cada vez mais escassos face às necessidades. É neste grupo que se concentra a maior parte da dívida externa dos países subdesenvolvidos contraída junto de bancos privados. Há, todavia, excepções (totais ou parciais) importantes a esta regra, como a Argélia e a Jugoslávia onde o investimento estrangeiro directo é relativamente reduzido: estes casos, pela situação política específica que os caracteriza, não invalida a afirmação genérica que fizemos. Mostram, apenas, que em determinadas circunstâncias, o endividamento externo junto do capitalismo internacional não implica necessariamente a franca "abertura" aos interesses das empresas multinacionais.

Assim, nos seis países do terceiro Mundo maiores credores encontravam-se recentemente o Brasil, o México, a Indonésia, o Irão e a Argélia (sendo a Índia, o restante país do grupo). Por outro lado, o grupo dos países africanos de maiores dívidas externas inclui o Egipto, o Zaire e a Nigéria e naqueles com maior proporção da dívida privada na dívida externa total contam-se o Zaire, o Senegal, a Zâmbia, Marrocos e o Egipto.

Que concluir destes factos?

Como seria de prever, onde encontre condições políticas favoráveis, o capital internacional nas suas aplicações directas no Terceiro Mundo orienta-se para as zonas de maior densi-

dade de recursos naturais, incluindo nestes a mão-de-obra barata e estes recursos são o melhor penhor do endividamento externo desses países, desde que eles mantenham um "clima acolhedor" ao investimento das empresas multinacionais. As recomendações do FMI visam salvaguardar tal "clima", quer directamente pela condenação de práticas limitativas desse investimento quer indirectamente pela aplicação das chamadas medidas de "estabilização económica" que igualmente (além do mais) favorecem as empresas multinacionais. Essas medidas conduzem invariavelmente à redução do salário do trabalhador nacional em termos de dólares, marcos ou francos, seja pela desvalorização externa da moeda nacional seja pela actuação directa sobre salários e preços, os primeiros afastando-se (para menos) da evolução dos segundos. Conduzem também a privilegiar um sector exportador da economia nacional que, na realidade, ou é dominado por filiais de empresas multinacionais ou por empresas na aparência independentes mas na realidade articuladas internacionalmente com aquelas. É bom lembrar que a UNCTAD estimou recentemente que mais de metade das transacções internacionais do Terceiro Mundo está integrada no chamado **comércio fechado ou cativo**, isto é, realizado dentro do circuito da matriz e das filiais da mesma empresa multinacional.

Por outro lado, nos países periféricos do capitalismo em que as empresas multinacionais mais firme-

mente se implantam, o desequilíbrio crónico da balança de pagamentos é, em certos casos, consequência do próprio modelo económico adoptado, e o endividamento externo é cumulativo. Por exemplo, no período 1972/76 o serviço da dívida externa (isto é, reembolso e juros dos capitais emprestados) aumentou no Chile 55 por cento em média anual, enquanto as exportações de bens e serviços cresceram só 24 por cento (aos preços correntes) e o Produto Nacional Bruto diminuiu a 3 por cento ao ano. No Brasil, e no mesmo período, o serviço da dívida cresceu 34 por cento ao ano e as exportações 26 por cento, no México 23 e 17 por cento respectivamente, no mesmo período, etc. Note-se que aquilo que as empresas transnacionais transferem para o exterior — além das saídas de fundos implicadas pelo serviço da dívida externa — sob a forma de lucros, royalties, manipulação de preços de importação e exportação nos seus circuitos transnacionais, e outras formas, é superior aos capitais externos que introduzem no País, e a drenagem do excedente económico operada por aquelas formas acentua os problemas dos pagamentos externos típicos do país subdesenvolvido não exportador de petróleo.

Em síntese, é toda a vasta questão da Nova Ordem Económica Internacional que entra em jogo quando se aprofunda a análise dos mecanismos da dependência por via do endividamento externo no âmbito da ordem capitalista mundial que hoje vigora.



cadernos do
Fórum do
mundo

Rua da Lapa, 185 - São João - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

O CONTINENTE AFRICANO E A ARMADILHA

Neste quadro, que há de específico na situação do Terceiro Mundo africano?

Há duas ordens de factores a considerar na resposta à questão: por um lado, a maior ou menor penetração directa do capital dos EUA ou das empresas aí sediadas nas diversas regiões do Terceiro Mundo; por outro, a diversidade das condições internas dessas

regiões, em especial quanto ao seu passado de crescimento económico.

Embora, como vimos, o endividamento externo do continente africano esteja a crescer rapidamente, é sobretudo na América Latina que o processo de dependência a que aludimos mais fortemente está implantado. É nessa região que os investimentos norte-americanos no Terceiro Mundo estão concentrados e que os condicionamentos e imposições da política externa dos E.U.A. são

mais determinantes. É também nessa região que certos países atingiram uma dimensão económica e demográfica — como o Brasil, a Argentina e o México — que faz dos seus próprios mercados internos área estratégica das multinacionais. Fora do continente americano as dívidas volumosas típicas do Terceiro Mundo dependente aparecem na Índia, na Coreia do Sul, nas Filipinas ou na Formosa, estes últimos casos bem situados na órbita norte-americana quanto à estratégia política e econó-



Fotografia cedida pela FAO

mica dos respectivos governos. Na periferia europeia, Portugal (que tem hoje uma dívida externa da ordem dos 5,5 biliões de dólares) juntou-se recentemente aos grandes devedores e subalternos do capitalismo europeu como a Espanha, Grécia e Turquia que têm todavia, em conjunto e de per si, características dissemelhantes da problemática mais típica do Terceiro Mundo.

No continente africano, a presença das antigas metrópoles coloniais europeias e ainda significativa e a influência directa do capital americano bem menos decisiva do que noutros continentes ou regiões. Em parte isto é causa, em parte é também efeito, da relativa liberdade de manobra que alguns povos africanos emergentes dos seus processos de descolonização têm encontrado para definir os seus regimes políticos e estratégias de desenvolvimento, diferentemente — por exemplo — do que pode observar-se na América Latina e na própria periferia europeia. Só por si, estes factos justificam que o FMI possa adoptar estratégias mais maleáveis e compreensivas de aborda-

gem a problemas de países emergentes da descolonização portuguesa do que (por exemplo) em relação à própria ex-Metrópole.

Quanto aos condicionamentos internos, podemos distinguir as diversas potencialidades de recursos dos países da região bem como as características das estruturas políticas e correspondentes políticas económicas adoptadas pelos estados nacionais.

Quanto ao primeiro ponto, é evidente que países particularmente ricos em recursos naturais e de grande dimensão — como o Zaire, a Nigéria e Angola — são bem mais decisivos na luta mundial pela exploração das periferias subdesenvolvidas do que regiões insignificantes deste ponto de vista, designadamente os chamados *least develop countries* (LDC), em princípio mais carecidos de ajuda externa sem contrapartida (donativos). A questão da dívida externa e da intervenção do FMI nestes países põe-se apenas como reflexo da estratégia do imperialismo condicionada pela relação de forças a nível mundial e regional.

É mais significativo considerar a questão “de dentro para fora”, isto é, do ponto de vista da maior ou menor vulnerabilidade das situações político-económicas internas às armadilhas da dependência financeira.

É importante não perder de vista que os governos nacionais assumem gravíssima responsabilidade perante os povos que representam sempre que consentem crises financeiras internas de proporções tais que os governos se encontrem desarmados perante as im-

posições externas que se associam às “ajudas” que nunca são gratuitas nem desinteressadas. A irresponsabilidade e a incompetência no domínio da administração financeira do Estado podem comprometer as melhores intenções das doutrinas oficiais em matéria de desenvolvimento económico e progresso social. Em particular, seja na África, na Ásia, na Europa ou na América Latina, negociar com o FMI sem uma clara noção do interesse nacional em matéria de política económica e sem margem de manobra na política externa face ao capitalismo internacional, é risco demasiadamente grave para qualquer governo progressista e responsável. Claro que em países recentemente saídos da noite colonial, com escassas estruturas administrativas organizadas e exíguo pessoal técnico qualificado, a situação pode tornar-se dramática. Talvez que a conclusão a tirar seja a seguinte: o país recentemente entrado na independência política e lutando pela realização prática daquela no domínio económico, carece de dar prioridade absoluta à estruturação do estado no domínio da administração financeira. Diz-se que as boas intenções fazem má economia: não é por se querer mais sinceramente o rápido progresso social dos povos que tal se consegue, se o desastre financeiro não for evitado, (1)

(1) Os dados estatísticos citados neste texto foram colhidos em documentos divulgados pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento).

Moçambique

movimento dos não-alinhados I — as origens

Entre 26 de Janeiro e 2 de Fevereiro, no momento em que fechamos esta edição, realiza-se, no Maputo, a Reunião Extraordinária do Bureau de Coordenação do Movimento dos Países Não-Alinhados. A finalidade é discutir a situação na África Austral, bem como a evolução da luta de libertação nacional, particularmente na Namíbia e no Zimbabué.

Uma segunda reunião terá lugar em Colombo, Sri Lanka (ex-Ceilão). Ambas antecederem e preparam a Conferência dos Países Não-Alinhados que terá lugar em Havana, Cuba, durante o mês de Setembro deste ano.

O NÃO ALINHAMENTO

A questão do "não alinhamento" entende-se como a resposta de uma série de países do chamado Terceiro Mundo à divisão do globo em blocos militares, ou seja, a recusa de pertencer a qualquer bloco militar. No entanto, este facto não implica que os países que pertencem ao Movimento dos Não-Alinhados, sejam **neutrais** em termos políticos ou de definição da sua concepção de estratégia de desenvolvimento. No seio dos países não alinhados existem países que escolheram uma via socia-

lista de desenvolvimento e outros cuja economia se insere nos princípios capitalistas de organização da vida económica. O que caracteriza fundamentalmente o Movimento dos Não-Alinhados, e o facto de existir uma plataforma comum quanto a algumas questões fundamentais.

O imperialismo e o colonialismo são rejeitados por todos os países membros do Movimento, existindo um acordo sobre questões de cooperação económica, dependência económica, autodeterminação dos povos, paz e cooperação internacional.

Para se compreender mais profundamente o que é o Movimento dos Não-Alinhados vamos analisar as origens do Movimento, as condições geopolíticas em que surge desde antes da Conferência de Bandung, em 1955, até aos nossos dias. Veremos, de igual modo, quais foram no início as figuras políticas que mais influenciaram o Movimento e o seu porquê, é necessário que se compreenda a importância deste Movimento que tem desempenhado um papel cada vez mais importante e decisivo nas principais questões da vida mundial, pela libertação dos povos sob dominação colonial, e contra a ordem capitalista que im-

põe as suas relações económicas aos países mais débeis, impedindo-os de se emanciparem verdadeiramente.

BANDUNG

Não resta a menor dúvida que Bandung ficou na história colonial como um dos acontecimentos mais importantes. Bandung não surge, no entanto, como um acontecimento desgarrado, algo que aparece por acaso.

Depois da 2.^a Guerra Mundial, os povos do chamado Terceiro Mundo começaram a lutar por conseguir as concessões necessárias das potências colonizadoras que conduzam ao caminho da independência. Na Ásia, como na África, os fracassos das potências ocidentais fizeram tremer as suas posições políticas e económicas, fertilizando o campo da tomada de consciência nacional dos povos que dominavam e permitindo-lhes que se organizassem no sentido da conquista da sua independência.

Assim, nas primeiras conferências asiáticas que se vão realizar depois de terminar a guerra, duas posições vão ganhar uma força considerável, inseparáveis do conceito de independência. Uma, a do anticolonialismo, outra, a ideia de



Algumas figuras que estiveram na origem do Movimento dos Não-Alinhados: Marechal Tito (Iugoslávia)



Nasser (Egipto)



Sukarno (Indonésia)

uma paz durável que pudesse conduzir a Ásia meridional a uma "zona de paz".

Em 1949, porém, as condições políticas modificaram-se de maneira profunda na região dos oceanos Pacífico e Índico. A vitória da Revolução Chinesa modifica as concepções dos EUA em matéria de política na zona, e leva o imperialismo a adoptar uma atitude agressiva que se traduz por uma série de pactos e tratados de amizade com os regimes mais retrógrados do Sudeste Asiático e à agressão directa a outros que escapavam da sua influência e do seu espaço geo-estratégico. Este é considerado como vital para contrabalançar a "influência comunista", designação imperialista para indicar as lutas pela libertação nacional que entretanto se travavam um pouco por toda a parte.

Os Estados Unidos conceberam, na altura, um sistema de controlo designado como de **defesa periférica** que punha o seu acento numa política de procura de bases aeronavais na zona e, consequentemente, de alianças.

Esta evolução apareceu claramente a partir do Ve-

rão de 1950, pouco depois da abertura das hostilidades na Coreia, com a assinatura de um tratado de defesa mútua entre os Estados Unidos e as Filipinas, seguido de um "pacto de segurança" no Pacífico entre a Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, assinado a 1 de Setembro de 1951 e considerado como prólogo do tratado de paz assinado com o Japão a 8 de Setembro do mesmo ano.

Em 1953, o Presidente dos EUA, Eisenhower, anuncia a "desneutralização" da ilha de Taiwan, fornecendo ao regime reaccionário de Chiang Kai-Shek armamento sofisticado e ligando-se-lhe por um tratado de defesa mútua. Para o imperialismo, a derrota francesa de Dien Bien Phu soa, porém, como o golpe decisivo na sua política de agressividade, incitando Foster Dulles a propôr abertamente em Março de 1954 a criação na Ásia de uma frente unida contra o comunismo e a lançar uma "advertência" à China Popular pelo seu apoio à causa da independência no Vietname.

Estes sinais que o imperialismo norte-americano começava a fornecer ha-

viam inquietado os jovens países asiáticos que encaravam a hipótese de uma guerra geral capaz de ameaçar a integridade e segurança dos seus territórios. O facto de as potências imperialistas discutirem entre si os problemas que diziam respeito aos países asiáticos, por outro lado, levou estes a compreenderem que, isolados, não obteriam senão um papel subalterno nas soluções das suas próprias questões, que o imperialismo, arrogantemente, lhes oferecia. É nesta perspectiva que Nehru, dirigente indiano, oferece os seus ofícios e conselhos nas questões da Coreia, Indochina e nas negociações de Manila. É igualmente nesta perspectiva que este papel do dirigente indiano é recusado.

OS CONDICIONALISMOS

Há ainda que considerar que o nível económico dos países recém-libertados é bastante baixo, consideradas, no entanto, variações de uma a outra zona. A subalimentação crónica, derivada das relações económicas impostas pelas potências ocidentais, leva os novos governos a considera-



Chou-En Lai (China Popular)



Nehru (Índia)



Nkrumah (Ghana)

rem como de importância vital, a aceleração da execução dos planos de desenvolvimento que pudessem melhorar os métodos de culturas, de transportes, formação técnica, realizações impossíveis sem a existência de investimentos. O primeiro passo: eliminar a fome.

Esta realidade económica, e o facto de os investidores de capitais serem tradicionalmente as ex-potências colonizadoras, leva que os países recém-independentes do Sudeste Asiático encarem a diversificação do auxílio necessário, como a única via para evitar a dependência económica e, consequentemente, o "alinhamento" político ao imperialismo.

A COEXISTÊNCIA

Neste contexto, dois países que se libertam depois da 2.ª Guerra Mundial, Indonésia e Índia, desempenham um papel muito importante. Os seus dirigentes principais, Sukarno e Nehru, respectivamente, planeiam desde 1954 uma reunião a ter lugar na Indonésia para discutir os problemas da política externa naquela zona asiática.

Antes que se realizasse o

que veio a ser a Conferência de Bandung, um outro encontro veio a caracterizar-se como muito importante e a fornecer a Bandung os princípios programáticos do que veio a ser o Não-Alinhamento. Este encontro, entre Nehru e Chou En-lai, traduziu-se no acordo sino-indiano, respeitante aos problemas da fronteira entre os dois países e regulamentando o comércio e o trânsito no Tibete (tendo a Índia aceite a soberania da China Popular sobre esta região).

Neste encontro as duas partes põem em prática os "cinco princípios de coexistência" ou PAN SHILA.

Estes cinco princípios, que se vão posteriormente reflectir em Bandung, são os seguintes:

1. Respeito mútuo de integridade territorial e soberania da cada país.

2. Não agressão.

3. Não ingerência nos assuntos internos.

4. Igualdade e benefício recíprocos.

5. Coexistência pacífica.

Desta forma, Nehru convidou a República Popular da China a participar em Bandung, bem como outros países membros da ONU, o que permite por outro lado, convidar três

"países" semi-independentes da África — Sudão, Costa do Ouro e a Federação Africana, não tendo esta última aceite. Embora a China tenha então considerado como fundamental a participação da União Soviética, este país não foi convidado a assistir.

Antes ainda de Bandung, Nehru, apoiado neste ponto por Sukarno, propõe que seja criada uma organização de carácter permanente, qualificada como Comissão de Solidariedade Asiática, com a sua sede na capital indiana. Esta Comissão não teria, todavia, um carácter definitivo, senão quando cada país asiático, e posteriormente africano, tivesse criado a sua própria Comissão Nacional.

A reunião de Bogor, na Indonésia, realizada em fins de 1954, e na qual se decide convidar a China a participar nos trabalhos de Bandung, havia já traçado algumas orientações quanto ao carácter que a Conferência viria a ter.

Desta forma, o comunicado da Reunião de Bogor indicava que a Conferência de Bandung seria afro-asiática, o que significava que os convites seriam feitos com base na situação geográfica dos países. Outro

dos pontos convencionados, que admitiu, porém, excepções, foi o de que na Conferência, estariam apenas representantes dos países independentes.

BANDUNG, ABRIL DE 1955

É conveniente recordar que a Conferência de Bandung, não se baseia exclusivamente nas personalidades de Nehru e Sukarno, embora estes dois dirigentes tenham impulsionado a ideia original do Movimento.

Remontando ao final da 1.^a Guerra da Indochina, fundamenta-se uma série de debates iniciados entre os Primeiros-Ministros da Birmânia, Índia, Indonésia, Paquistão e Sri Lanka, para se estudar, em Colombo (Sri Lanka), que atitude deveriam tomar aqueles governos na Conferência de Genebra, convocada para se chegar a um acordo internacional com o objectivo de realizar uma grande reunião de Estados africanos e asiáticos.

A proposta deu lugar à Conferência de Bandung, celebrada no ano seguinte na Indonésia e a qual tomaram parte 29 governos africanos e asiáticos.

Era a primeira vez que se reuniam como grupo de nações independentes, países da África e Ásia para debateram o seu futuro político e económico. Embora os países presentes à Conferência tivessem sistemas socio-económicos diferentes, o encontro conseguiu desencadear um processo no qual os países em vias de desenvolvimento puderam descobrir todo um núcleo de interesses comuns e dar colectivamente resposta

aos problemas internacionais mais importantes da altura.

O comunicado final da Conferência que se caracterizou por um debate profundo das questões candentes do mundo na época, anuncia os 10 princípios da coexistência, que, pela sua importância, transcrevemos:

1. Respeito dos direitos humanos fundamentais em conformidade com os objectivos e os princípios da Carta das Nações Unidas.

2. Respeito da soberania e da integridade territorial de todas as nações.

3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações pequenas e grandes.

4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos outros países.

5. Respeito direito de cada nação de se defender individual e colectivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

6. a) Recusa de recorrer a acordos de defesa colectivos destinados a servir os interesses particulares das grandes potências, quaisquer que elas sejam; b) Recusa por parte de uma potência, qualquer que ela seja, de exercer pressão sobre as outras.

7. Abstenção de actos ou ameaças de agressão ou emprego da força contra a integridade territorial ou independência política de um país.

8. Resolução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como as negociações ou a conciliação, arbitragem ou resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

9. Encorajamento dos interesses mútuos e cooperação.

10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.



o falecido presidente argelino, Houari Boumediene: um dos grandes impulsionadores do Movimento.



Fidel Castro será o anfitrião da próxima Cimeira dos Não-Alinhados que terá lugar em Cuba no próximo mês de Setembro.

SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA

Segundo testemunhos dos participantes, duas figuras foram relevantes na Conferência de Bandung — Chou En-Lai e Nehru, exactamente as duas personalidades políticas que haviam firmado no ano anterior, o acordo entre os seus respectivos países e cujos princípios de certa maneira, influenciaram as decisões finais da Conferência. É certo que, no decorrer da Conferência, vozes discordantes se fizeram ouvir. Porém, no final, o sentido do consenso prevaleceu, numa tónica irrefutavelmente progressista, excluindo as vozes que, jogando no anti-comunismo mais primário, pretendiam que no comunicado final se nomeassem

os países socialistas no mesmo plano dos países conglomerados em torno do imperialismo norte-americano.

Por outro lado, a primeira parte da declaração de Bandung centra a sua atenção na cooperação económica e enumera vários domínios em torno dos quais os países em vias de desenvolvimento podiam encaminhar os seus objectivos: a necessidade de uma acção colectiva “dos países participantes para estabilizar os preços e a procura internacional dos produtos básicos”. Na secção que aborda a promoção da paz e cooperação mundiais, a declaração de Bandung pronuncia-se a favor da luta com vista a pôr fim a todas as formas de colonialismo e exige o desarmamento mundial.

Bandung constituiu fundamentalmente uma manifestação de solidariedade afro-asiática. Não se estendia ainda ao continente americano, particularmente à América Latina. Apenas em Belgrado, seis anos mais tarde, na 1.ª Conferência de Chefes de Estado de países Não-Alinhados, vão participar três países deste continente, como observadores. Nesta altura o conceito de Terceiro Mundo começa a ganhar uma amplitude maior, a situar-se na óptica dos países de todo o mundo que, em vias de desenvolvimento, consideram que somente uma estratégia comum pode fazê-los sair da dependência a que o sistema imperialista os conduz.

a Argélia sem o seu fellah

*Com a morte de Boumediene,
a revolução argelina
perde um grande dirigente.
Porém, a opção do socialismo
e do não-alinhamento
é irreversível neste país do Maghreb.*



Eric Nepumoceno

A nível oficial, nas publicações e documentos, ele era o "*frère militant, monsieur le président*". Pelas ruas das cidades, era um camponês mais, um *fellah* igual ao que vive dentro de cada argelino. De qualquer maneira, detalhes à parte, quando morreu Houari Boumedienne, morreram o irmão militante e o irmão camponês. E, na Argélia, a Revolução iniciada pouco depois da independência — e já lá vão 17 anos — viu-se na obrigação urgente de cuidar de 18 milhões de órfãos.

Uma nova etapa na Revolução argelina? Pode ser. Antes, porém, seria conveniente — e necessário — fazer um rápido balanço da herança deixada por um magro, ascético, austero filho de camponeses miseráveis chamado Mohammed Ben Brahim Boukharouba, vindo da região nordeste do país. Desde que adoptou o nome de dois santos muçulmanos, Houari e Bou Medin, e se transformou no comandante Houari Boumedienne, ele foi, aos poucos, se introduzindo na história contemporânea da Argélia, até se transformar em parte intrínseca dessa história. Aliás, dessa e de outras: a política externa argelina, inspirada directamente nele e conduzida pelo seu ministro de Relações Exteriores, Abdelaziz Boutfelika, levou rapidamente o *fellah* silencioso ao posto de um dos líderes do Terceiro Mundo.

Acontece que o camponês morreu. Pode-se, então, falar do "problema argelino"? Bem, mais ou menos.

É ilusório falar de um "problema" genérico: o que existe é uma farta colecção de problemas, alguns especialmente graves, outros acima de tudo urgentes. E o eixo das soluções era, naturalmente, Boumedienne. O "*e agora?*" que se repete nas conversas dos argelinos, desde Novembro passado, refere-se, basicamente, à audiência do único líder indiscutível do processo nacional. De uma certa maneira, a grande culpa dessa incerteza generalizada cabe ao próprio Boumedienne. Afinal, além de ter acumulado uma formidável quantidade de poder, a ponto de não ter deixado — pelo menos, aparentemente — nenhum dos seus assessores em condições de ocupar o seu posto, Boumedienne assistiu, talvez contra sua vontade, ao nascimento de um fenómeno que, hoje em dia, preocupa praticamente todos os dirigentes argelinos: a apatia da população.

Trata-se, em última instância, de uma população especialmente jovem: 54,2 por cento dos argelinos têm menos de 17 anos, e outros 40 por cento têm entre 18 e 59 anos. Um país, pode-se dizer, jovem como sua independência e a sua Revolução.

Hoje em dia, 70 por cento dos 18 milhões de argelinos são alfabetizados. Mas, nos últimos 16 meses, o custo de vida subiu cerca de 40 por cento. O petróleo e a produção siderúrgica foram nacionalizados, mas o êxodo em direcção às zonas urbanas incrementou-se de maneira especta-

cular, agravando, ainda mais, o défice habitacional do país. Além disso, as falhas de planeamento, que se vinham arrastando pelo menos há cinco anos, provocaram uma espécie de colapso generalizado — sobretudo no sector de alimentação e habitação.

Toda essa problemática, porém, permaneceu sempre restrita aos círculos mais altos da direcção do processo. A participação concreta das camadas maioritárias da população, ou seja, os trabalhadores, no processo, continua sendo um projecto. É claro que Boumedienne, um dirigente de lucidez indiscutível, tinha bem clara a necessidade de institucionalizar a Revolução do seu povo. Ironia do destino: morreu na metade do caminho. Há três anos, Boumedienne e os seus companheiros de direcção deram ao país uma Carta Nacional — uma constituição discutida em todos os níveis da população. Antes, já haviam sido iniciados os trabalhos de criação das organizações de base. Mas a morte de Boumedienne ocorreu, no final de contas, durante o delicado período de transição, quando o país ainda não dispõe de mecanismos institucionalizados de governo. A própria situação jurídica do Conselho de Revolução, que assumiu as responsabilidades do Estado durante a lenta agonia do presidente, era dúbia: segundo a Carta Nacional, trata-se de um organismo destinado a desaparecer após o II Congresso da FLN.

AS QUESTÕES ECONÓMICAS

Há algumas semanas, quando Boumedienne ain-

da estava internado no hospital Mustafá, em Argel, conversei com alguns estudantes nas ruas.

Os nossos heróis, os nossos verdadeiros guias estão aí — disse um deles, apontando as placas de algumas ruas do centro da cidade.

Todos morreram na guerra da independência. Só sobrou mim mesmo *notre frère président*.

Eventuais exageros à parte, a afirmação reflecte bem o apoio popular com que contava o presidente. Mesmo tendo desaparecido sem ter tido tempo de concretizar a institucionalização da Revolução, ninguém ignora que essa mesma Revolução, liderada por ele, realizou as mais radicais e positivas transformações na vida do país. Faltou tempo, essa a verdade. E, para piorar as coisas ou reforçar a crueldade desse tempo em falta, Boumedienne desapareceu num momento crucial. Nos últimos meses, alguns problemas meio adormecidos começaram a despertar, com consequências delicadas. Outros, simplesmente se acumularam, enquanto o país seguia rumo à industrialização acelerada. E, a bem da verdade, não tão bem planeada. O resultado, em termos de economia nacional, são ainda inquietantes: hoje em dia, a Argélia, tradicional exportadora de cereais e vinhos, tem no item "alimentação" cerca de 20 por cento do total bruto de suas importações, ou seja, uns 950 milhões de dólares. É uma cifra oficial: o governo não esconde esse problema. Além disso, no cômputo geral de suas exportações de alguns produtos tradicionais, como o

vinho ou as tâmaras, as taxas vêm baixando consideravelmente nos últimos três anos. Actualmente, por exemplo, a Argélia exporta alimentos e bebidas no valor de uns 200 milhões de dólares anuais. Em 1973, exportava 300 milhões de dólares. Em compensação, as exportações de petróleo e gás natural, riquezas sem preço ou medida, foram cuidadosamente dosadas, de maneira a não provocar um súbito fluxo de divisas a troco de esgotar recursos.

Mas há outros problemas — pois problemas não faltam nas Revoluções. Para resolvê-los, aliás, é que as Revoluções foram feitas. Em todo o caso, esse é tema para outra conversa.

No caso argelino, dá que pensar o êxodo rural. Além do natural problema habitacional que ele provoca, é preciso acrescentar outros, de índole urbana, como o transporte colectivo ou a estrutura de saneamento básico. Nada, porém, parece tão grave quanto os aspectos sociais desse êxodo, sobretudo o desemprego. A população argelina calculada como "força de trabalho activa" é de umas quatro milhões de pessoas. Quase 58 por cento dessa força de trabalho está dedicada a actividades classificadas como "não-agrícolas". Segundo os céuticos e os críticos, esse desvio rumo aos serviços ou aos trabalhos industriais é um dos resultados desastrosos da Revolução no aspecto da reforma e planificação agrária. Outra vez por falta de tempo, as cifras actuais de produtividade das terras argelinas é consideravelmente inferior à da época em que elas pertenciam ao capital privado.

A QUESTÃO DO FUTURO

Ninguém, entretanto, imaginaria que o Conselho da Revolução e os responsáveis pela Frente de Libertação Nacional ignorem esses problemas. Sabe-se, até mesmo, qual a condução que Boumedienne pretendia dar às soluções: a via nacional e socialista. Também pouco é segredo para os argelinos que a industrialização sonhada por Boumedienne tenha dado, até agora, resultados apenas modestos. De um modo geral, entretanto, nada escapa à consciência dos dirigentes argelinos, como nada escapava aos olhos especialmente críticos de Boumedienne. No balanço da grande herança deixada por Boumedienne há outros problemas. Mas seria irreal tentar diminuir os êxitos da Revolução. Por exemplo: o equilíbrio interno do processo, apesar das naturais divergências existentes entre seus condutores, ou a firme determinação de que tudo, agora, se decida dentro dos rígidos e legítimos parâmetros constitucionais da Revolução.

Mais que nomes, interessa agora é saber que os rumos serão mantidos. Ninguém ignora os problemas. Seria desonesto, pois, negar os êxitos, as conquistas.

Morto Boumedienne, assegurou-se, nos primeiros pronunciamentos, feitos ainda sob o impacto emocional do desenlace, que o processo segue e seguirá. Ele era o líder indiscutível. Isso não se nega. Mas, afinal de contas, também indiscutível é a Revolução argelina. Honrar o *fellah*, pois, é aprimorá-la.

SAHARA OCIDENTAL

a ofensiva militar e diplomática da POLISÁRIO

A ofensiva militar «Houari Boumediene», lançada pela POLISÁRIO, no começo do corrente ano contra as posições marroquinas, começa a tomar proporções de grande envergadura. Marrocos que, por sua vez, aparece cada vez mais isolado na cena internacional. As conversações de paz com o governo da Mauritânia e a política sinuosa da França em relação àquela região de África.



A acção política e militar da Frente Polisário determinou o fracasso de alguns planos para dominar o Sahara Ocidental. O Movimento de Libertação desenvolveu-se numérica e militarmente, a sua representatividade permite-lhe, neste momento, hostilizar militarmente o Marrocos e simultaneamente sentar-se à mesas das negociações com a Mauritânia.

A 12 de Julho do ano passado, a Frente pela Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Ouro (POLISÁRIO), representante político e militar do povo Saharaui na sua luta pela autodeterminação e a independência, adoptou uma decisão de grande transcendência local e internacional: interromper unilateralmente as acções armadas contra a Mauritânia. Dois dias antes, um golpe militar encabeçado pelo coronel Uld Salek havia derrubado o presidente Uld Daddah. Era o desfecho de diversos problemas internos e várias derrotas sofridas na "guerra do deserto".

O novo chefe de Estado começou a falar de paz, afirmando que esta tinha começado no dia do golpe. A Polisário corrige que a abertura do caminho para a paz deu-se por sua decisão de suspender os ataques contra posições mauritanas. Ambas as partes iniciaram negociações em Paris, com a expectativa de chegarem a um acordo definitivo, que, pelo momento, apenas se resume a um cessar fogo.

A Mauritânia, ocupante

Ofensiva «Hourari Boumediene»

A ofensiva "Hourari Boumediene" continua. No seguimento de cerca de duas dezenas de operação do Exército de Libertação Popular Saharaui na frente norte, o balanço é o seguinte: 194 soldados marroquinos mortos; tendo 46 soldados se juntado às fileiras do ELPS.

Lebouëirat:

12, 14, 17 e 19 de Janeiro de 1979. Bombardeamentos com artilharia pesada da guarnição monárquica.

11 e 17 de Janeiro: bombardeamento de duas colunas militares inimigas perto respectivamente de Lemzarbiene e de Amotti.

Balanço destas operações: 43 soldados mortos e meia centena de feridos. Quatro veículos e diversas instalações destruídas.

Lemseied

13 de Janeiro: ataque da guarnição.

12 e 17 de Janeiro: bombardeamento com armas pesadas de Sabkheit-Labreidil.

Resultados destas operações: quinze soldados marroquinos mortos e outros feridos.

Amgala

14 e 18 de Janeiro: bombardeamento do dispositivo inimigo.

Onze soldados marroquinos mortos e 12 feridos.

J'Deiria e Guelta-Zemour

12 de Janeiro: ataque a J'Deiria;

16 de Janeiro: ataque a Guelta.

Bir-Nzaran e Tifariti

Ataque a 18 de Janeiro: 7 soldados inimigos mortos e uma dezena de feridos.

Norte de Smara

14 de Janeiro: o ELPS flagela duramente uma unidade inimiga. Resultado: 64 soldados marroquinos mortos, 40 feridos; 15 veículos, 3 canhões de 120 mm e 5 metralhadoras destruídas.

Perto da estação n.º 5 do tapete de Bou-Craa (região mineira de fosfatos)

14 de Janeiro: unidade inimiga violentamente atacada. 24 soldados marroquinos mortos e cerca de trinta feridos. Uma importante quantidade de armas e munições foi recuperada. 6 canhões, morteiros e outros tantos veículos equipados com metralhadoras destruídos.

Localidade de Bou-Craa

18 de Janeiro: bombardeamento com armamento pesado. Várias construções destruídas bem como duas peças de artilharia. 9 soldados marroquinos tombaram no combate, tendo cerca de uma dezena ficado feridos.

*República Árabe Saharaui Democrática
(territórios libertados - 22.1.79)*

ilegítimo de uma porção do território sul do Sahara, é um dos actores directos desta guerra. O outro é o Marrocos. Contra o governo deste país — que ocupa territórios do norte do Sahara Ocidental — a Polisário não só não cessou as hostilidades, como, em princípios de Janeiro, lançou a ofensiva “Houari Boumedienne”, em memória do falecido presidente argelino.

Até Julho do ano passado, o Marrocos e a Mauritânia compartilhavam um acordo de defesa militar para enfrentar conjuntamente as forças saharauis. O fracasso desse acordo e as modificações políticas registadas na Mauritânia, permitiram à Polisário concentrar a maior parte das suas forças na luta contra as Forças Armadas Reais (FAR) do rei Hassan II do Marrocos.

O Marrocos e a Mauritânia, principalmente esta no actual momento, contam com a cumplicidade do governo francês, que, para defender os seus interesses na zona, tem fornecido armamento, aviões e assessoria militar. O acordo militar entre ambos os países foi auspiciado pelo governo de Giscard D'Estaing, como, posteriormente, também, a ruptura do mesmo e o golpe militar na Mauritânia.

A MAURITÂNIA: ELO FRACO DA AGRESSÃO

A Polisário analisa a mudança política, considerando muito séria a crise política e económica na Mauritânia. O presidente Salek reconheceu dias atrás uma dívida externa de 450 milhões de dólares. Como



uma correlação inevitável, a tensão social ameaçava gerar um levantamento popular dentro do país. Sobre essa realidade golpeava a Frente Polisário, com o objectivo de desarticular um exército débil e boicotar o recurso principal da economia mauritana: o ferro. A soma destes elementos chegou ao limite no qual ficava ameaçada a própria existência do Estado mauritano. Para a França, tal perspectiva era inadmissível: mais de sessenta por cento do ferro que ali se extrai serve de alimento imprescindível para as siderurgias francesas.

A outra alternativa teria sido permitir o desmoronamento e dar espaço a uma realidade vigente: a histórica pretensão marroquina de anexar o território mauritano no “Grande Marro-

cos”. A possibilidade apresentava dois inconvenientes sérios: o nacionalismo implícito na política expansionista de Hassan II pode afectar os interesses franceses em matérias primas necessárias que ficariam sob o exclusivo controlo do Marrocos; e, por outro lado, as FAR teriam que enfrentar, certamente, a resistência do povo mauritano, com o que a guerra do Sahara, em vez de se reduzir, estender-se-ia a limites perigosos.

O temor ao Marrocos é uma realidade na Mauritânia. A tal ponto que, quando foi oficializada a cooperação militar — resultado da debilidade mauritana — sectores da oposição ao então presidente Daddah consideraram o acordo assinado como maneira legal, encontrada por Hassan II, de invadir a Mauritânia (nove

sahara mil soldados marroquinos instalaram-se neste país). A política da Polisário jogou também com estas contradições.

Basicamente, no entanto, actua sobre esta situação o fracasso do acordo estabelecido em Maio de 1977. A Polisário não foi destruída e tão pouco parou com os seus ataques. Em Dezembro do mesmo ano, a França teve de intervir directamente, com aviões Jaguar, pára-quedistas, assessores militares. Mas a produção do ferro continuou sendo boicotada pelos ataques saharauis.

A POLÍTICA SINUOSA DA FRANÇA

Foi um dos momentos de maior tensão da guerra. Giscard enviou uma grande quantidade de tropas e parecia disposto a intervir com toda a sua força. O pretexto fora dado por alguns técnicos e assessores franceses que tinham sido feitos prisioneiros pela Polisário, num dos seus ataques à localidade mineira de Zouerate.

Os conselheiros de Giscard ofereceram-lhe a seguinte análise: a Argélia — aliada da Polisário — podia mobilizar contra a França toda a opinião pública do Terceiro Mundo e os países socialistas. A Jamahiriya Líbia dificilmente ficaria passiva diante de uma intervenção militar francesa.

Simultaneamente, diversas fontes informaram acerca de uma carta do presidente estadunidense James Carter a Giscard, na qual lhe transmitia o seu desejo de não ver a África envolvida num enfrentamento que podia beneficiar a posição da União Soviética no con-

tinente. Mencionava, finalmente, as vantagens de substituir a política de força pela das negociações e compromissos entre as partes.

De Moscovo, fez-se saber que não era vista com bons olhos a ingerência francesa nos assuntos internos da Líbia e da Argélia (Giscard tinha acusado Boumediene de apoiar militarmente a Polisário) e advertiu-se o Marrocos e a Mauritânia sobre os riscos de uma escalada que implicaria na intervenção de potências estrangeiras.

O golpe militar na Mauritânia foi um desenlace: retroceder a situação ao ponto anterior ao acordo militar com o Marrocos e tentar uma paz bilateral. O Marrocos começou a conhecer o isolamento.

A partir daí, o presidente mauritano precisou recentemente o seu "programa": enquanto a França estiver disposta e seja útil à Mauritânia, a sua ajuda manter-se-á; o Marrocos deve retirar as suas tropas; para resolver o conflito, o ideal é um acordo entre a Mauritânia, a Argélia, o Marrocos e "a população do antigo Sahara Espanhol", mas está disposto a acordos bilaterais; O referendo na parte do Sahara que ocupa, para que a população manifeste se deseja ou não a autodeterminação; "a paz é a prioridade das prioridades".

A Polisário tem os seus pontos de vista. "Se a Mauritânia quer a paz — manifestou-nos o representante da Polisário Omar Ali — deve reconhecer a soberania do povo Saharai sobre o Sahara Ocidental e admitir a existência da República Árabe Saharai Democráti-

ca (RASD, criada a 27 de Fevereiro de 1976). Deve reconhecer que atentam contra a nossa soberania e voltar à legalidade internacional, devolvendo territórios que são do nosso povo. Até agora, as suas declarações são apenas de boa vontade e falam do Sahara, mas não do povo Saharai."

A proposta de referendo é rechaçada com diversos argumentos: uma Comissão das Nações Unidas que visitou a zona em 1975 comprovou que a maioria do povo saharai quer a independência; isso está demonstrado através da luta armada; a ideia do referendo faz parte de uma manobra para criar um mini-Estado no sul do Sahara, que corresponde à política francesa para a região, e, o mais importante é que a Mauritânia ocupa ilegalmente esse território, não é uma potência administradora e não tem direitos para realizar nenhum referendo.

Esta é a paz saharai. Para escolher a continuidade da guerra, a Mauritânia enfrenta alguns problemas: é débil militarmente, embora conte com o apoio francês, existem contradições no seio do governo (pró-marroquinos, anti-marroquinos, pró-polisários, anti...) e um é fundamental — em sete meses, o povo mauritano reviveu as diferenças entre a guerra e a paz. O que implica que o caminho de ferro que mantém a economia nacional, transportando o ferro (80 por cento das exportações, um quinto do orçamento nacional) sai pela manhã e chega ao destino. Antes, as incursões da Polisário tornavam isso imprevisível.

A Frente Polisário desenvolveu uma estratégia política e militar que a levou a conquistar aliados e isolar os seus adversários imediatos, limitando as possibilidades de intervenções estrangeiras directas.

O avanço se fez palmo a palmo, conquistando nos foros internacionais o reconhecimento da legitimidade de uma luta que se intensifica a partir de 1975. A 14 de Novembro desse ano, Espanha retirou-se do Sahara, assinando um acordo tripartido que implicava repartir a ex-colónia: o norte, Saguia el Hamra, para o Marrocos; o sul, Rio de Ouro, para a Mauritânia. As riquíssimas minas de fosfato de Bu-Craa (em território saharauí e sobre os quais estão postos os olhos das potências ocidentais) também foram repartidos: 65 por cento para o Marrocos, 35 por cento para Espanha. A Polisário opôs-se a isto, cresceu, ganhou em representatividade e força. Fundou a RASD e adquiriu voz a nível internacional. A Mauritânia teve de sentar-se à mesa das negociações, o Marrocos começa a sentir-se isolado.

O avanço saharauí significa que dos 49 Estados africanos, 39 reconhecem a Polisário. Entre os que não o fazem, encontram-se o Zaire, o Gabão, Egipto, Sudão, Centro Africa... São os aliados do Marrocos. Uma recente resolução da 33.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (19 de Setembro a 21 de Dezembro) introduz elementos novos: reconhece-se implicitamente a Polisário como único e legítimo representante do povo saharauí, saúda a iniciativa de paz unilateralmente toma-

da pela Polisário no passado dia 12 de Julho.

Pela primeira vez, afirma-se não só o direito à autodeterminação como também à independência do povo saharauí; submete à esfera da ONU o tema da descolonização do Sahara (o Marrocos sustentava que a questão terminara em 1975, com o acordo de Madrid, e que actualmente só existem problemas de delimitação de fronteiras com a Argélia). A resolução foi aprovada por 90 votos contra 10. Entre estes últimos, os do Marrocos e Mauritânia. Desta vez, o triunfo foi todo da Polisário e do povo saharauí.

A OFENSIVA CONTRA O MARROCOS

“Não haverá cessar fogo com o Marrocos se eles não saírem do Sahara; se não voltam à legalidade”, manifestou aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, Omar Ali representante da Frente Polisário em Roma. Com essa premissa — e desembarçados da frente sul — os saharauís lançaram, em princípios de Janeiro, a ofensiva “Houari Boumedienne”.

O rei Hassan II não está nas melhores condições para repeli-la. A 13 de Novembro passado, o monarca chegou a Washington em busca de abastecimentos militares e apoio político. A viagem tinha sido suspensa em cinco ocasiões nos últimos oito anos.

Hassan II queria um sistema de detecção electrónica para instalar no Sahara — avaliado em 200 milhões de dólares — e diversos equipamentos bélicos anti-guerrilha no valor de outros 100 milhões de dóla-



Mulher saharauí: a luta armada pela independência não é exclusiva dos homens.

res. A oposição do Congresso frustrou as pretensões do Monarca e Carter optou por favorecer as iniciativas de paz e manter intactas as suas relações comerciais com a Argélia (de onde importa cerca de três mil milhões de dólares de gás natural).

Pouco serviu a Hassan II encontrar-se entre os poucos líderes árabes que apoiaram os acordos de Camp David, ou a sua intervenção ao lado das potências ocidentais na guerra do Shaba, no Zaire, em Junho do ano passado.

Finalmente, Washington nunca reconheceu a soberania do Marrocos sobre o território do Sahara ocupado. Apenas lhe reconheceu tacitamente um certo papel de administrador. O isolamento do Marrocos completa-se com as actuais tradições com o governo francês.

ZIMBABWE

três meses nas regiões libertadas



Dustin Nyoka, jornalista Zimbabwano, acaba de passar três meses com os combatentes do ZANLA (*the Zimbabwe African National Liberation Army* – Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbabwé) nas regiões liberta-

das do Zimbabwé. O que viu, permitiu-lhe concluir que os guerrilheiros do ZANLA, braço armado da ZANU (*The Zimbabwe African National Union* – União Nacional Africana do Zimbabwé), dirigida pelo comandante Robert

Gabriel Mugabe, co-Presidente da Frente Patriótica, controlam agora cerca de 85 por cento do território. Num artigo escrito especialmente para a revista “Tempo”, Dustin Nyoka descreve-nos a ligação povo-combatente nas zonas

que visitou.

Em termos físicos, o regime de Ian Smith tem a guerra perdida, mas antes disso, o regime já perdeu a batalha pelos "corações e mentes". O origem dessa derrota tem que ser encontrada na estratégia política do ZANLA, baseada na mobilização popular. Num passado recente, o factor mais importante era esclarecer as massas sobre o significado da revolução. Nas áreas controladas pelo ZANLA que visitei com diferentes unidades das suas forças, vi que o processo de politização havia chegado ao ponto em que as massas resistem a todo o tipo de actuação das tropas rodesianas. É posto constante ênfase, por exemplo, no facto das tropas rodesianas fazerem bombardeamentos indiscriminados sobre as aldeias. Os combatentes explicam, também, ao povo a possibilidade muito real dos seus sofrimentos aumentarem, à medida que Smith e os seus colaboradores Muzorewa, Sithole e Chirau constatem que o seu fim está próximo.

JULGAMENTO PARA OS AGENTES DO REGIME POPULAR

Através da mobilização de massas, os guerrilheiros do ZANLA conseguiram detectar e eliminar agentes do regime. Quando um agente é detectado, é submetido a julgamento popular e, em muitos casos, é a própria população a pedir para que seja ela a executar a sentença.

Nas áreas controladas pelo ZANLA, as patrulhas

Comandante Robert Mugabe líder da ZANU



são realizadas por milícias populares; e existe um controle sobre o movimento de pessoas. Ninguém pode entrar ou sair de uma zona do ZANLA sem autorização do comandante distrital. Esta medida permite uma redução efectiva das possibilidades de infiltração por parte de agentes do regime.

Um dia, estava eu com uma unidade do ZANLA no rio Save, entre Wedza e o Save Norte, quando um grupo de representantes da população apresentou dois jovens que confessaram ter sido enviados por Sithole para entrar em contacto com o ZANLA e depois transmitir às tropas rodesianas a localização das suas bases. Os dois jovens já estavam algemados quando foram transportados para a base e a população exigia a pena de morte para ambos. Foi encontrada por fim uma solução: um deles

seria castigado e o outro seria posto em liberdade, para que espalhasse a notícia do que havia sucedido ao seu amigo.

Também são controladas as pessoas que, por diversas razões, têm de se deslocar aos centros urbanos, visitar parentes doentes ou levar mensagens para os simpatizantes do ZANLA nas cidades. Os que cumprem estas missões tanto podem ser velhos e velhas como rapariguinhas. A maioria dos jovens actua nas forças do ZANLA. E, é já considerável o número de rapariguinhas que fazem o tipo de trabalho que anteriormente era feito pelos rapazes: patrulha de segurança e correio. Quando uma unidade que me escoltava não conhecia bem determinada área, era muitas vezes uma rapariga quem nos guiava. Que chegava, muitas vezes, a andar de 6 a 12 horas.

Entre os velhos, o desejo

generalizado era aprender a manejar uma arma para lutar contra o inimigo. Para os jovens há um programa que assegura a sua formação militar dentro do próprio país, para que se possam defender a si próprios.

ADMINISTRAÇÃO POPULAR EM ÁREAS LIBERTADAS

Nas áreas libertadas e semi-libertadas existem condições para o trabalho sanitário e educacional. Duas coisas impressionaram-me particularmente: em primeiro lugar, o facto das aldeias dependerem agora totalmente das forças de ZANLA no campo da saúde. Há consultas todas as noites e as pessoas são atendidas na medida do possível. Pude visitar centros de saúde provinciais que atendiam fracturas. Em segundo lugar, foi o facto das forças do ZANLA estarem a utilizar a infra-estrutura educacional colonial para o seu próprio sistema de educação.

Com efeito, o ZANLA nunca ordenou o encerramento das escolas, mas sim que os alunos deixassem de pagar propinas.

O ZANLA aboliu, também, o pagamento de impostos ao regime por parte do povo, assim como com os "impostos privados" pagos aos caciques locais. Em alguns sítios, os chefes tribais tiveram que fugir para as cidades. Mas também encontrei muitos chefes que apoiam o ZANLA e continuam a ser reconhecidas como chefes das suas aldeias, de acordo com os regulamentos militares do ZANLA.

Publicidade

O MARXISMO LENINISMO SEMPRE ACTUAL

UMA COLEÇÃO DE
TEXTOS FUNDAMENTAIS,
EM VERSÃO INTEGRAL,
TRADUZIDOS RIGOROSAMENTE,
E ACESSÍVEL A TODOS
PELO SEU BAIXO PREÇO

VOLUMES PUBLICADOS:

TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL — KARL MARX	30\$00
A DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO	
O RADICALISMO DE ESQUERDA — V. I. LENINE	50\$00
O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO — V. I. LENINE	50\$00
DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO — F. ENGELS	25\$00
MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA — K. MARX, F. ENGELS, V. I. LENINE	30\$00
DUAS TACTICAS DA SOCIAL DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO DEMOCRATICA — V. I. LENINE	60\$00
PRINCIPIOS BÁSICOS DO COMUNISMO — F. ENGELS	20\$00
QUE FAZER? — V. I. LENINE	80\$00
UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS — V. I. LENINE	80\$00
TESES DE ABRIL — V. I. LENINE	40\$00
O DIREITO DAS NAÇÕES A AUTODETERMINAÇÃO — V. I. LENINE	40\$00
A CATASTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA — V. I. LENINE	40\$00

edições
Jeanie!



BIBLIOTECA
DO
MARXISMO
LENINISMO

AGORA
À VENDA

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

— V. I. LENINE

PREÇO 75\$00

CDL a distribuição

Utilizando estas instituições, o ZANLA conseguiu montar uma estrutura política que opera ombro a ombro com as suas forças.

O comércio nas zonas libertadas e semi-libertadas encontra-se agora nas mãos do povo. Também neste campo foram utilizadas infra-estruturas antigas para a transferência dos meios de produção para o povo.

A medida que a guerra se foi intensificando, o regime de Ian Smith foi fechando lojas e centros comerciais nas zonas de combate. Em alguns casos, houve proprietários de lojas que foram assassinados pelo regime por apoiar os guerrilheiros.

Igualmente pude observar que o ZANLA apoia o pequeno comerciante, assim como a formação de cooperativas na área da propriedade comercial. Nos sítios onde a propriedade privada foi autorizada, o pequeno comerciante compreende que está aí para prestar serviço às massas e, por isso, não deve especular nos preços dos produtos. Existe, a este respeito, um combate constante à ideia de aproveitar as necessidades do povo para enriquecer rapidamente. Quando alguém é surpreendido a levar preços exorbitantes é denunciado ao Comité Local, que, após investigação, vai discutir directamente com o comerciante. Se ele não reduz os preços o ZANLA intervem defendendo as massas. Porém, nos últimos 18 meses, na maior parte das zonas libertadas, esta medida não teve que ser tomada.

Visitei áreas onde se havia pedido aos comerciantes que armazenassem grandes quantidades de produ-

tos alimentícios e outros de primeira necessidade, para serem vendidos durante os longos períodos em que a circulação por estrada diminui consideravelmente.

Vi também a preocupação dos aldeões em prestar o melhor auxílio possível aos combatentes do ZANLA. "Se Smith consegue manter as suas forças, nós

conseguiremos manter também as nossas ainda melhor", afirmava-me um chefe na zona de Chiduku.

CONTROLAR A PRODUÇÃO

Onde existiam cooperativas de produção e venda de algodão controladas pela administração colonial, o



Zimbabwe ZANLA está agora a utilizar essa infra-estrutura de forma a incentivar os camponeses no controlo da produção e, ao mesmo tempo, na diversificação de aquilo que é produzido. A produção de vegetais, por exemplo, está controlada pelos camponeses. Esse produto têm a vantagem de não ter que ser vendidos nos mercados urbanos; comprado localmente pelas massas a preços acessíveis.

Em determinadas zonas, visitei cooperativas de produção que se dedicam à criação de espécies animais pequenas. A ideia surgiu da preocupação dos aldeãos de guardar os animais para alimento dos combatentes. Mais tarde, os comités locais viram que era possível vendê-los noutras zonas, e decidiram, então, aumentar a produção.

Assisti a algumas reuniões das cooperativas e reparei que elas seguem o mesmo padrão das reuniões políticas. Começam com

vivas ao ZANU, ao seu Comité Central e ao Presidente Robert Mugabe. Uma palavra de ordem muito utilizada é: "Abaixo Smith, Muzorewa, Sithole, Chirau, Chikerema e todos os fantoches e colaboradores."

Em todas as reuniões, as massas dão as suas opiniões sobre como resolver os problemas. As forças do ZANLA estimulam as pessoas a discutir entre si os pequenos problemas antes que estes se transformem em grandes.

Durante a minha visita apercebi-me da grande consciência política que existe nas grandes massas rurais. 1978 foi considerado o "Ano do Povo" e a tarefa das massas é a de levar a revolução a todas as partes. Pais cujos filhos se encontram nas grandes cidades escrevem-lhes pedindo-lhes que regressem para se integrar nas forças do ZANLA.

O contacto entre o ZANLA e os centros urbanos,

assim como as reuniões políticas feitas um pouco por toda a parte fizeram declinar a olhos vistos o apoio de que Muzorewa gozava nas grandes cidades.

Este contacto entre as cidades e o campo permitiria ao ZANU uma estrondosa vitória se neste momento se realizasse um processo eleitoral baseado no sistema: um homem um voto. Agora, até os próprios ingleses e norte-americanos reconhecem esta realidade.

Por outro lado, as massas estão alertadas contra as manobras da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Durante a minha visita pude constatar que o povo luta contra os fantoches com a mesma determinação do que enfrenta o regime de Smith.

Uma conclusão final que extraí da visita: o povo Zimbabwano está realmente preparado para levar a cabo esta guerra durante os anos que forem necessários.

GUIA

Dificuldades de vária ordem, em especial os atrasos na chegada do material vindo do México, impossibilitaram-nos o lançamento do GUIA DO TERCEIRO MUNDO 1979 em língua portuguesa, que havíamos anunciado no número 9 desta revista.

Do facto pedimos nossas sinceras desculpas aos leitores.

Para o fim deste ano estamos preparando desde já o GUIA 1980. Aos interessados, poderemos, por enquanto, apenas providenciar junto dos nossos colegas do México o envio do GUIA-1979 em espanhol.

AMERICA LATINA

BRASIL

as relações com a administração Carter

*A nova estratégia norte-americana com vista
à substituição dos militares. Como se define
o quadro partidário e o papel reservado
ao vice-presidente Aureliano Chaves*



A política do Governo de Carter incide na realidade brasileira num momento muito especial da sua evolução política. Em Novembro de 1976, no auge da campanha eleitoral de Carter, o Governo brasileiro já havia iniciado, dois anos antes, o processo de "descompressão controlada". Os antecedentes desta política já se tinham dado desde 1973, nas discussões da Escola Superior de Guerra e do Estado Maior das Forças Armadas sobre o modelo político brasileiro.

O centro do pensamento do grupo no poder era o facto de que o "milagre Brasileiro" tinha demonstrado a eficiência do modelo económico, mas que não se tinha alcançado uma "legitimidade" política e ideológica que assegurasse o êxito do regime. Além disso, a derrota da guerrilha urbana fazia desaparecer o "perigo" insurreccional e fazia-se necessário encontrar canais políticos para o evidente descontentamento de amplos sectores da população frente ao regime ditatorial.

Foi neste contexto que surgiu o Governo de Geisel propondo uma "abertura política controlada" e uma rectificação do modelo económico em favor de uma certa redistribuição do rendimento. Os ideólogos do regime militar brasileiro precederam assim, de certa forma, as proposições de Huntington sobre a "democracia viável", que se converteram numa das peças chave da Comissão Tri-

lateral e, posteriormente, do Governo de Carter.

O NACIONALISMO MILITAR

É necessário assinalar que Huntington já vinculava o problema da democratização relativa ao "maneável" com o crescente nacionalismo militar. De facto, já se manifestava no Brasil, nesse momento, um conjunto de problemas que se relacionava com a importância crescente que assumiam as empresas estatais e a intervenção do Estado em geral. A concepção geopolítica dos militares brasileiros levava-os a uma exigência cada vez mais clara do reforço da capacidade económica do país para convertê-lo numa "potência emergente", com um ênfase especial na consolidação da indústria de base e de uma indústria militar nacional.

Ao lado desta política, configurava-se a nível internacional a crise de 1974-75 que mostrava as debilidades da economia capitalista internacional e a intensificação das contradições entre os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Os militares brasileiros e os tecnocratas do Governo viram nessa crise a oportunidade de reforçar os vínculos do país com a Europa e o Japão, assim como a necessidade de uma política mais activa em relação aos países árabes, principais abastecedores de petróleo de um país que depende, em cerca de 80 por cento, da importação desta fonte energética.

A resistência do Governo norte-americano em entregar ao Brasil os instrumentos económicos e militares para a realização deste projecto de potência emergente, levou ao desenvolvimento de vários pontos de atrito, que passamos a descrever com as palavras de comentaristas norte-americanos.

O *Business Latin American*, de 25 de Outubro de 1978, chama a atenção sobre a perda de importância relativa do investimento directo norte-americano no Brasil, o qual representava cerca de 50 por cento do investimento estrangeiro em 1969 e passou a representar cerca de 30 por cento em 1977. Ao mesmo tempo, este boletim chama a atenção sobre a diminuição da taxa de crescimento do investimento estrangeiro em geral e, repetindo muitas outras publicações, destaca a preocupação crescente dos investidores norte-americanos e europeus pela deterioração das condições para o capital estrangeiro. "Uma legislação restritiva, a concorrência das Filipinas, Malásia e outros países do Terceiro Mundo, e até a maior segurança para investir nos Estados Unidos, estão convertendo o Brasil num lugar menos atraente para os investidores estrangeiros. Antes da visita de Giscard d'Estaing, o ministro do Comércio Externo francês fez objecções ao FINAME (o banco de desenvolvimento encarregado de financiar os bens de capital) por... "sua discriminação a

firmas estrangeiras, o baixo preço pago pela transferência de tecnologia e a exigência de um depósito prévio para a importação de maquinaria francesa”.

Tais factos não devem parecer estranhos, quando um estudo do FINAME, realizado por Maria da Conceição Tavares, mostra que 57 por cento da indústria brasileira se encontra sob o controlo das multinacionais, 22 por cento sob o controlo de empresas nacionais e apenas 21 por cento sob o controlo de empresas estatais. Os factos revelados pela CACEX (Carteira de Comércio Exterior) do Banco do Brasil mostram que as importações das 19 maiores empresas estrangeiras, em 1977, superam em 661 milhões de dólares as suas exportações. Se se considera o défice comercial e financeiro e o enorme endividamento externo do país, pode-se compreender que tais “preocupações” e tentativas de restrições nada têm que ver com posturas ideológicas.

Esse mesmo tema reaparece no *Financial Times*, de 12 de Outubro de 1978, num artigo do seu correspondente em São Paulo, sob o título de “As companhias americanas perdem terreno”. O artigo chama a atenção sobre a importância do projecto de energia nuclear assinado com a Alemanha, onde a política estatal dos Estados Unidos havia prejudicado as empresas norte-americanas, mas observa, ao mesmo tempo, o caso de indústrias de bens de capital, como a de televisão, ramo no qual as companhias norte-americanas foram derrotadas pelas japonesas, por simples

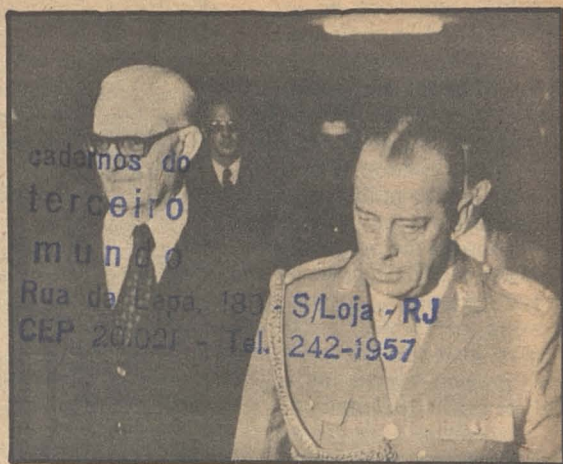
razões de mercado. Também assinala as restrições crescentes dos tecnocratas e militares brasileiros ao investimento estrangeiro em áreas de “segurança nacional”, como ocorreu com a mini-computorização, que o Estado-Maior entregou a uma empresa estatal mista com capitais brasileiros e com a compra de tecnologia a médias empresas do Japão (Sharp e Fujitsu), Alemanha (Nixdorf) e França (Logobax). Os mesmos problemas começam a apresentar-se na indústria e nos serviços de telecomunicações.

Haveria que acrescentar os problemas relativos à indústria aeronáutica, na qual o Brasil começa a adquirir certa competitividade em aviões menores; a indústria naval em mãos japonesas, e, sobretudo, a indústria militar apoiada fundamentalmente no capital europeu em aliança com o Estado.

Cabe assinalar, também, a importância do défice comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. Num discurso pronunciado frente

ao Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em Agosto de 1976, o ministro das Relações Exteriores, António Azeredo da Silveira, reclamava: “O Brasil foi responsável, em 1975, por somente 1,5 por cento das importações americanas e, no entanto contribuiu, com o seu défice na balança comercial, para financiar cerca de 16 por cento do saldo positivo global dos Estados Unidos no ano passado. Não é de admirar, assim, que muitos brasileiros vejam com apreensão e até com um sentimento de injustiça, a adopção de medidas restritivas a algumas das nossas exportações manufacturadas para o mercado americano...”

Ao lado destes fenómenos económicos, aparece também o facto, destacado pelo *Le Monde Diplomatique* de Maio de 1978, da perda de controle norte-americano sobre uma nova geração de militares e tecnocratas, criada em torno do SNI — Serviço Nacional de Informações — e do aparelho económico do Estado. Apoiados na alta cúpula



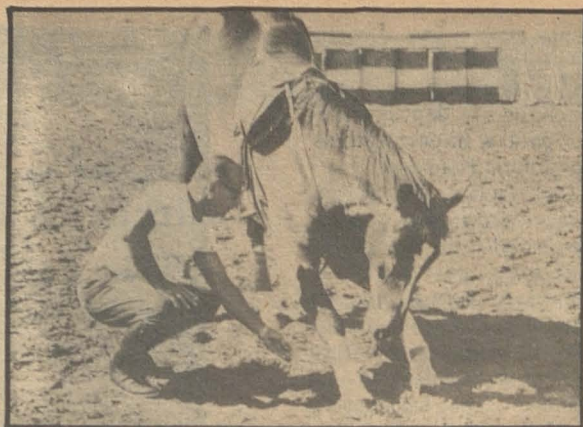
Giesel e o seu «herdeiro» Figueiredo (à direita).

brasil la militar, que realizou o golpe de 1964, os diplomatas e militares norte-americanos viram-se, posteriormente, num meio hostil, ou, pelo menos, desconhecido, ao acentuar-se o poder do aparato militar depois de 1968.

Todos estes factores económicos e políticos levariam o governo norte-americano a patrocinar, cada vez com maior ênfase, a retirada progressiva dos militares da gestão do Estado e o fortalecimento de uma elite política civil, com a qual possa manter um diálogo mais fluido e mais maneável.

Neste sentido, a política de Carter encaminhou-se em duas direcções: por um lado, apoiar o esquema de distensão controlada de Geisel, cujo cérebro é o general Golberi do Couto e Silva, ex-presidente da Dow Chemical do Brasil, organizador do IPES, organismo centralizador da conspiração cívico-militar que levou ao golpe de 1964, chefe da Casa Militar de Castelo Branco e actual chefe da Casa Civil do presidente Geisel, criador do Serviço Nacional de Informações e autor da "Geopolítica do Brasil", onde propõe a subordinação estratégica do Brasil aos Estados Unidos, dentro de um esquema geopolítico de hegemonia brasileira no Cone Sul. Tudo indica que Golberi — já confirmado no mesmo posto — continuará sendo o ideólogo e articulador do Governo Figueiredo, que tomará posse em Março de 1979.

Por outro lado, a política norte-americana não deixa de estimular a oposição ao regime. O presidente Carter, na sua viagem ao Bra-



O general Figueiredo tem os cavalos...

sil, não apenas visitou os poderes institucionais onde há uma maior tradição liberal, como o parlamento e o Supremo Tribunal, como também esteve com o cardeal de São Paulo, líder da luta pelos direitos humanos no país. Este duplo jogo é possível precisamente devido à política do grupo Geisel-Golberi-Figueiredo no sentido de uma "abertura liberal controlada", que depende, de certa maneira, do fortalecimento dos sectores moderados da oposição.

No entanto, a possibilidade de uma radicalização da luta democrática torna necessário, ao mesmo tempo, dispor de uma certa flexibilidade que permita aos Estados Unidos dialogar, com sectores mais à esquerda, que poderão ganhar uma força política avassaladora nas condições de uma democratização real do país. Nesse sentido, a política Carter conta, em certa medida, com o efeito moderador que poderia ter sobre certos sectores da esquerda a intervenção crescente da Segunda Internacional, e particularmente

da Social-Democracia alemã, sobre o espectro ideológico do país.

A II Internacional tentou, durante 1976 e 1978, apoiar a formação de um Partido Socialista cuja força política dependeria, em grande parte, do seu apoio político e material. No entanto, a realidade política brasileira demonstrou que as bases populares tendem massivamente para a formação de um Partido Trabalhista, sob a liderança do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Tal facto, fez reorientar a política da II Internacional para a negociação com este partido, que dispõe, porém, de suficiente apoio de massas para manter um diálogo de iguais com a II Internacional, dentro de uma política de relações internacionais pluralista e independente. A II Internacional se vê, assim, forçada a optar entre uma influência directa sobre um partido socialista sem expressão de massas ou a negociação complexa com um Partido Trabalhista de massas.



...mas o general Golbery continua com as rédeas do regime.

UM NOVO PROJECTO POLÍTICO

A evolução da situação política brasileira torna-se, pois, muito complexa. Por esta razão, o grupo no governo começa a preparar-se para uma conjuntura política mais liberal. Esta preparação inclui várias acções políticas. De um lado, prepara-se a criação de um partido de centro que reúna os sectores liberais do partido do governo e os sectores moderados da oposição. Se isto não for possível, pensa-se em dois partidos: um de centro-direita e outro de centro que estabeleceriam uma aliança política.

Por outro lado, busca-se dividir a área popular com a tentativa de formar um partido trabalhista dominado por um sector de direita que disputasse a liderança com Leonel Brizola, ou, pelo menos, conseguisse moderar as suas posições políticas e submetê-lo a um controle.

Dadas as dificuldades de conseguir tais objectivos, poder-se-ia tentar formar

um partido que procurasse herdar o prestígio do trabalho, dividindo assim a área popular. Busca-se, também, promover uma divisão entre o trabalhismo e o socialismo, para debilitar ideologicamente o movimento de esquerda. Tais manobras tornaram-se públicas na imprensa brasileira e deverão sofrer muitas marchas e contra-marchas.

O importante para o grupo no poder é garantir uma certa capacidade de intervenção na forma e no radicalismo que assumirá o movimento popular, em condições de maior liberdade política.

A SUBSTITUIÇÃO CIVIL

Ao mesmo tempo, o grupo no poder prepara as condições para a substituição de um presidente militar por um civil. Neste sentido, vem-se preparando a figura do vice-presidente Aureliano Chaves, até há pouco governador do Estado de Minas Gerais. Esta preparação inclui uma certa diferenciação política entre este e o presidente Baptista Figueiredo. Depois do fracasso eleitoral do governo nas recentes eleições de Novembro de 1978, o vice-presidente eleito declarou (ao contrá-

rio das interpretações oficiais do partido do governo e da futura presidência no sentido de que a diferença de quase seis milhões de votos em favor da oposição não tinham nenhum significado político) que não era realista desconhecer a maioria esmagadora da oposição. x Além disso, chamava a atenção para a dificuldade que representa a situação política na qual o partido do governo alcançava maioria de cadeiras com uma votação nitidamente inferior. A partir desse momento, a figura até então apagada do vice-presidente eleito foi elevada à altura de uma tendência independente, dentro do futuro governo.

Enquanto ocorriam estes interessantes fenómenos políticos, o senhor Aureliano Chaves era ilustre convidado da Escola de Estudos Avançados da Universidade John Hopkins. Este Centro de Estudos não é uma instituição puramente académica. É apoiado por instituições bancárias e empresariais brasileiras e norte-americanas reunidas em torno do *Brasil-U.S. Business Council*, estabelecido em 1976. Estas instituições correspondem às mais poderosas corporações multinacionais e bancos internacionais.

Não é, pois, estranho que



Aureliano Chaves: a reserva civil na «sombra».

e os Direitos Humanos?

A resposta a esta questão talvez se encontre perfeitamente expressa no documento do Comité de Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos Estados Unidos, que regista com grande objectividade este aspecto da política do governo Carter. Permitimo-nos reproduzir "in extenso" a parte deste relatório referente às relações entre a política do governo norte-americano e as respostas do governo brasileiro.

O governo brasileiro deu uma resposta decisiva à política dos direitos humanos do Congresso dos Estados Unidos. Como requerimento sob a Acta da Assistência Internacional para a Segurança e o Controlo da Exportação de Armas de 1976, o Departamento de Estado preparou um relatório sobre os direitos humanos no Brasil. No mês de Março, o Brasil rejeitou o relatório junto com 50 milhões de dólares de créditos estadunidenses de assistência militar.

A Acta para as Aprovações de Assistência ao Estrangeiro e Programas Relacionados, 1978 (P.L. 95 148), proibiu as vendas ao Brasil com créditos militares por causa de restrições nos direitos humanos.

No transcurso do ano, o governo brasileiro revogou toda uma série de outros acordos militares com os Estados Unidos. O resultado de tudo isso, como o explicou o embaixador norte-americano no Brasil, John Crimmins, era o fim de "toda a estrutura formal de cooperação militar entre os dois países".

A suspensão da assistência pode não resultar como dispositivo eficaz para promover o respeito aos direitos humanos no Brasil. O Centro para Política Internacional acentuou que, enquanto o programa de Assistência norte-americano ia diminuindo, as agências de empréstimos multinacionais (isto é, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) e os bancos comerciais aumentaram a sua inversão no Brasil.

O período de maior assistência militar por parte dos Estados Unidos coincidiu com o desenvolvimento brasileiro de segurança repressiva. Entre 1966-75, o Brasil recebeu 28 por cento da assistência militar norte-americana à América Latina, duas vezes mais que a Argentina, o segundo país receptor. A Amnistia Internacional acusou os Estados Unidos de contribuir directamente na repressão no Brasil por meio de Programas de Segurança Pública e de treinamento da polícia, auspiciados pela AID. Ironicamente, a retirada dos créditos militares norte-americanos por causa das violações dos direitos humanos chega num momento em que a assistência norte-americana representa somente 2,5 por cento do orçamento militar do Brasil e quando a indústria brasileira de armas produz 75 por cento das suas necessidades.

Não foram apenas os assuntos de direitos humanos que dominaram as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, em 1977. A meta prioritária da administração Carter foi modificar o acordo entre a Alemanha Ocidental e o Brasil para o desenvolvimento da tecnologia de armas nucleares nesse país.

No Brasil, os dois assuntos se interligaram. Alguns militares acusam a administração Carter de usar "o assunto falso" dos direitos humanos para desestabilizar o regime militar com a esperança de que um novo governo terá uma política nuclear menos independente.

o senhor Aureliano Chaves tenha sido recebido, na sua chegada a Nova Iorque, por David e Nelson Rockefeller, e tenha terminado a sua viagem em São Francisco, recebido pelo presidente do Bank of America, sr. A.W. Clausen, depois de várias entrevistas com o vice-presidente Mondale e outros políticos liberais e altos executivos. Tão pouco é de estranhar que a nota distribuída à imprensa pelo Centro de Estudos Brasileiro, já citado, o apresente como "um dos políticos civis mais experimentados do Brasil, de quem se espera que venha a jogar um papel protagónico na política de liberalização que se desenvolve actualmente no Brasil. O governo Figueiredo-Chaves (sic) deverá presidir à restauração das garantias constitucionais e direitos civis, a reactivação do debate político e a transferência eventual do governo ao completo controlo civil em 1985".

É claro, também, que, se as coisas se tornam muito difíceis antes de 1985, já se dispõe de uma figura civil e na posição correcta para substituir a incómoda figura política do presidente Figueiredo, imposto como candidato presidencial ao próprio partido governamental, a ARENA, a um sector muito significativo dos militares e até a uma boa parte da burguesia nacional e internacional, sem contar, evidentemente, os amplos sectores populares e da classe média que vêm com grande desconfiança um ex-chefe do SNI na presidência da República, a dirigir um processo de reconstitucionalização do país...

COSTA RICA

Somoza ameaça com uma invasão



A ditadura nicaraguense procura dar coesão às suas debilitadas fileiras através de uma política chauvinista, ao mesmo tempo que aspira internacionalizar a actual guerra de libertação. Na Frente Sul: um embrião de território libertado. Qual o comportamento da Guatemala, de El Salvador e das Honduras

DANIEL CAMACHO

Em conferência de imprensa realizada nos últimos dias de Dezembro de 1978, Anastasio Somoza ameaçou invadir o território da Costa Rica se este país não se decidir a controlar supostos núcleos de

guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional que, segundo o ditador nicaraguense, não só têm os seus campos de instrução na Costa Rica, como lançam ataques com armas pesadas do outro lado da fronteira.

O governo costa-riquenho — que rompeu relações com a Nicarágua devido a

um conflito fronteiriço ocorrido há semanas atrás — pôs imediatamente em funcionamento os mecanismos do Tratado Internacional de Assistência Recíproca (TIAR), o que levou o ministério dos Negócios Es-

O autor é Director do Instituto de Investigações Sociais da Universidade da Costa Rica

costa rica trangeiros a afirmar que as declarações de Somoza tinham sido mal interpretadas.

Porém, semanas depois, o ministro de relações exteriores Julio Quintana repetia a ameaça, ainda que de forma velada e em linguagem menos brutal que a utilizada pelo seu chefe.

Isto quer dizer que a alternativa de invasão ao país vizinho não é uma simples fanfarronada e é uma possibilidade de desenlace do conflito interno nicaraguense. Entretanto no terreno das hipóteses, poder-se-iam encontrar algumas razões, tanto políticas como militares, tanto internas como internacionais, que poderiam empurrar a criminoso Guarda Nacional somozista para uma aventura dessa natureza. Entre elas, poderíamos mencionar as vantagens que obteria a ditadura somozista na "fabricação" de um inimigo externo, ou seja, na internacionalização do conflito, assim como no controlo da fronteira costarriquenha.

Comecemos por este último aspecto que constitui o mais agudo e urgente do ponto de vista dos militares nicaraguenses.

A COSTA RICA COMO "SANTUÁRIO"

A Costa Rica tem tido especial cuidado, quer antes, quer depois da subida ao poder do Presidente Carazo, em Maio de 1978, em resguardar a neutralidade oficial do país no conflito político interno da Nicarágua. Expulsões de grupos de nicaraguenses acusados de conspirar contra Somoza a partir da Costa Rica, apreensão de armas protec-

ção e policiamento constante da zona fronteira e outras acções deste tipo dão conta da atitude oficial a este respeito.

Não obstante, é evidente que o povo costarriquenho, na sua quase totalidade, sobretudo no que respeita às camadas populares, é profundamente democrático, civilista e, portanto, anti-somozista militante. A isto vem juntar-se uma história de quarenta anos de agressões verbais, e de "facto", por parte da dinastia somozista contra os costarriquenhos e uma solidariedade efectiva em todos os campos dos costarriquenhos com os seus irmãos nicaraguenses, que, em todas as épocas, têm compreendido lutas democráticas no seu país.

Quando Sandino combateu nas montanhas de Las Segovias, um dos primeiros Comitês Pró-Sandino que se constituíram no estrangeiro foi o da Costa Rica, animado pelo eminente latino-americano Joaquín García Monge, editor do famoso **Repertorio Americano** e presidido por José María Zeledón, autor da letra do hino nacional da Costa Rica. Mas isso foi apenas um episódio numa cadeia de acontecimentos que mostram a vontade do povo costarriquenho em apoiar a luta pela democracia na Nicarágua. Esta sucessão de acontecimentos remontam desde a segunda metade do século passado, por ocasião dos encontros entre liberais e conservadores, passando pela participação costarriquenha na guerra contra o filibusteiro norte-americano William Walker, que pretendeu conquistar a América Central, tendo, até aos nos-

so dias, o sangue dos costarriquenhos se misturado com o dos patriotas da Nicarágua.

ATACAR A GUERRILHA PELAS COSTAS

Isto explica a razão, ainda que face a uma política de neutralidade do governo e ao controlo por parte das autoridades, pela qual é o próprio povo da Costa Rica quem oferece todo o tipo de ajuda moral e material, se se lhe apresenta ocasião, aos opositores de Somoza. O ditador sabe-o e teme que o território costarriquenho possa estar a funcionar como um corredor de passagem de armas e combatentes. O problema complica-se-lhe ainda mais porque os guerrilheiros sandinistas além de fustigarem a Guarda Nacional em todas as frentes, conseguem uma grande margem de manobra e movimentação na sua Frente Sul "**Benjamín Zeledón**", numa parte do território da Nicarágua situado entre a fronteira deste país e a Costa Rica e o Lago da Nicarágua. O seu domínio é quase total na região da pequena povoação de Cárdenas, situada na margem do referido lago.

Essa região é, nem mais nem menos, o embrião daquilo que poderia chegar a ser um território libertado. Circulam informações na América Central que possivelmente reflectem o que de facto ocorre na realidade: os guerrilheiros sandinistas têm tido capacidade para repelir os ataques que a Guarda Nacional tem procurado lançar através do lago.

A aviação continua a ser altamente ineficaz contra estas milícias guerrilheiras,



cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 183 - São João - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

os jovens juntam-se à guerrilha sandinista.

que se movem na montanha com grande rapidez e destreza. Além disso, foi confirmado que vários aviões da Guarda foram abatidos. Os aviões de alta velocidade não se mostram adequados para atacar a guerrilha e os aviões de baixa velocidade e os helicópteros, os sandinistas têm capacidade para os derribar.

Por consequência, a Guarda Somozista tem, na Frente Sul, o seu ponto mais débil e vê-se na necessidade de fechar com as suas próprias forças o lado costa-riquenho da fronteira. O que lhe permitiria, por um lado, atacar a guerrilha pela retaguarda (que agora tem protegida) e, por outro, fechar a via de comunicação que através da Costa Rica, e não obstante o governo deste país, a guerrilha tem com o exterior.

Ante o rotundo fracasso político e militar que significaria para Somoza o esta-

belecimento de um território libertado (controlado pela Frente Sandinista), a aventura de uma invasão não parece totalmente absurda.

Apesar de ser este o objectivo mais urgente de uma eventual invasão da Costa Rica, outros, de menor prioridade, mas de importantes consequências, estariam também na mira dos estrategas da tirania. Um deles é o das vantagens que derivariam de uma internacionalização do conflito.

INTERNACIONALIZAR A GUERRA INTERNA

A invasão da Costa Rica permitiria à ditadura somozista provocar um conflito bélico internacional num momento muito favorável aos seus interesses.

É bem conhecido o funcionamento de uma aliança entre os três governos militares mais repressivos e inhumanos de toda esta região da América Latina:

Guatemala, El Salvador e Nicarágua. A participação das Honduras neste tenebroso "eixo" varia, dependendo das circunstâncias da política interna hondurenha.

O perfil daqueles três regimes é o mesmo. Todos eles são de natureza reaccionária no que respeita à sua política interna e incondicionalmente pró-imperialista. Professam o anti-comunismo mais fanático e extremo, que os leva ao ponto de torturar, assassinar e de fazer desaparecer já não só aqueles conhecidos como revolucionários, como dirigentes de qualquer tendência — social-democratas, social cristãos, cooperativistas, sacerdotes — que se revelem com capacidade de condução popular e mostrem algum tipo de integridade pessoal.

Estes regimes constituem o Conselho de Defesa Centro-americano, CONDECA, com o alegado fim de se defender reciprocamente

costa rica de qualquer agressão proveniente de terceiros países. O CONDECA foi alentado pelos organismos norte-americanos ligados à política externa com o fim de ser preparado para um eventual confronto com Cuba. Em virtude desse facto, ele não constitui o instrumento adequado para canalizar a ajuda recíproca frente à luta interna. Para esse fim, até antes de Setembro de 1978, cada um destes países confiava nas suas próprias organizações repressivas.

Durante a insurreição de Setembro do ano transato na Nicarágua, o CONDECA não pôde actuar e toda a cooperação militar que os exércitos de El Salvador e da Guatemala deram à Guarda Nacional somozista teve que ser dissimulada. A presença de soldados guatemaltecos e salvadoreños nessa ocasião foi comprovada por numerosos testemunhos nos julgamentos públicos contra Somoza que se realizaram em San José da Costa Rica, ainda que tenha sido reiteradamente negada pelos chefes militares de ambos os países.

A eventual instalação na Nicarágua de um regime democrático e popular é vista pelos regimes opressivos da Guatemala e El Salvador como um perigo para si próprios.

Ainda que com limitações, as liberdades vigentes na Costa Rica permitem que este país constitua um centro de solidariedade moral com os movimentos de libertação da América Central.

Um conflito bélico com a Nicarágua e a Costa Rica permitiria ao CONDECA intervir abertamente com

forças dos exércitos da Guatemala, El Salvador e das Honduras, a pretexto de uma "hipotética" agressão de um país estrangeiro. O pretexto seria ainda melhor no caso do Panamá ou da Venezuela darem apoio militar à Costa Rica. País que não conta, é bom não esquecê-lo, com um exército por proibição expressa da sua própria Constituição. A Guarda Civil e a Guarda Rural, únicos corpos armados deste país, possuem um baixo grau de profissionalização e estão concebidos, basicamente, como instrumentos de repressão interna.

Por outro lado, a Venezuela estaria em difícil situação para intervir devido ao período de transmissão do mandato político em que se encontra, da Acção Democrática para o COPEI, ou seja a Democracia Cristã; e em virtude das acções diplomáticas e militares dos Estados Unidos, que chegaram a estacionar um porta-aviões ao largo das costas da Nicarágua quando, em Setembro de 1978, a Venezuela ofereceu a ajuda da sua aviação à Costa Rica, além de terem advertido aquele país e o Panamá que não permitiriam a queda de Somoza e a consequente tomada do poder por parte da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Para combinar a participação da Guatemala e de El Salvador numa eventual agressão somozista contra a Costa Rica, Anastasio Somoza realizou, entre os últimos dias de Dezembro de 1978 e os primeiros dias de Janeiro deste ano, duas reuniões com os Chefes de Estado desses países, segundo fontes dignas de

confiança.

Uma viagem do ditador nicaraguense pelas três capitais vizinhas produzia, seguramente, um encontro de cúpulas militares na Guatemala. A mão do imperialismo esteve outra vez presente, desta vez com o objectivo de impedir uma agressão directa desses quatro países contra a Costa Rica. Em consequência disso, a Guatemala e El Salvador só se comprometeram, em caso de guerra com a Costa Rica, a apoiar a Guarda Nacional frente à sublevação interna dentro do próprio território nicaraguense. Desse modo, a Nicarágua poderia concentrar parte das suas forças na frente externa, o mesmo é dizer, contra a Costa Rica.

As Honduras, por seu lado, não foi tão longe. Comprometeu-se a resguardar zelosamente o lado hondurenho da fronteira com a Nicarágua para impedir a passagem aos sandinistas e ao seu armamento.

Em todo este panorama, jogaria um papel muito importante o elemento de coesão interna que o ditador nicaraguense pensa poderia suscitar uma guerra internacional.

PROCURAR UMA COESÃO INTERNA

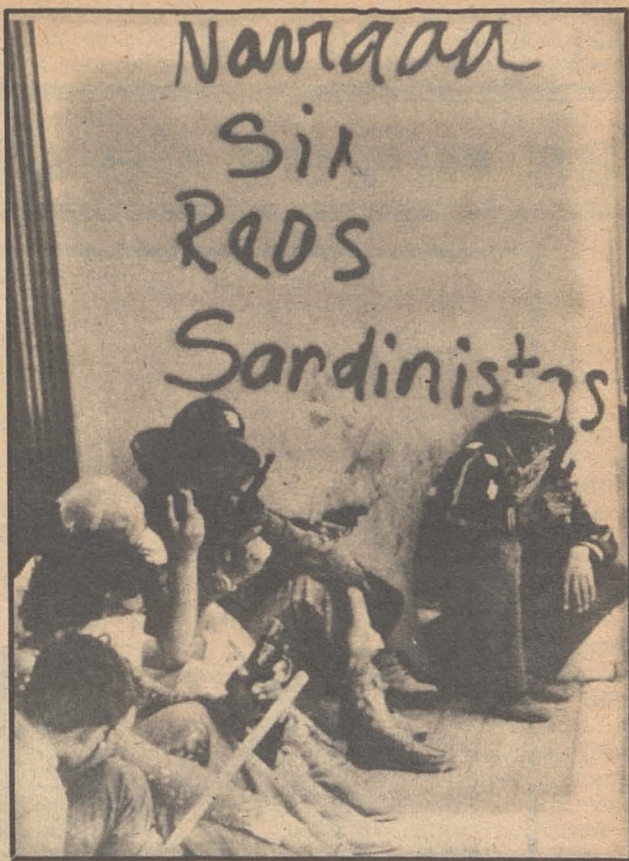
O isolamento de Somoza e da sua Guarda do povo nicaraguense é tão profundo que não há força capaz de o superar. No entanto, o ditador esforça-se por desencadear sentimentos chauvinistas na Nicarágua contra a Costa Rica. Com esse fim, lança uma campanha propagandística

através da imprensa escrita, e, sobretudo, através da rádio oficial, atribuindo à Costa Rica violações do território nicaraguense.

A arma mais perigosa é a reivindicação da província fronteiriça costa-riquenha de Guanacaste. Argumenta-se que, durante o período colonial — quando a América Central era ainda uma só unidade político-administrativa com a designação de Capitania Geral da Guatemala — parte do estuário de Guanacaste foi considerado como pertencente à então província da Nicarágua. A soberania da Costa Rica sobre Guanacaste nunca foi discutida desde 1825, quando os guanacastecos decidiram num plebiscito continuar a pertencer à Costa Rica. Esta situação foi ratificada, reconhecida, reiterada e confirmada por ambos os países em inúmeros tratados e declarações, e em todo o tipo de actos oficiais.

Somoza sabe como são sensíveis os povos às reivindicações territoriais e pretende criar artificialmente um conflito deste tipo para o utilizar em seu próprio benefício. O general da Guarda Nacional, Gonzalo Evertz, comandante militar da zona sul, afirmou que se os seus soldados passassem a fronteira não estariam a violar território alheio “porque Guanacaste é território nicaraguense”.

Com esta manobra, Somoza não só procura suscitar a coesão interna em seu redor, como pretende criar, também, disputas entre costa-riquenhos e nicaraguenses, o que poderia prejudicar (em seu benefício) a estreita solidariedade existente entre ambos os povos.



Nicarágua: durante a sublevação de Setembro do ano passado.

OBJECTIVOS IMEDIATOS

Apesar da invasão do território costa-riquenho não se ter ainda produzido, a ditadura somozista obteve já o objectivo mais imediato das suas ameaças: obrigar o governo da Costa Rica a vigiar a sua fronteira, o que indirectamente significa controlar a retaguarda de Frente Sandinista.

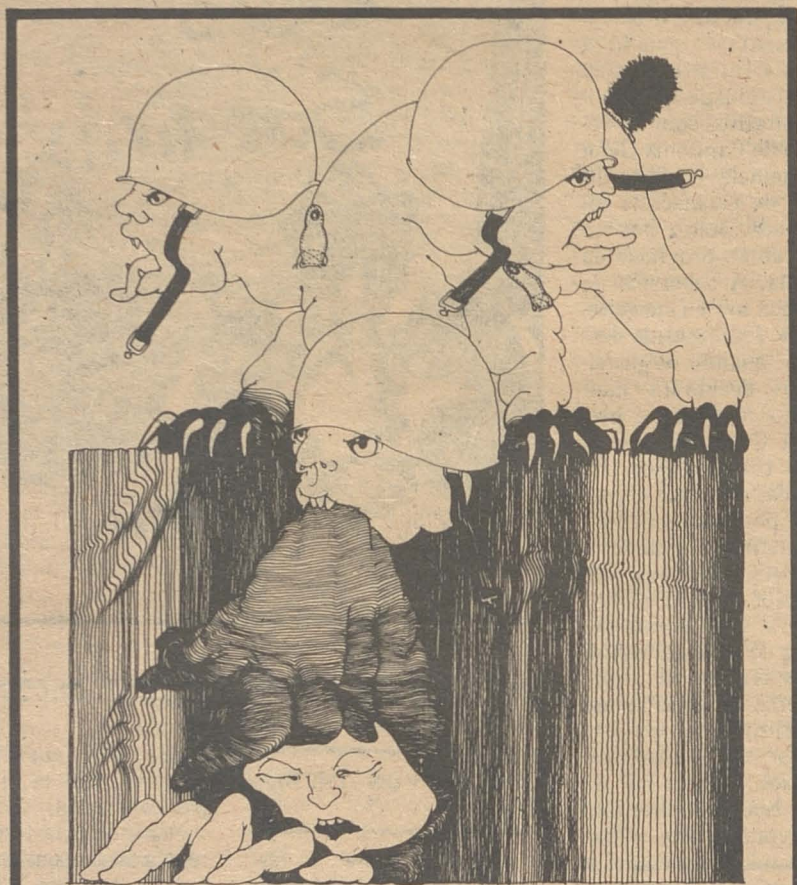
É indubitável que a presença de observadores e de destacamentos de guardas na zona fronteiriça favorece a Guarda Nacional nicaraguense que consegue

criar, assim, um obstáculo adicional para os movimentos sandinistas.

Não obstante todas estas tenebrosas manobras, a ditadura tem os seus dias contados. A vontade do povo da Nicarágua é indomável; e a decisão dos melhores filhos dessa terra irmã de fazer cumprir a promessa de Sandino: lutar por uma “pátria livre ou morrer” é já definitiva. As acções desesperadas do ditador mostram que, ainda que muitos tenham dolorosamente que morrer no combate, o único desenlace historicamente possível é o de uma Nicarágua livre.

EL SALVADOR

as raízes da crise



Alto a la represión en El Salvador

Como a oligarquia cafeeira se integrou no sistema capitalista mundial. As repercussões do Mercado Comum Centro-americano na industrialização. Um sistema de governo orientado para a repressão

Ao firmar-se a independência em relação a Espanha (1821), a base da economia era o anil (colorante proveniente do jiquilite).

Este produto era exportado para a Europa, mas com a descoberta dos colorantes sintéticos, no último terço do século XIX, a importância do anil decaiu.

Diante deste facto, foi necessário encontrar uma nova fórmula de vinculação ao mercado capitalista.

A solução foi um novo produto: o café.

Por seu meio, a jovem república integrou-se completamente no sistema capitalista mundial.

O cultivo deste produto, requeria extensas zonas, pelo que os grupos dominantes iniciaram a expulsão dos camponeses da meseta central, as melhores terras, por meio da Lei de Extinção de Baldios e Terras Comuns, de 1880-1881, realizando-se a **Revolução Liberal**, passando a formas capitalistas de trabalho na terra. Como consequência disto, originou-se uma grande massa de proletários e sub-proletários, que foram viver nas terras ribeirinhas da costa e no norte do país.

A oligarquia cafeeira de El Salvador, integrou-se parasitariamente no sistema capitalista mundial, através do rendimento diferencial que obtinha com a produção e o comércio do café.

O desenvolvimento da produção do café determinou a concentração da terra em mãos da oligarquia, que enriqueceu progressivamente, chegando a adquirir um nível de vida muito superior ao da população em geral (baseando seus luxos e privilégios na exploração do trabalho alheio e na in-

tegração parasitária no mercado mundial capitalista, acrescentado pelo fabuloso diferencial, dadas as condições de produtividade do solo de El Salvador.

A CRISE ECONÓMICA DE 1929

A crise económica capitalista de 1929 teve profunda repercussão na economia do país.

Como consequência da crise, a produção cafeeira de 1931 não teve mercado, razão pela qual não houve colheita ou houve mas não foi pago o trabalho dos jornaleiros.

Nessas condições houve o perigo de morte pela fome dos camponeses pobres que usualmente trabalhavam na safra cafeeira.

Assim, iniciou-se a preparação de um insurreição para a conquista do poder, sob a direcção do jovem Partido Comunista de El Salvador, dirigido por Farabundo Martí (1).

Já em Dezembro de 1931, a oligarquia cafeeira, por meio do exército, havia derrotado o último governo legalmente eleito pelo povo, o do doutor Arturo Araujo, que permitiu certo grau de liberdade de organização, inclusive n o campo. Havia estabelecido a ditadura do general Maximiliano Hernández Martínez, iniciando-se a série de regimes militares que desgovernaram o país até hoje.

O movimento insurreccional de Janeiro de 1932 foi afogado em sangue, depois do fuzilamento sem processo de Farabundo Martí, Alonso Luna e Mário Zapata. A sangrenta repressão lançada na zona da Serra Centro Ocidental, eminentemente cafeeira, quando

nela se concentrava uma, grande massa de jornaleiros e camponeses pobres para recolher a colheita 1931-32, teve um saldo de 30 000 mortos, num país que, nessa época, tinha 1 300 000 habitantes; mais de dois por cento da população.

Só assim o sistema pôde sobreviver à crise.

O DESENVOLVIMENTO

Depois de superada em alguma medida a crise de 29, os preços do café subiram novamente no mercado mundial. Com base no fundo de acumulação conseguido pelos altos preços do café, a oligarquia propõe uma estratégia diferente para diversificar a economia. Assim, poderia enfrentar qualquer baixa futura nos preços do café.

Não se pretendia abandonar a economia cafeeira, e sim, com base nela, conseguir uma diferenciação da economia de El Salvador, orientando os investimentos para desenvolvimento da indústria de substituição de importações.

Para tal, criou-se um sistema bancário que captasse os rendimentos dos pequenos e médios cafeicultores, criando a oligarquia um fundo de investimentos para a indústria. Este sistema bancário foi fortemente monopolizado por um sector da oligarquia cafeeira que passou a adquirir os caracteres de oligarquia industrial.

Neste processo de "diversificação" participou o Estado, e realizaram-se co-investimentos com os monopólios imperialistas, dependendo em grande medida destes últimos para a sua cristalização.

A partir da década de 60, quando o desenvolvimento da exportação cafeeira se viu novamente afectado por uma nova baixa de preços do café, iniciou-se o processo de industrialização dentro do Mercado Comum Centro-Americano, sob o apoio da "Aliança para o Progresso", como via de reprodução do capitalismo no país.

As indústrias que se intalaram foram do tipo de substituição de importações: têxteis, alimentos, plásticos, montagens, etc.

Nesses anos El Salvador conseguiu um alto índice de investimentos na indústria e no desenvolvimento do PIB (Produto Interno Bruto) em relação aos demais países da América Central. Esta estapa terminou praticamente com a guerra de 1969 entre El Salvador e as Honduras.

A GUERRA DE 1969

O Mercado Comum Centro-Americano possibilitou o desenvolvimento da indústria de substituição de importações, sobretudo na Guatemala e em El Salvador, isto devido ao próprio desenvolvimento das forças produtivas nestes países. Estabeleceu-se, portanto, uma concorrência pelo controlo dos mercados dos três países menos industrializados. Neles as burguesias viam-se diante de uma concorrência desigual, que lhes deixava escassas possibilidades de desenvolvimento industrial. Seu provável mercado interno via-se invadido por produtos da indústria ligeira de El Salvador e da Guatemala.

Os sectores industriais e comerciais de El Salvador tinham o seu melhor mer-

Resultados da guerra de 1969 para El Salvador

O resultado do conflito foi a consolidação do segundo governo do Partido de Conciliação Nacional, de Sánchez Hernández, e o rompimento do Mercado Comum Centro-Americano. Com o prestígio conseguido pelo Exército, baseado no chauvinismo, o governo conseguiu um controle bastante firme daqueles sectores partidários de mudanças dentro do país.

Cuzcatlan

Na época pré-colombiana esta região era conhecida com o nome de Cuzcatlan, em Náhuatl: "O país das preciosidades", "a cidade jóia".

Origem étnica da população

Historicamente, a população formou-se, sobretudo, da mestiçagem entre os habitantes *pipiles* e *lenças*, tribos pré-colombianas, e os colonizadores espanhóis; isto explica a grande homogeneidade étnica e cultural que existe no país.

A República de El Salvador, situada na costa do oceano Pacífico, na América Central, é uma das menores do Continente Americano, com 20 000 km², e com uma população de 4 400 000 habitantes, o que faz com que a densidade da população seja de 220 habitantes por km². Trinta por cento da população é urbana e o índice de crescimento é de 3,5 por cento ao ano. Cinquenta por cento da população tem menos de 20 anos.

Nível de vida

Analfabetismo: 50 por cento da população.

Mortalidade por enfermidades curáveis: gastro-intestinais, tuberculose, desnutrição.

Alimentação dos camponeses: feijões, "tortilhas" de milho, ausência quase total de proteínas; baixo consumo, inclusive nas cidades, de leite, carne e ovos.

150 000 pessoas vivem em choças ou bairros de lata.

Milhares de desempregados.

cado nas Honduras, que haviam praticamente invadido, inclusive com sucursais de empresas bancárias, industriais e de construção salvadoreñas.

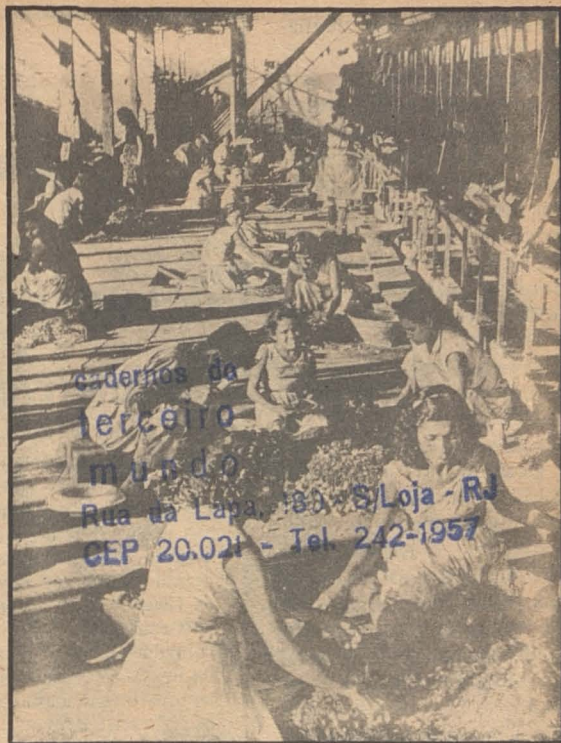
O então governo das Honduras de López Arellano via-se pressionado a romper o pacto do Mercado Comum por sectores interessados em que a futura indústria de Honduras tivesse o seu próprio mercado interno livre da concorrência salvadoreña.

A ingerência do governo de El Salvador de Júlio Rivera, numa tentativa de golpe de Estado contra López Arellano, em 1967, para instalar no governo das Honduras sectores partidários da continuação no Mercado Comum, criou novos elementos de tensão.

Estando assim as coisas, desencadeou-se nas Honduras uma grande campanha contra os produtos vindos de El Salvador, agravando-se a situação ante as pressões e depois agressões violentas contra os quase 300 000 salvadoreños que aí viviam. Eles haviam colonizado terras — fundamentalmente na zona onde se iniciaria um processo de Reforma Agrária, — o que facilitaria a criação de um mercado interno para a produção industrial de Honduras, favorecendo o sector burguês que desejava a saída de Honduras do **Mercumum**.

Em El Salvador, diante da perseguição dos salvadoreños nas Honduras, exacerbaram-se os ânimos belicistas, criando-se um sentimento colectivo de ir defender os salvadoreños residentes nas Honduras.

O governo de El Salvador, para controlar a situação interna desencadeou a



mulheres salvadoreñas escolhem coco para a extracção de óleo.

guerra contra as Honduras, que começou em Junho de 1969. Ela produziu a morte da estratégia do desenvolvimentismo industrial.

A ECONOMIA DO PRESENTE

Nos anos posteriores ao fracasso da estratégia do desenvolvimentismo industrial, a economia salvadoreña chegou a uma encruzilhada.

As possibilidades de expansão e reprodução do capitalismo, através da agro-exportação, estavam esgotadas. Por vezes, o café tem preços altos, situação que pode mudar repentinamente. Apesar disso, esta área económica continua sendo

a fundamental fonte de divisas. A partir do abalo sofrido pelo Mercado Comum Centro-Americano em 1969, a indústria entrou em crise. Os próprios investimentos na criação de novas indústrias colocam El Salvador no último lugar da América Central, depois de ter tido o maior índice de desenvolvimento industrial na década de 60. O apoio do Estado à indústria desapareceu.

Actualmente, um sector daquilo que fora antes a oligarquia industrial (que apareceu num primeiro momento como oligarquia cafeeira) dedica-se a actividades financeiras vinculadas à indústria turística e a associação com investido-

res estrangeiros nas chamadas "zonas francas".

Consequentemente, esta oligarquia financeira procura sobreviver parasitariamente no capitalismo mundial, sem necessidade de sair dos padrões do sistema dentro de El Salvador. Esta é a alternativa de desenvolvimento capitalista que encontraram para o país. Não é um novo sector de classe que vem a disputar-lhe a hegemonia. É a substituição de um tipo de hegemonia oligárquica por outro.

Este plano económico conta com o apoio de grupos oligárquicos mais poderosos, que se constituíram nos últimos anos em grupos financeiros. Investem em todos os ramos económicos do país: controlam actualmente a agro-exportação, os bancos e a indústria. Conseguiram o controlo através da política financeira de uma boa parte do capital existente no país. É indubitável que sendo esta a política económica hegemónica em El Salvador, a sua aplicação afecta o resto das classes dominantes: a oligarquia industrial (que não pôde passar a financeira); sectores atrasados da oligarquia caféira; média e pequena burguesia industrial e comercial, e, sobretudo, as grandes massas de proletários agrícolas, subproletários e proletários urbanos.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Ao terminar a guerra, o Mercado Comum Centro-Americano desapareceu, iniciando-se uma séria crise para a economia de El Salvador, já que a sua indústria não podia mais contar com o mercado das Honduras. Por outro lado, o go-

denúncias e sequestros

Dois dias antes do presidente Carlos Humberto Romero visitar o México (18-20 de Janeiro de 1979), a embaixada deste país em São Salvador foi tomada por um comando da Frente de Acção Popular Unificada (FAPU), que reteve como reféns o adido militar mexicano, coronel José Gomez Salgado, uma secretária e 150 pessoas que lá estavam providenciando vistos para viajar ao México, atraídas pela reunião da CELAM e da visita do Papa. Por mediação do governo mexicano, após pouco mais de 24 horas, conseguiu-se que o comando deixasse os reféns em liberdade. Os 32 militantes da FAPU receberam salvo-condutos para viajar para o México, que lhes deu asilo, mas não alcançaram os objectivos que os levaram a executar a operação, ou seja: a liberdade dos presos políticos, o indulto ou perdão aos sentenciados, a explicação oficial sobre os desaparecidos, amnistia geral e anulação da "Lei de Garantia da Ordem Pública".

Enquanto isso, continuam em poder das Forças Armadas de Resistência Nacional Ian Massie e Michael Chatterton, britânicos, e respectivamente gerente e sub-gerente do Banco de Londres, e o japonês Takakasu Susuki, gerente de uma fábrica têxtil de capital salvadorenho e nipónico. As FARN exigem, em troca da vida dos seus reféns, a liberdade de cinco presos políticos. São eles: Lil Milagro Ramirez (estudante de direito), Manuel Rivera (professor), Luis Zelayandia (estudante), Juan Gonzalo Parada e Sonia Estela Ramirez.

A 30 de Dezembro passado, este mesmo grupo deixou em liberdade o executivo holandês Fritz Schniteman. Sequestrado em 24 de Novembro, Schniteman foi libertado depois da Phillips ter obtido do governo holandês a publicação e a transmissão por rádio de um manifesto contra o regime de El Salvador. O mesmo manifesto foi reproduzido em outras partes da Europa. Extra-oficialmente soube-se que, além disso, a Phillips pagou às Forças Armadas de Resistência Nacional uma importante soma em dinheiro.

Por outro lado, o Arcebispo de El Salvador, através do arcebispo Oscar Romero, denunciou o "tratamento cruel e desumano que sofrem os presos políticos" naquele país, assim como o desaparecimento de numerosas pessoas nos últimos meses. Anunciou a criação de um Comité Pró-liberdade de Presos Políticos e adiantou que confia em que uma amnistia geral poderá ser decretada em breve.

No mesmo dia da chegada do Presidente Humberto Romero ao México, noticiou-se que tinham sido sequestrados em São Salvador o cônsul de Israel e o executivo da produção caféira Ernesto Nieves.

¡ LIBERTAD PARA
LOS PRESOS POLITICOS !



LAS POPULARES 26 DE FEBRERO

verno de Fidel Sánchez Hernández, segundo governo do Partido de Conciliação Nacional (PCN), conseguiu instrumentalizar o prestígio obtido pelo Exército na guerra com as Honduras, assentado num espírito chauvinista. Nas eleições de 1970 (municipais e do parlamento) o PCN conseguiu um fortalecimento passageiro. Desta forma conseguiu superar a primeira parte da crise económica causada pelo fim do impulso desenvolvimentista. Sem dúvida, dentro do Exército manteve-se um sector progressista democrático. Nos últimos anos do governo de Fidel Sánchez Hernández, o movimento operário e popular deu um forte impulso na sua luta reivindicativa, diante da inexistência de medidas em seu favor. Os confrontos nas ruas foram frequentes nessa época.

A repressão do regime encontrou oposição dentro do sector constitucionalista do Exército. Por outro lado, o sector ultradireitista, que agora governa, decidiu impôr em suas eleições de 1972 um dos seus membros, o coronel Arturo Armando Molina, no meio de descontentamento dentro do Exército. x Faço ao auge do movimento popular de massas, organizou-se uma liga para levar adiante a oposição legal ao regime: a União Nacional Opositora (UNO), integrada pelos partidos Demócrata Cristão, União Demócrata Nacionalista e Movimento Nacional Revolucionário. Neste período houve a ruptura dos sectores médios urbanos com o partido do governo. Também por volta desta época, surgem duas organizações guerrilheiras:



de pé: Augusto Cesar Sandino (Nicarágua); à direita: Gregorio Gilbert (dominicano); sentado: Farabundo Martí (salvadorenho).

o Exército Revolucionário do Povo e as Forças Populares de Libertação Nacional "Farabundo Martí".

As eleições realizaram-se em Fevereiro, com a participação de vários partidos, mas a luta popularizou-se entre o Partido de Conciliação Nacional, representando os interesses da oligarquia financeira, e a União Nacional Opositora (UNO), apoiada por sectores populares. Legalmente, as eleições foram ganhas pela UNO, mas, fraudulentamente, o candidato vence-

dor foi o coronel Arturo Armando Molina, do PCN.

O GOLPE CONSTITUCIONALISTA

O sector constitucionalista das Forças Armadas iniciou uma rebelião militar em 25 de Março de 1972, prendendo o presidente que já havia terminado o seu mandato, Fidel Sánchez Hernández, com a participação dos principais regimentos de San Salvador. Os do interior mantiveram-se num compasso de

espera. Os corpos repressivos, ou sejam, a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e a Polícia Fiscal, fizeram frente aos golpistas, enquanto o ministro da Defesa coordenava por meio do Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), a intervenção das forças da Nicarágua e da Guatemala. A aviação guatemalteca bombardeou os quartéis rebeldes, conseguindo que a correlação de forças fosse favorável aos sectores do Governo, os quais conseguiram desfazer o golpe constitucionalista nesse mesmo dia, com um saldo de mais de 200 mortos.

As massas praticamente não participaram neste golpe, já que os seus dirigentes não consideraram necessário.

Este facto demonstrou até aonde havia chegado a radicalização da corrente constitucionalista em oposição ao sector mais direitista. Também demonstrou como o imperialismo norte-americano tem na CONDECA, um meio para impedir mudanças na situação política na América Central.

Depois do 25 de Março, desencadeou-se uma tremenda repressão, com assassinatos, torturas e expulsões dos dirigentes políticos da oposição, entre eles o candidato presidencial da UNO, engenheiro José Napoleón Duarte.

O governo de Arturo Armando Molina, representou os interesses da oligarquia financeira de El Salvador.

Com ele fechou-se definitivamente a abertura democrática do período anterior. Durante o governo de Molina utilizou-se cada vez mais a repressão contra o

movimento operário e das massas.

Em Julho de 1972, dezanove dias depois de ocupar a Presidência, Molina interveio militarmente na Universidade de El Salvador,stituindo desde o Reitor até ao último empregado do Alto Centro de Estudos. O Reitor, Decanos e outros dirigentes, foram expulsos do país. Eliminava-se, assim, um dos últimos focos de oposição ao governo.

Enquanto reprimia o movimento de massas, o grupo governante promovia a criação de organizações de massas que lhes proporcionaram a cobertura necessária para manter-se no poder, fazendo crer ao Mundo que existia um regime democrático no país. Assim, organizaram a União Comunal Salvadorenha, e muito especialmente, a Organização Democrática Nacionalista (ORDEN) organização paramilitar pública, que se dedica ao controlo e denúncia dos opositores e revolucionários, perseguição e repressão directa. Também foram criados novos instrumentos repressivos como os novos códigos penal e laboral.

De 1972 até 1974, a luta das massas decresce, como resultado da repressão lançada pelo regime, ainda que este não tenha conseguido destruir o movimento popular.

Em finais de 1974, com a reabertura da Universidade, o movimento estudantil revitalizou-se e também se reiniciou a agitação rural, havendo massacres de camponeses, como o de Chinamequita, onde foram assassinados 12 camponeses, com o uso de metralhadoras e de morteiros.

O AVANÇO DO FASCISMO

Em 1975, o movimento popular estava novamente reforçado, e o fascismo preparava uma nova ofensiva repressiva, com vista às eleições de 1976.

No dia 1 de Julho de 1975, o governo monta a sua primeira grande mobilização de massas, com a ORDEN (Organização Democrática Nacionalista), a União Comunal Salvadorenha e o Partido de Conciliação Nacional (PCN). Com isto sente-se reforçado e decide acentuar severamente a repressão. No dia 30 de Julho de 1975, montam uma emboscada com tanques e espingardas automáticas a uma manifestação estudantil, deixando 15 mortos e numerosos desaparecidos. Este facto ocasionou uma forte revitalização do movimento popular. O governo vê-se impossibilitado de continuar a repressão.

Em Março de 1976, o regime dedicou-se, através dos corpos repressivos e da ORDEN, a desorganizar a campanha eleitoral da UNO, atacando locais, membros, anulando iniciativas, etc. A UNO viu-se obrigada a retirar-se do processo eleitoral. Desta forma, a oposição perdeu o pouco que ainda lhe restava, algumas prefeituras municipais, conseguindo, assim, o PCN o controlo absoluto do Parlamento e das municipalidades.

DESPRESTÍGIO E DEMAGOGIA

Em meados de 1976, o governo organizou uma no-

va manifestação anunciando o primeiro plano de transformação agrária (Reforma Agrária ao seu modo) que afectaria terras estatais, e de duas famílias que não pertencem à oligarquia financeira. Os sectores oligárquicos terratenentes iniciaram uma campanha contra a lei de transformação agrária, que só havia sido elaborada para fins demagógicos. Esta lei, depois de uma suposta confrontação com o governo, foi derrubada por um golpe de Estado promovido pelos sectores terratenentes e militares descontentes.

O governo encontrava-se nesta altura bastante desprestigiado, ao que veio somar-se o escândalo no qual se viu envolvido o Chefe do Estado-Maior do Exército

de El Salvador (ele tentou realizar uma compra de 10 000 metralhadoras, as quais seriam vendidas à máfia norte-americana, negócio que foi descoberto e pela qual foi julgado nos EEUU).

O governo encontrava-se desprestigiado para sectores do exército, o povo e algumas camadas da classe dominante. Nestas condições, devia enfrentar as eleições presidenciais de 1977, e a sua única carta para conseguir aliados, era o plano contra-revolucionário.

O partido do governo escolheu como candidato o homem forte do sector que propunha a repressão desapiadada do movimento popular: o general Carlos Humberto Romero, minis-

tro da Defesa, o militar mais desprestigiado e odiado pelo povo, responsável pelos massacres dos anos anteriores.

Por seu lado, a União Nacional Opositora (UNO), que se apresentou às eleições presidenciais de 1977, levou como candidato o coronel reformado Ernesto Claramount, militar democrata.

NOVA FRAUDE

As eleições presidenciais de Fevereiro de 1977 foram uma completa fraude, denunciada a nível nacional e internacional.

As massas diante dos apelos da UNO, prostetaram nas ruas. Levantaram barricadas em diferentes pontos da capital; as praças do centro foram ocupadas por vários dias, e fez-se greve geral. San Salvador ficou paralisada por uma semana, e as cidades do interior viveram uma forte agitação política.

O governo cessante do coronel Molina, decidiu "desocupar" a praça central de San Salvador, fazendo-o na madrugada de 28 de Fevereiro de 1977. Os dias posteriores foram de massacre. Segundo declarações do coronel Claramount, no exílio, na Costa Rica, durante esta fase foram assassinados cerca de 7000 salvadorenos.

Posteriormente às eleições, foram assassinados os sacerdotes Rutilio Grande e Alfonso Navarro, provocando um distanciamento ainda maior entre a Igreja e o governo.

Dentro de um clima repressivo, no dia 1 de Julho de 1977, tomou posse na Presidência, o general Carlos Humberto Romero,

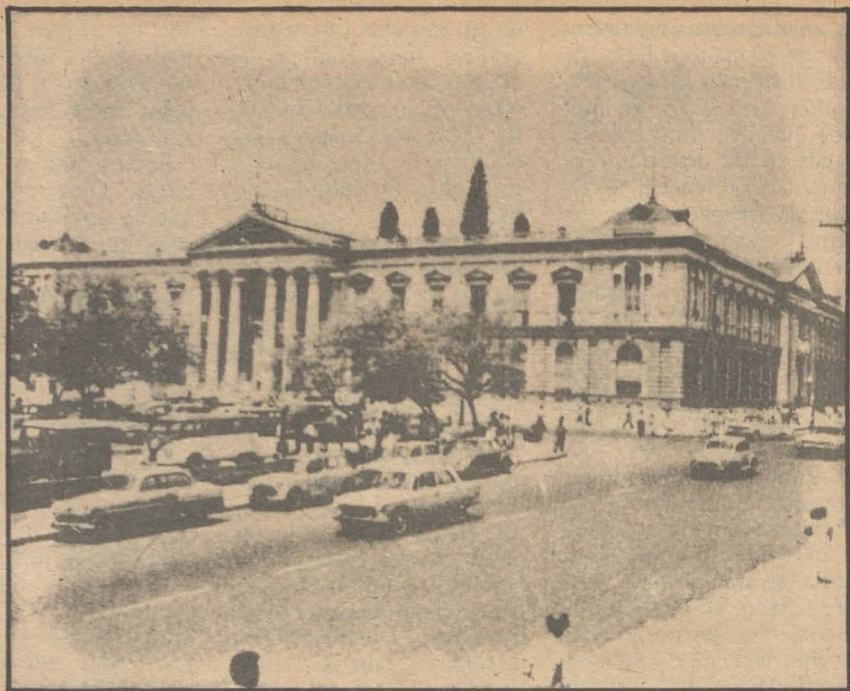
Polícia dispara

Quatro jovens e um padre foram mortos a tiro pela polícia salvadorenha, no passado dia 20 de Janeiro, num bairro de São Salvador. O massacre ocorreu quando a guarda nacional disparou sobre as pessoas que se tinham reunido num local paroquial para o catecismo.

Segundo a polícia, o trágico acontecimento deveu-se a uma intervenção dos soldados para interromper uma "reunião subversiva".

O arcebispo de São Salvador, monsenhor Romero, responsabilizou o governo pelo massacre e excomungou os autores e os instigadores do crime. Numa homília divulgada na segunda-feira seguinte ao ocorrido, o arcebispo denunciou o regime repressivo e qualificou de puras "mentiras" as afirmações do presidente Carlos Humberto Romero de que não há presos políticos em El Salvador.

O assassinato do padre e dos jovens cristãos aprofunda uma crescente crise entre a Igreja e o governo salvadorenos, no momento em que o presidente Romero, em viagem ao México, critica o clero e o arcebispo, que acusa de fazerem propaganda antigovernamental, ao mesmo tempo em que se reunia em Puebla a III Conferência dos Bispos Latino-americanos, onde é tónica principal a denúncia dos regimes repressivos do continente que violam constantemente os direitos humanos.



aspecto de San Salvador, a capital.

desprovido de todo o apoio popular, e sustentado pela oligarquia financeira, pelos sectores ultradireitistas do Exército, e pelas organizações paramilitares.

No primeiro ano do quarto governo do Partido de Conciliação Nacional, também fizeram uso da repressão, como em Cuzcatlán, em Março de 1978.

AS PERSPECTIVAS

O que está claro, é que tanto o movimento de massas, como os partidos políticos e as organizações guerrilheiras, não puderam ser destruídas. Hoje, mais do que nunca, encaminham-se para a formação de uma frente mais ampla de forças democráticas, com esperanças na derrota da tirania, e pelo estabelecimento de um governo de-

mocrático provisório, que permita um período de amplas liberdades no país, que respeite os direitos fundamentais dos homens e que permita o retorno de centenas de exilados.

Pode-se afirmar que em El Salvador se implantou uma tirania como as piores do Cone Sul da América, que começa na Presidência da República, passando pelos organismos de Planificação Económica, pelo Exército, pelo Parlamento, pelos Meios de Comunicação, pela Universidade, pelos grêmios profissionais, até chegar aos grupos paramilitares.

A última inovação, dentro da estratégia militar reaccionária, é a Lei da "Defesa e Garantia da Ordem Pública", que estabelece penas que vão de 1 a 7 anos de prisão aos que participem em actos de protes-

tos, organizem greves ou ocupações de fábricas, aos que se reunam ou facilitem locais, para reuniões, aos que propaguem ou enviem notícias ao estrangeiro, aos que sendo funcionários públicos não obedeçam às ordens dos seus superiores.

Esta realidade impõe, para a sua alteração, o desafio de conseguir a maior unidade possível dos sectores revolucionários e democráticos, representados por partidos, sindicatos, militares, a Igreja, etc., que possibilite a luta pela queda da tirania.

(1) *Farabundo Martí, foi secretário-pessoal de Augusto César Sandino, o herói nicaraguense, nas montanhas das Segóvias, na Nicarágua, de 1928 a 1929.*

PANORAMA

TRICONTINENTAL

timor leste

a morte de Lobato

Nas primeiras horas do dia 1 de Janeiro deste ano, morreu em combate contra as tropas indonésias de ocupação o Presidente da FRETILIN e da República Democrática do Timor Leste, Nicolau dos Reis Lobato.

No comunicado emitido pela representação permanente da FRETILIN na República Popular de Moçambique, a mais importante representação no exterior, destaca-se que Lobato "caiu no campo da honra e da glória, na luta pela defesa intransigente da nobre e sagrada causa da libertação do povo de Timor Leste". Mais adiante assinala-se que "soube, de uma forma heróica, cair na frente de combate. Foi um símbolo vivo da determinação do povo maubere. O seu exemplo é e será sempre uma fonte inesgotável para a continuação da luta".

O comunicado recorda que "tal como os povos irmãos de Moçambique, da Guiné-Bissau e da República Árabe Saharaui Democrática souberam vingar a morte dos seus mais destacados dirigentes — Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e El Uali, respectivamente — também o povo Maubere saberá castigar o inimigo de forma implacável"...

Nicolau Lobato tinha sido nomeado Presidente da FRETILIN e da República Democrática do Timor Leste em Setembro de 1977, quando Xavier do Amaral, por decisão do Comité Político do Comité Central da FRETILIN, foi destituído de todas as suas funções e encarcerado "por sabotagem à luta do povo maubere".

A FRETILIN foi fundada em 1974, como resposta à acção de grupos fantoches que tentaram apoderar-se do governo no Timor Leste. Pouco depois, a FRETILIN controlava todo o país e proclamava em Dili, a capital, a independência nacional e a fundação da República Democrática.

Tropas indonésias invadiram a ilha de Timor Leste, entre 1975 e 1976, e apoderaram-se de Dili, esmagando a resistência patriótica com uma desproporcional superioridade bélica. Desde então, a FRETILIN retirou-se para o interior de Timor, de cujas montanhas fustiga permanentemente o invasor.

Por ocasião do assassinato de Lobato, o governo de Moçambique decretou um dia de luto nacional. Na parte final, o comunicado oficial moçambicano decla-



ra: "O Comité Central da FRELIMO e o Governo da República Popular de Moçambique e todo o povo moçambicano inclinam-se com respeito e veneração diante da memória de Nicolau dos Reis Lobato, Herói da Liberdade (...) e reafirmam ao Comité Central, ao Governo da República Democrática do Timor Leste e ao povo maubere, a sua total solidariedade na justa luta pelo direito inalienável à independência e à liberdade."

Por seu lado, o governo angolano enviou à FRETILIN e ao povo maubere uma mensagem em que se apresentam condolências pela morte de Lobato e se afirma: "A eliminação física dos dirigentes e responsáveis por parte do imperialismo, em vez de apagar o sentimento de luta, contribui para dar uma maior determinação a estes povos de combater contra as formas de opressão e pelo seu progresso e pelo bem-estar dos povos."

brasil

democracia à paulada

O general João Batista Figueiredo, que será a partir de Março de 1979, por decisão de Geisel e de um punhado de generais, Presidente do Brasil, converteu-se — involuntariamente, — num best-seller no seu país. A obra intitulada "Pensamentos do general Figueiredo", encadernada em plástico e de formato similar ao famoso "Livro Vermelho" de Mao Tse Tung (embora o de "Figa" seja de cor verde), esgota-se rapidamente nas livrarias.

Como indica o seu título, o pequeno livro verde de Figueiredo nada mais faz do que recolher citações textuais dos seus discursos, entrevistas ou conferências de imprensa, ordenadas segundo a temática.

A selecção — que não foi certamente recolhida por



um simpatizante do "presidente não eleito", — dedica-se exclusivamente às suas famosas gaffes. Vejamos alguns exemplos:

Sobre os destinos do país: "Levarei o país à democracia, e quem não gostar da democracia, arrebitarei à paulada".

Sobre o povo: Ao ser perguntado por um jornalista, numa cidade do interior de São Paulo, sobre o que pensava do contacto com o povo, já que a sua vida transcorreria sempre dentro dos quartéis, respondeu: "Prefiro o cheiro dos cavalos".

Sobre os trabalhadores: "Eu estou a favor da livre manifestação do pensamento dos trabalhadores, já que estão sendo vigiados pelo governo. Acho muito saudável o diálogo entre patrões e empregados, já que isso também está sendo vigiado pelo governo".

Sobre escultura: Num encontro com empresários agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, afirmou: "Realmente, eu sei que o país é essencialmente agrícola. Afinal, posso ser ignorante, mas não tanto".

Auto-retrato: "quem passou 43 anos dentro do quartel, não pode deixar de ser militar. Eu sou cada vez mais militar. Estou fazendo uma força terrível para ser político. Não sei se me sairei bem. No fundo, do que

mais gosto é do clarim e do quartel. Não posso obrigar o povo a gostar de mim. Sou como sou, não vou mudar. Se agrado ao povo, muito bem. Se não agrado, não vou mudar". E concluiu: "o que vou fazer no meu governo? Você verá então, porque eu agora ainda não sei".

Diante de graduados da Escola Superior de Guerra: "O jogo começou, e depois de assumir, se for eleito, serei o dono da bola. Se os políticos jogarem bem, melhor, mas se jogarem mal, ponho a bola debaixo do braço e sairei do campo. Acabarei com o jogo..."

Eleições livres: "O povo não está preparado para votar. No quartel conheço soldados que nunca escovaram os dentes. E quem nunca viu um dentífrico na sua vida, não pode eleger um Presidente da República".

Pensamento: "Muitas pessoas dizem que sou meio bruto, e uma vez, afirmei a um jornalista que, de facto, sou bruto. Essa é a minha maneira de ser. E acho também que assim, não haverá dúvidas neste país, tanto entre os jovens como entre os velhos, sobre o que estarei pensando. Eu nunca esconderei ao povo da minha terra o que tenho na cabeça. Se isso é ser ordinário, eu orgulho-me de sê-lo."



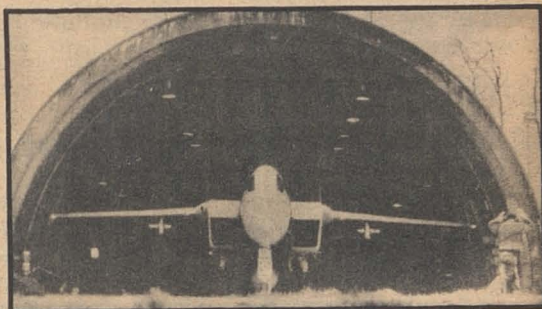
filipinas

bases militares norte-americanas

Assinado pelas Filipinas e Estados Unidos recentemente, um novo tratado militar assegura às forças norte-americanas a utilização de bases aéreas e navais naquele país asiático, até 1983.

Desde há três anos, estavam a ser discutidas modificações ao convénio de 1974. Certas divergências de critérios surgiram entre as duas partes interessadas, particularmente nos últimos tempos. Para os Estados Unidos trata-se de instalações vitais dentro da sua estratégia para o Pacífico Sul. Aquelas bases são as maiores que possuem fora do seu próprio território. Para as Filipinas, elas foram sempre um tema de debate interno. Nos últimos dias do ano passado, o Ministro da Justiça, Vicente Abad Santos, tinha reivindicado a liquidação das bases, por considerá-las incompatíveis com a soberania filipina. As principais organizações camponesas e estudantis, tal como a Associação Nacional da Juventude Filipina, também têm reclamado a desactivação das bases.

Finalmente, o acordo foi assinado no Palácio Malacanang. Trata-se do primeiro convénio de importância entre os governos dos dois países, nos últimos anos. Nele se estabelece que os Estados Unidos utilizarão



as bases até 1983, o que, na verdade, significa apenas que a discussão de fundo sobre o tema foi transferido para daqui a quatro anos.

Ferdinando Marcos obtive com isso um alívio para a cambaleante economia do seu país: 600 milhões de dólares que podem assegurar um período de tranquilidade para o seu regime

altamente repressivo. Para os Estados Unidos foi uma vitória parcial: num momento em que duas das peças fundamentais da sua estratégia estão em xeque, eliminar um elemento de preocupação do tabuleiro — no caso, a questão das bases filipinas — alivia o já difícil panorama. Dentro de quatro anos, tudo começará.

moçambique

diálogo com emigrantes

Pela primeira vez desde a independência, o presidente de Moçambique, Samora Machel, teve uma reunião com trabalhadores moçambicanos emigrados que regressaram ao seu país para uma visita aos familiares. Trata-se de um grupo de mineiros que trabalham nas minas da África do Sul. Eles informaram o presidente dos problemas que enfrentam no seu trabalho e na vida diária no país do *apartheid*", ao mesmo tem-

po que lhe manifestaram a decisão de contribuirem para o desenvolvimento da sua Pátria, para o que declararam desejar pagar, como todo o cidadão moçambicano, o imposto de reconstrução nacional.

Nessa mesma ocasião, e como uma primeira amostra de como pretendem cumprir com o dever de patriotas, os mineiros emigrantes entregaram ao presidente Samora Machel cerca de dez mil dólares, fruto

das suas poupanças.

Um porta-voz dos mineiros, que falou em nome de todo o grupo, disse: "há pessoas (moçambicanas) que foram para a África do Sul há muito tempo, alguns antes mesmo de nascer (no ventre da mãe). Eles per-

guntam sempre se é verdade que em Moçambique já acabou a opressão. A resposta que lhes damos é que tirem o seu passaporte e venham ver pessoalmente, porque sempre é melhor ver do que ouvir dizer".

O presidente, por seu la-

do, exortou aos mineiros a fortalecer esse espírito patriótico e a manter sempre o contacto com as suas famílias, enviando-lhes dinheiro para as ajudar na educação dos seus filhos.

áfrica do sul

ANC: entregar o poder ao povo

O presidente do African National Congress (ANC) da África do Sul, Oliver Tambo, esteve recentemente em Angola para se entrevistar com as autoridades desse país. Nessa oportunidade, Tambo afirmou que "o objectivo da luta do ANC é entregar o poder ao povo e que isto só é possível através da luta armada".

O ANC é a única organização de vanguarda do povo sul-africano reconhecida internacionalmente. Como balanço do ano que passou, o dirigente acentuou que "as vitórias alcançadas nos sucessivos recontros militares com as forças racistas mostram o nível de mobilização das massas populares e a sua determinação de prosseguir até à libertação total. A organização dos trabalhadores, nas cidades, e dos camponeses no interior, constitui também uma firme resposta e um exemplo do avanço da nossa luta".

Finalmente, numa análise da geopolítica da região, observou Tambo: "O avanço que se regista na Namí-

bia, no Zimbabwe e a consolidação da revolução em Angola e Moçambique, os esforços realizados pela Zâmbia em se defender dos ataques da Rodésia, tudo isto, constitui uma valiosa contribuição para a luta de libertação na África do Sul, que é hoje o bastião do imperialismo na África".



cooperação entre «irmãos»

Afinidades ideológicas trazem consequências no campo económico e militar. Assim, a cooperação entre os regimes de Israel e África do Sul, Israel e Rodésia, e África do Sul e Chile, fortaleceram-se nos últimos tempos.

O "Financial Mail", por exemplo, dá conta das boas relações comerciais e militares da Junta chilena com o regime racista da África do Sul. Este jornal, editado em Johannesburg, afirma que as exportações da República Sul Africana para o Chile triplicaram nos últimos dois anos, alcançando no ano passado os 3,9 mi-

lhões de dólares. Só no primeiro semestre de 1978, a Junta comprou mercadorias sul-africanas no valor de dois milhões de dólares. Simultaneamente 30 companhias daquele país participavam em Santiago de uma feira comercial, tendo firmado na ocasião dessa amistosa visita um importante número de contratos.

Por sua parte, o Centro Palestino de Investigações deu a conhecer que os israelitas forneceram ao regime sul-africano armas no valor de 400 milhões de dólares (barcos lança-foguetes, munições, canhões, equipamento electrónico e



armas automáticas). O citado relatório afirma também que na África do Sul funciona uma missão militar israelita e que uma equipa de engenheiros sul-africanos ajuda os sionistas a montar novos sistemas de armas na Palestina.

Não é estranho também que o Ministério da Defesa de Israel tenha informado que onze helicópteros utilizados actualmente pelas forças racistas da Rodésia foram comprados por uma companhia norte-americana a Israel. A imprensa nor-

te-americana confirmou tal informação, enquanto fontes militares sionistas disseram que os Estados Unidos sabiam da negociação e não lhe fizeram nenhum reparo.

peru

greve geral

Muito se falou ou se especulou sobre se a greve geral decretada pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) foi ou não um êxito. As opiniões opostas baseiam-se em diferentes argumentos

que não deixam de ter certa validade. É certo que a greve geral foi levantada um dia antes do previsto — argumento dos derrotistas — mas não menos verdadeiro é o facto de que o aparato repressivo montado para



áfrica

nova auto-estrada

A escassa infra-estrutura rodoviária herdada do colonialismo é um dos travões que dificulta a integração comercial da África. Um ambicioso projecto está a ser analisado pelos países da África Ocidental e Central. Trata-se de uma auto-estrada transafricana de sete mil quilómetros que atravessará o Quênia, Uganda, Zaire, Império Centro-Africano, Camarões, e Nigéria, passando por Guiné Equatorial, Sudão, Burundi e Ruanda.

Ao unir o porto de Mombasa, na costa do Índico — em território queniano, — com a capital da Nigéria,

Lagos, no Oceano Atlântico, a auto-estrada possibilitará um salto importante no desenvolvimento das economias dos países que beneficiarão com o projecto e ficarão melhor integrados com o resto do continente.

Várias reuniões foram já realizadas. A última teve lugar em Duala, Camarões, para analisar os pormenores da concretização do projecto. Do trecho que corresponde ao território dos Camarões — aproximadamente 1400 quilómetros, — uns 36 por cento já estão asfaltados.

acabar com o movimento grevista não tem antecedentes no Peru, nem paralelos na história das lutas sindicais da América do Sul.

O que importa destacar é que, ante a difícil conjuntura que atravessa o Peru, com uma economia em retrocesso, cujas consequências os trabalhadores sofrem directamente, a resposta popular foi valente e decidida. A demonstração de força da greve nos primeiros dias de Janeiro e a experiência nela adquirida fortalecerão certamente as lutas populares futuras.



marrocos

cidade de Tan-Tan ocupada por forças da Polisário

Prosseguindo a ofensiva "Houari Boumediene", em homenagem ao falecido presidente argelino, forças da Polisário atacaram e ocuparam, no passado dia 28 de Janeiro, a cidade de Tan-Tan (capital da Província de Tarfaya, no sul de Marrocos), segundo informou o Ministério da República Árabe Saharaui Democrática.

Instadas pelas agências noticiosas internacionais, fontes governamentais marroquinas apressaram-se, um pouco contraditoriamente, a negar a ocupação, tendo acabado, porém, por confirmar o ataque. Trata-se, sem dúvida, da acção mais espectacular e importante levada a cabo pelas forças de libertação saharauis desde que a Frente Polisário decretou unilateralmente o cessar fogo na frente sul, ou seja na Mauritânia e em território do Sahara Ocidental ocupado por forças deste país.

Recorde-se, que nesta cidade do sul marrocos sempre existiu uma grande colónia de saharauís e foi nela, também, que em 1973 se deram as primeiras manifestações de massas apoiando a Frente Polisário, então recentemente criada.

Afirma o comunicado militar distribuído pela Po-

lisário, "após um bombardeamento intensivo com armas pesadas iniciado desde o início da tarde do dia 28 de Janeiro, os nossos valorosos combatentes tomaram de assalto as posições defensivas que circundam a cidade que iam sendo abandonadas uma a uma



pelos seus ocupantes que fugiam do fogo violento desencadeado pelo Exército de Libertação do Povo Saharaui e fugiam em massa para o centro da cidade onde vieram a ser neutralizados."

"os nossos valorosos combatentes — prossegue o comunicado — acabaram por ficar donos da cidade e do campo de concentração local onde são torturados dezenas de compatriotas nossos feitos prisioneiros pelas tropas de ocupação, e, que, desta feita, o nosso

exército libertou. Cento e sessenta oito foram assim arrancados aos carrascos do exército marroquino.

Durante várias horas os nossos combatentes permaneceram na cidade, onde, com toda a calma, procederam à destruição de vários edifícios da administração marroquina bem como de instalações militares das tropas inimigas, entre os quais se contam:

— o Estado-Maior e a Messe de oficiais do exército monárquico, onde numerosos militares inimigos se havia refugiado, instalações do governo da província, o comissariado de Polícia, duas casernas, a central eléctrica, instalações da rádio-difusão marroquina, bem como depósitos de carburantes e hangares dos serviços logísticos do inimigo, e instalações que abrigavam veículos e blindados.

Segundo ainda o mesmo comunicado, durante esta operação foram feitos 17 prisioneiros, entre os quais se contam numerosos oficiais e o próprio comissário de polícia; assim como foi capturado um elevado número de material de guerra. Durante os combates várias centenas de militares marroquinos teriam sido mortos ou feridos.

cadernos do
terceiro
mundo

cul tura

Rua da Lapa 100 - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.021-110 - Tel. 221-1957

novo cinema equatoriano «fora daqui»



*O movimento cultural iniciado em 1961 pelos
«reductores de cabeças», produz agora o seu
primeiro filme em longa-metragem,
falado em quícha e espanhol.*

A realização no Equador da longa metragem "Fora daqui" é um marco importante no processo cultural equatoriano. O filme é resultado de um movimento renovador iniciado pelo poeta Tzánticos (reductores de ca-

beças), em 1961. Participaram no movimento, sociólogos, novelistas, artistas e dramaturgos. Assim se assentaram as bases para uma tomada de consciência do intelectual e do seu público acerca dos mecanismos directos e indirectos do im-

Ulyses Estrella

perialismo americano nos aparelhos ideológicos do Estado. Na revisão crítica da História e na efectiva participação junto à classe

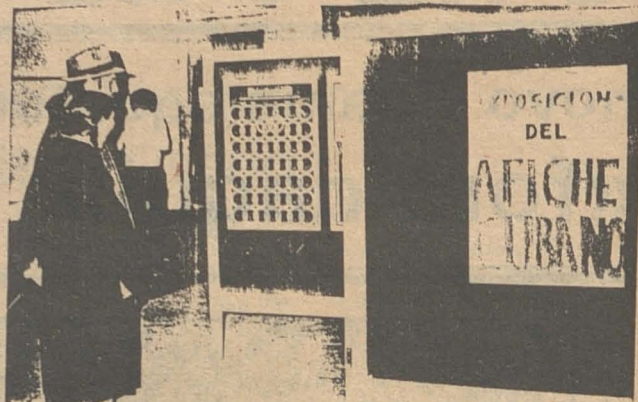
cultura

operária, foi-se afirmando a presença activa do artista. Grupos de teatro, jornais, conferências, festivais e cartazes foram os recursos mais empregados.

A CULTURA DO PETRÓLEO

Em 1972, o movimento recebeu o impacto do "boom" petrolífero. Os intelectuais enfrentaram um dilema: ou cediam às pressões da burguesia e anulavam os seus impulsos para expressar directamente a realidade, ou tentavam reinterpretá-la em função das novas características estruturais do país. Na primeira alternativa, conseguiriam a inserção numa economia de mercado e um certo conforto financeiro. Na segunda, aprofundavam o acesso a novas fontes de investigação marxista, na procura de compreender e contribuir para o processo de ascensão organizativa da classe operária que nestes anos começa a dar passos decisivos na luta económica e política.

Neste caso o trabalho torna-se mais árduo para o criador que despojado de satisfações imediatas diminui em si a presença activa do intelectual de tendências exibicionistas. O fortalecimento do poder burguês, como resultado das vantagens da exploração petrolífera, marginalizava radicalmente a possibilidade de expressão do intelectual e dos movimentos culturais. Durante os últimos quatro anos, por exemplo, a classe dominante impôs a sua ideologia, os seus valores, o seu contrabando cultural, por intermédio dos chamados meios de comunicação. Tudo ficou condi-



O povo em actos culturais que antes não via

cionado aos mecanismos audiovisuais, que com a TV na vanguarda, terminaram por recolocar nos lugares tradicionais os políticos do passado.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CINEMA DE CONTESTAÇÃO

Perante a presença contundente da colonização ideológica e o seu projecto de transmitir a mensagem exigida pelas novas características do capitalismo equatoriano, surge a necessidade de responder no mesmo terreno, à altura destes mecanismos. A tarefa é obviamente dura e difícil, devido à ausência de recursos económicos, mas não é impossível. Este é o desafio dos anos 70.

Em 1974 começámos com os mecanismos de auto-defesa e resposta. Produção de diaporamas, documentários curtos, feitos nas condições económicas mais rudimentares e projecção quotidiana de filmes latino-americanos de profundo

conteúdo político em comunidades camponesas, sindicatos, colégios ou universidades de todo o Equador que fizeram parte do vasto plano de consciencialização audio-visual. A presença de um cinema crítico permitia retirar ao cinema de consumo as suas implicações alienantes. O espectador podia a partir daí questionar a imagem fílmica, relacioná-la com a realidade social.

Neste sentido, as películas do grupo IKAMU, dirigido por Jorge Sanjinés (Ukam, Revolução, A Coragem do Povo, O inimigo principal), desempenham papel importante. Com o grupo mencionado, o departamento de Cinema da Universidade Central equatoriana realizou a sua primeira co-produção: "Fora daqui" (Ilucshi Caymanta), longa-metragem filmada integralmente com camponeses dos Andes equatorianos, em quíchua e espanhol. A película abordou o problema da penetração das seitas religiosas dos Es-

cinema de contestação

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Uma cena do
filme «Fora
daqui»

tados Unidos, com apoio de farta documentação. Estes grupos religiosos realizam trabalhos de penetração e etnocídio, como base para a futura introdução de companhias multinacionais que explorem o petróleo e os minerais equatorianos.

De Setembro de 1977 até agora, cerca de um milhão de pessoas viu "Fora daqui". De norte a sul do país a película foi projectada em cinemas de bairros, salas de sindicatos e ao ar livre na serra. O público reagiu de modo activo e deliberativo perante a realidade cruel do país, mostrada em "Fora daqui".

A ÚNICA SALA DE CINEMA CRIATIVO

O Departamento de Cinema Universitário enfren-

ta numerosos problemas de orçamento e problemas políticos. De qualquer maneira, a sala de projecção da Universidade Central permanece aberta a todo o público. Tem capacidade para 1250 pessoas e é a única liberta do controle monopolista da exibição comercial. O Cinema Universitário conta com mil sócios. Na mesma sala, projectam-se ainda filmes dedicados a crianças e estudantes liceais. Todos os domingos mais de 600 crianças debatem e analisam filmes seleccionados. O propósito é compreenderem as características ideológicas que impregnam a imagem fotográfica e filmica.

Este é um imenso trabalho com o objectivo de descolonização ideológica. Embora pequeno em comparação com o poder de

transmissão audiovisual do inimigo, já tem o seu eco e repercussão em todo o continente.

A Primeira Semana de Cinema Cubano, por exemplo, percorreu todo o país em contacto com os cineclubes que funcionam centralizados pelo Cine Clube Universitário da Universidade Central. Este contacto permanente com um público desejoso de romper o cerco informativo das companhias multinacionais da comunicação, pode render na prática grandes frutos, como se começa já a verificar.

Ulyses Estrella é escritor e sindicalista equatoriano. Director do Departamento de Cinema Universitário da Universidade Central de Quito e membro do Comité Central da Confederação dos Trabalhadores do Equador.

cultura

escritor queniano libertado

*Ngugi Qa Thiong'o descreve
a tortura moral nos cárceres de Nairobi*

ENANKIVSLMA Ngugi Qa Thiong'o é o novelista e dramaturgo mais prestigioso do Quênia. Ex-director do departamento de literatura da Universidade de Nairobi, foi preso pelo governo a 31 de Dezembro de 1977, e enviado como detido ao cárcere de maior segurança nos arredores da capital, onde permaneceu até 12 de Dezembro de 1978, quando o presidente Daniel Arap Moi ordenou a libertação de todos os detidos políticos.

Esta entrevista foi realizada pouco depois de o escritor ter recuperado a liberdade.

Quais são os seus planos, profissionais e literários para o futuro?

Ainda estou sem planos. Estive à espera de uma palavra da Universidade de Nairobi, mas nada disseram sobre mim.

Tenho ofertas no exterior, mas não quero sair do país. Estou feliz, trabalhando num pequeno povoado no interior, fazendo cultura junto ao povo.

Qual foi a sua experiência no cárcere?

Ser detido, sem ser submetido a julgamento, é uma negação dos direitos democráticos dos cidadãos do Quênia. Todo o cidadão tem direito a um julgamento limpo em tribunal público, e até agora não me disseram por que razões específicas fui detido.

O tratamento aos presos políticos nos cárceres do meu país reduz as pessoas à condição de animais. Este tratamento nega todos os direitos humanos ao preso. Por exemplo, fui enviado à prisão de segurança máxima de Kamiki, como um criminoso perigoso. Foi-me negado acesso à rádio e aos jornais. Durante certo período mantiveram-me confinado na cela 21 horas por dia, directamente sob o foco de um reflector. Tortura mental, em outras palavras.

Mais adiante, o escritor queniano referiu-se aos rumores que chegaram aos seus ouvidos, enquanto permanecia no cárcere, que relacionavam a sua prisão com o facto de possuir literatura proibida ou de apoiar levantamentos camponeses. No entanto, Ngugi considera que, em última instância, foi preso devido aos seus trabalhos literários e pelas suas convicções democráticas.

"E também pela posição que mantive sempre em defesa da nossa cultura e língua nacionais, frente às culturas estrangeiras", afirmou, acrescentando por último, que ainda mantém estas posições, "inclusivé com maior força que antes".

informação

nicarágua

a um ano do assassinato de Chamorro

Com uma missa, uma manifestação de cerca de cem mil pessoas e o encerramento de todo o comércio, foi recordado em Manágua o primeiro aniversário do assassinato do jornalista Pedro Joaquín Chamorro. Como se sabe, Chamorro conduzia, no seu jornal "La Prensa", uma denúncia sistemática das arbitrariedades do regime somozista e era um homem com qualidades suficientes para que fosse apontado como possível chefe do governo, após a queda do ditador.

O assassinato não foi ainda esclarecido e certamente não o será enquanto Somoza permanecer no poder. mas sabe-se que altas autoridades, incluindo o próprio filho do ditador, que comanda uma unidade especial da tenebrosa Guarda Nacional, estão implicados. Da mesma forma que sucedeu com o assassinato do ex-Ministro de Salvador Allende, Orlando Letelier, que desatou uma campanha internacional contra a Junta Militar chilena e cujas consequências são ainda imprevisíveis, a morte de Pedro Joaquín Chamorro marcou o início de uma etapa decisiva na Nicarágua.



Funeral de um camponês, na Praça Pedro Joaquín Chamorro, em Monimbó

Com as manifestações populares que se seguiram ao assassinato, renasceu a chama de rebeldia num país que, em certa medida, passava despercebido na imprensa e nos organismos internacionais. E o mundo compreendeu que o povo nicaraguense não estava imóvel. De um ano a esta

parte, os factos ocorreram vertiginosamente e a história registrará o dia 10 de Janeiro de 1978, em que Chamorro caía assassinado, como um dos divisores de água entre a Nicarágua esquecida e a Nicarágua rebelde, que luta por reconquistar o seu destino.

informação

méxico

direito à informação

A iniciativa do Poder Executivo mexicano, de regulamentar na Constituição o direito à informação, está a ser amplamente discutido no país. Enquanto a medida teve, no geral, uma boa acolhida nos meios progressistas — que também foram receptivos à Reforma Política promovida pelo Presidente Lopez Portillo e dentro da qual se inscreve esta iniciativa — sectores da direita lançaram-se contra a mesma, alegando que se trata de uma forma de amordaçar a imprensa e os demais meios de comunicação, de um atentado contra a liberdade de informação e expressão.

Em tais críticas, obviamente não se faz nenhuma menção ao facto de tão louvada liberdade de expressão ser, em termos práticos, apenas a liberdade de uns poucos que têm acesso aos meios de comunicação de massas, e estar longe de garantir a cada cidadão o direito a estar informado e informar.

Numa entrevista ao jornalista Jorge Uribe Navarrete, do diário mexicano "Excelsior", o deputado Ortiz Tejeda, que tem sido um enérgico defensor da iniciativa e um dos seus impulsionadores, observou: "O poder com que contam actualmente os monopólios informativos supera o de

um exército, poder que agora será desfeito pelo povo, que, pela primeira vez, terá acesso a um direito que só tinha potencialmente.

O legislador, que é o presidente da Comissão de Cinema, Rádio e Televisão da Câmara de Deputados, afirmou também que "falar hoje de liberdade de expressão resulta, senão triste, irreal. Esta liberdade de Expressão — acrescentou — tão cacarejada por uns poucos, que se assustam ao ver que perderão os seus privilégios, é ineficaz e ridícula... Não basta a liberdade de expressão. Essa liberdade é aproveitada agora pelos donos dos grandes consórcios, que se limitam a expor as suas próprias ideias. Essas ideias que de uma maneira ou outra contribuem para aumentar os seus impérios... A indústria da informação, por sua vez, é subsidiária dos grandes consórcios".

assine

cadernos do
terceiro
mundo

UNESCO

código de conduta para jornalistas

A Comissão Internacional de Estudo dos Problemas da Comunicação da UNESCO decidiu, numa reunião celebrada na localidade jugoslava de Dubrovnik, instituir um código de conduta para os jornalistas.

Desde Dezembro de 1977, data em que se começou a estudar a iniciativa, esta é a quarta reunião que a UNESCO realiza sobre o tema. A Comissão de dezasseis membros aprovou a instituição do código por maioria dos seus integrantes, apesar da opinião de alguns representantes ocidentais que se manifestaram a favor de uma "irrestrita liberdade de imprensa".

O ex-chefe da diplomacia irlandesa Sean Mac Bride, que preside a Comissão, Prémio Nobel da Paz e Prémio Lenin, assinalou que a redacção, aprovação e posterior cumprimento prático deste código é um processo que levará a "garantir a democratização da informação".

Numa reunião a realizar-se no mês de Abril, a Comissão possivelmente fará recomendações detalhadas sobre o tema, resumidas

terrorismo de Estado

num relatório final, mas já se sabe que o código define as responsabilidades e obrigações dos jornalistas, assim como os seus direitos e as facilidades com que devem contar para exercer correctamente a sua profissão.

Assegurar o livre exercício do jornalismo (que actualmente ocupa o primei-

ro lugar em periculosidade, entre as profissões liberais) preocupa cada vez mais os especialistas. A concentração do poder informativo em poderosos "trusts" associados aos interesses capitalistas internacionais e as sérias limitações ao exercício da profissão impostas pelos diferentes regimes do Terceiro Mundo nos últi-

mos anos, são exemplos claros de que a informação é um dos instrumentos de que se valem os poderosos para impor a sua dominação. O desafio de criar alternativas ao sistema informativo actual foi lançado e, como é lógico, a UNESCO dedica-se, também, à busca de soluções para o problema. ●

israel

jornalistas presos

Foi detido no bairro Wadi El Gios, de Jerusalém, o jornalista Ismail Ajua, após a polícia ter irrompido na sua casa e vasculhado minuciosamente todas as divisões.

Ajua, que exercia a função de correspondente da agência terceiro-mundista IPS, trabalhava também no centro palestino de estudos jornalísticos, segundo o diário "Jerusalem Post".

Nos últimos tempos, várias personalidades progressistas e estudantes das Universidades de Birzeit e Belen foram presos pelas autoridades israelitas na Cisjordânia.

Como "outro acto de terrorismo por parte do Estado sionista de Israel" qualificou Donis Christofinis, membro do Comité Central do Partido Comunista turco (AKEL), a prisão do jornalista Vanapayotis Paschalis. Este correspondente do jornal comu-



A repressão contra o povo e a informação

nista do Chipre, "Haravgi", foi acusado de colaborar com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e sentenciado a cinco anos de prisão.

A denúncia formulada por Christofinis coincide com a apresentação do expediente de Paschalis ante o tribunal de Apelações. O dirigente — que tem o car-

go de Chefe do Departamento de Relações Internacionais do seu partido — considera que a prisão do correspondente, deve ser considerada como um "esforço de Israel para aterroizar e intimidar os jornalistas estrangeiros" a fim de que se abstenham de publicar artigos sobre a "negativa realidade de Israel". ●

notas especiais

os camponeses e as transnacionais

*Como as grandes corporações
controlam a agricultura do Terceiro Mundo,
desde o semear
até a venda no mercado
e quais são as estratégias
para enfrentá-las.*

Gonzalo Arroyo, especialista internacionalmente conhecido sobre temas agrários, fala sobre a agricultura do Terceiro Mundo, as transnacionais e as reformas agrárias. O nosso entrevistado é professor nas Universidades de Paris e do México, assessor da ONU e consultor da FAO.

António Almeida

A penetração das transnacionais na agricultura, a produção e o processamento de alimentos nos países subdesenvolvidos, adquiriram tal magnitude nos últimos anos, que muitos governos do Terceiro Mundo se mostram preocupados. Como se origina essa expansão?

— Historicamente pode-se falar de três períodos, que correspondem a três formas de actuação das multinacionais agro-alimentares nos países do Terceiro Mundo.

O primeiro período estende-se desde os fins do

século passado até à Segunda Guerra Mundial. Em termos gerais, as firmas estrangeiras nessa época dedicavam-se sobretudo ao controlo das matérias-primas agrícolas para serem exportadas para os países do centro.

Isso dá-se por vezes mediante a exploração directa da terra. Em vários países as empresas transnacionais possuíam grandes extensões de terra, como na América Central, na Índia, Sri-Lanka, etc. Ou também mediante o controlo da comercialização. Este é o caso de matérias-

primas como frutas, cereais, carnes, algodão, cacau e borracha. Dentro desta mesma época dá-se um segundo tipo de actividades das transnacionais: a produção de alimentos básicos para os mercados externos desses países.

São muito antigas as actividades das empresas agro-alimentares. Muita gente fala nisso como se fosse uma novidade. Mas na realidade as origens remontam aos fins do século passado.

Por exemplo, na Argentina, a transnacional Swift foi fundada em 1895. Desde então se dedica à carne.

entrevista com Gonzalo Arroyo

A United Fruit, tão conhecida na América Central, foi fundada em 1899. A Ankok, que tem grande influência no Pacífico, foi fundada em 1894. Dedica-se à exploração de frutas tropicais. A Unilever foi fundada em 1894. Implantou-se na África nos começos do século, e hoje em dia é a empresa que predomina na maioria dos países africanos, nas ex-colónias inglesas e ex-colónias francesas, principalmente.

No caso do Brasil encontramos por exemplo a Bunge & Born, que começa na Argentina em 1898, e que aí esteve presente desde o princípio do século. Outra muito conhecida, a Anderson Clayton, fundada em 1904, teve muita importância no Brasil.

A Nestlé é outro exemplo, presente em todos os países da América Latina, desde os primeiros anos deste século. Foi fundada em 1905.

Esse primeiro período se caracteriza por duas actividades: exploração de matérias-primas para exportação aos países centrais, principalmente para a Europa, e em segundo lugar, a produção e a distribuição local dos produtos básicos.

HAMBURGUESAS, FRANCOS E SALSICHAS

O segundo período estende-se da Segunda Guerra Mundial até fins dos anos 60. É o período da transnacionalização da economia.



Surtem novas transnacionais no ramo dos alimentos, sobretudo de origem norte-americana. No princípio, dedicam-se à conquista do Mercado Comum Europeu, graças ao Plano Marshall. Mas, a partir dos anos 50, começam a implantar-se com maior força na América Latina, particularmente nos países maiores. O Brasil, por exemplo, viveu nos anos de 1955 a 1958, um período de abertura às transnacionais, que chegam e se implantam em grande número, através de investimentos directos. A maioria delas procede dos Estados Unidos, mas também vem da Europa, e mais tarde do Japão.

EM QUE SE ESPECIALIZAM ESSAS NOVAS EMPRESAS?

Não abandonam os rotulos anteriores como falá-

mos, mas empreendem novas actividades, particularmente a distribuição de bens importados para a agricultura. Não devemos esquecer que nessa época se inicia a chamada "Revolução Verde". Daí a necessidade de tractores, maquinaria, fertilizantes, melhores sementes, herbicidas, pesticidas, e outros produtos.

E em segundo lugar dedicam-se à produção de alimentos diferenciados, para a população de mais alto poder aquisitivo.

Esses alimentos diferenciados caracterizam-se por serem elaborados mais sofisticadamente, e apresentam-se sob diversas marcas registadas; utiliza-se a publicidade para introduzir o seu consumo, mudando às vezes até os hábitos alimentícios através de cadeias de restaurantes. Estes tipos de

notas especiais

alimentos têm um alto nível de valor agregado e deixam grandes margens de lucro às transnacionais.

Nesse período, a actividade das transnacionais estava orientada para o sector de exportação de matérias-primas, ou já era prioritário o mercado interno dos diferentes países periféricos?

O mercado interno assume nessa fase uma maior importância para as empresas. Decididamente. As transnacionais já não se instalam num país se não têm perspectivas de explorar o mercado interno. Equivocam-se os que pensam, que para que a agricultura esteja nas mãos das transnacionais, tem que ser necessariamente uma agricultura voltada para a exportação. As transnacionais continuam exportando, mas a sua base, a sua maior importância, está no controle do mercado interno.

CAPTAR O MERCADO INTERNO

Como poderia ser caracterizada a política das multinacionais agro-alimentares nos países do Terceiro Mundo neste momento?

O período actual, que é o terceiro período em nossa análise histórica, abre-se num momento de crise do capitalismo internacional. É difícil estabelecer qual é a estratégia de expansão das transnacionais hoje.

É evidente que as empresas vão aos países subdesenvolvidos, porque aí encontram as matérias-primas

baratas, mercado interno, força de trabalho barato, altas taxas de lucros, etc. Sem dúvida, examinando-se com mais detalhes, vê-se que na América Latina não há tanta investimento directo, só que se produz um reinvestimento dos lucros que não são repartidos.

Hoje em dia não se vê ainda claramente a tendência dos fluxos de inversão para os países do Terceiro Mundo, salvo em um ou outro país, que não tenha tanto peso a nível global. Assim, não se tem ainda informação de como se vão comportar os investimentos na agro-indústria por parte das transnacionais, já que estão num processo de reestruturação do padrão de acumulação.

Mas, em geral, nas transnacionais norte-americanas e europeias que operam na agro-indústria, podem ser sentidos dois movimentos diferentes. Um vai de norte para o sul. Levam as filiais ao Terceiro Mundo, sobretudo nesse ramo de "fast-food", que é o último desenvolvimento da indústria agro-alimentar nos Estados Unidos, com grandes cadeias de restaurantes, alimentos preparados, etc. Isso estende-se do norte ao sul. O México e alguns países da América Central são afectados em primeiro lugar. Já se vêem redes de **Burger Boy**, e outras nessa região. Ao contrário, no Brasil, vê-se menos esse tipo de inversão e ainda menos em países onde, por motivos políticos, as inversões directas se afastaram.

como na Argentina e no Chile.

O outro movimento que se sente, é em direcção dos países de maior mercado, de maior população, de maiores recursos, ainda que neles ainda não haja um amplo mercado interno para produtos alimentares diferenciados. E, isso, por duas razões. Primeiro, porque mesmo que a nível de percentagem o mercado seja pequeno, digamos 10 por cento da população, em termos absolutos é bastante considerável, em comparação com outros países de pouca população. E segundo, por ser um mercado potencial. Uma grande transnacional, no âmbito da competição com outras empresas, não pode deixar de lado um mercado potencial.

Por isso, qualquer empresa importante quer estar presente no Brasil. Pois o Brasil é o maior mercado da América Latina. E o caso da soja é muito característico. No Brasil, vê-se uma grande competição entre as empresas multinacionais para controlar maiores faixas do mercado, tanto na comercialização de grãos, como dos seus derivados. Aí estão a **Bunge & Born**, a **Unilever**, a **Ander-son Clayton**.

É evidente que nessa nova estratégia de expansão deve contar o aspecto político, ou seja, as facilidades que outorgam os governos em termos de estímulos ao capital estrangeiro, e também em termos de tendências políticas. Num país

especulação e exploração

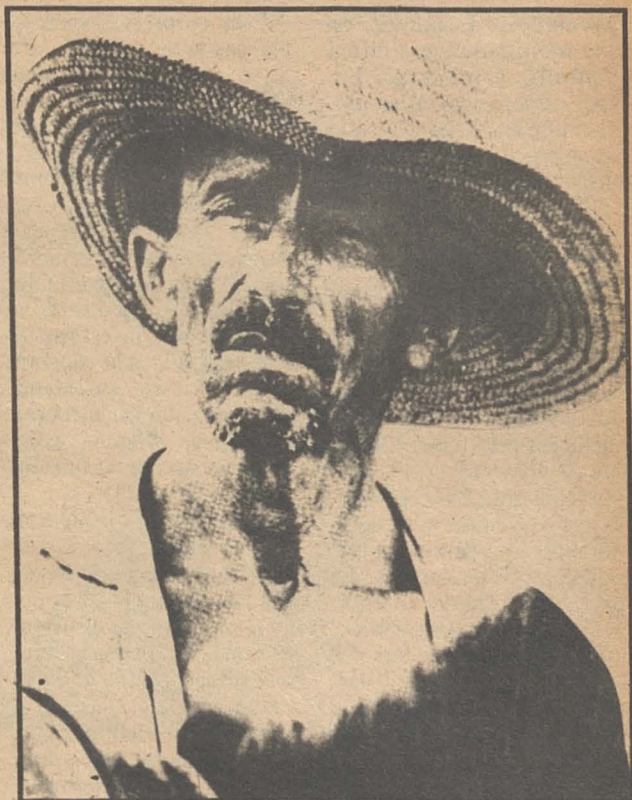
que evolui para a esquerda, que se torna progressista, é evidente que os investimentos estrangeiros se sentem menos protegidos.

AS FÓRMULAS DE EXPLORAÇÃO

Que consequências teve a actuação das multinacionais em relação ao sector camponês? Que política adoptaram as transnacionais para controlarem a produção camponesa, já que na maioria dos países não possuem terras próprias?

Nos países industrializados isso se fez fundamentalmente na base da agricultura de contrato. Mas aqui há uma diferença. Não há uma estratégia homogênea para todos os produtos agro-pecuários. Por exemplo, o ramo dos lacticínios, frutas, legumes e outros similares, que são manejados por pequenos produtores nos países industrializados, são controlados pelas transnacionais mediante a agricultura de contrato. Neste sistema a firma provê o agricultor de insumos, créditos, avanços de dinheiro, etc., e o agricultor está obrigado a entregar a produção a essa empresa. Esse é o sistema mais comum.

Mas em outros casos, como por exemplo no dos cereais, onde há múltiplos produtores (soja, trigo, milho) o controle é feito de outro modo. Faz-se mediante intermediários que compram a produção no momento da colheita, ou também mediante uma re-



de de terminais, armazéns, silos, de modo que a produção pode ser rapidamente transportada, evitando custos de armazenagem aos produtores.

Por outro lado, em outros países industrializados, as bolsas constituem mecanismos que facilitam às transnacionais reunir grandes quantidades de produtos, e especular, já que podem fazer operações para o futuro. Esse sistema favorece unicamente as empresas.

A utilização de sistema de satélites artificiais pelas transnacionais para prognosticar as colheitas, com-

pleta o seu sistema de especulação, de tal forma que eles podem antecipar as condições do mercado, tomando em conta toda a produção mundial.

Tudo isso dá uma ampla margem para as empresas especularem.

Agora, nos países dependentes da agricultura de contrato, isso não se dá tão facilmente. Em alguns, a própria estrutura da posse da terra o impede, como o caso dos baldios no México, ou das propriedades comunais na África. Isto acontece principalmente com os cereais, onde os

notas especiais

produtores são muitos, estão atomizados, e é difícil controlar a produção. Então, nesses casos, as empresas utilizam o Estado, que às vezes cumpre o trabalho de reunir a produção, ou também se servem de intermediários.

Em muitos países do Terceiro Mundo, há grandes facilidades para a agricultura de contrato, como no caso do Brasil. Neste sentido, as empresas que conseguem aplicar com melhores resultados o sistema de contrato, são as que possuem um bom sistema de armazenagem e disponibilidade de capital, para poderem acumular grande parte da produção. Quanto maior seja a transnacional, mais possibilidades tem de acumular produtos. Daí também a vantagem que tem sobre as empresas nacionais.

Mas há também, sobretudo na África, outras fórmulas mais complexas, as que chamamos "fórmulas triangulares", em que o Estado tem o monopólio de compra dos produtores, mas depois passa o produto para as empresas multinacionais, tanto para a industrialização, como para exportação.

"REVOLUÇÃO VERDE"

O que significou a estratégia da "Revolução Verde" — para os países do Terceiro Mundo? Que articulação tinha essa política com as empresas multinacionais?

Essa revolução verde já foi bastante criticada. Pode-se dizer, que foi mais aplicada nos países de clima temperado, que nos de clima tropical, e não teve tanto êxito dentro de uma perspectiva tecnológica.

Mas há outros elementos nos quais não me vou alongar. Como por exemplo, que essa revolução verde se baseava em investigações genéticas que não se adaptavam, ou em variedades que necessitavam mais fertilizantes, criando assim mercado para determinadas empresas, etc.

Eu queria referir-me a algo mais importante: à relação entre a revolução verde e as transnacionais. Por um lado, as empresas introduzem insumos para a revolução verde, favorecendo o desenvolvimento das transnacionais. O tipo de agricultura preconizado, é uma repetição do modelo norte-americano. E esse modelo poderíamos sintetizá-lo como **produzir dólares, e não produzir alimentos.**

Então, a revolução verde tem muito êxito para aumentar a rentabilidade de certos produtos, que se destinam a determinadas indústrias locais ou à exportação. Em troca tende a não atender aos produtos que se destinam ao consumo básico do povo. Um exemplo típico é o caso do Brasil, onde a soja cresceu espectacularmente, mas desprezando outros produtos mais importantes para o consumo popular, como o feijão, o arroz, e mesmo o trigo. Esse modelo nor-

te-americano, é o modelo que organiza a agricultura para o lucro. Inclusive nos Estados Unidos, o "farmer", a herdade familiar tende a desaparecer, dando lugar a um processo de concentração da terra, do crédito, da tecnologia.

Esse fenómeno é muito claro no oeste (Califórnia), onde está ocorrendo um desaparecimento muito rápido das herdades mais pequenas.

Agora o que se passa nos países do Terceiro Mundo, onde se implanta esse modelo? Produz-se uma certa modernização na agricultura, sem dúvida, mas também provoca uma reestruturação da propriedade da terra, concentra-se a utilização de créditos, de tecnologia, de assistência técnica para poucas propriedades. Tudo isso é estimulado por políticas estatais. Em troca, o pequeno produtor marginaliza-se cada vez mais de tudo: do crédito, da terra, da assistência técnica, e produz-se uma decomposição da pequena agricultura.

Isso provoca um aumento de produtividade de alguns produtos agrícolas. Não de todos. Somente aqueles que interessam à agro-indústria ou à exportação. Então, como uma resposta global, eu diria que pode-se conseguir um aparente desenvolvimento da agricultura, mas ao mesmo tempo, o povo sofre mais fome. E eu creio que isso está-se passando no Brasil, entre outros países.

Por outro lado, o efeito

reforma agrária



Fotografia cedida pela FAO

«Revolução verde»: produzir dólares e não alimentos...»

na economia camponesa, nas pequenas propriedades, nos baldios do México, na propriedade comunal na África, etc., é o da sua decomposição, com um nítido processo de proletarianização dos camponeses. Esse se transforma num assalariado, em piores condições que o operário da cidade, emprego que o transforma num assalariado temporário. Não tem nenhuma segurança, nem de salário, nem de benefícios sociais.

É o caso dos “bóias-frias” no Brasil, um fenómeno muito claro dessa proletarianização. Operários

agrícolas que vivem na periferia das cidades, e que trabalham esporadicamente, sem nenhuma segurança. Nesse processo percebe-se uma forma muito subtil de exploração da mão-de-obra camponesa.

A REFORMA AGRÁRIA

Que relação você vê entre os planos da reforma agrária levados a cabo na década de 60 no Perú e no Chile (na América Latina), Índia, Paquistão, Indonésia (na Ásia), e o processo de transnacionalização do capital no sector agrícola?

Indubitavelmente, as empresas transnacionais nunca quiseram as reformas agrárias. Não as fomentaram também. Mas, paradoxalmente, em alguns países as “reformas agrárias” favoreceram o desenvolvimento das multinacionais. Porque há reformas agrárias que se concentraram somente na destruição do latifúndio. E isso é tudo. Ao criar condições para modernizar a agricultura, permitindo também o desenvolvimento das multinacionais, através do abastecimento de insumos etc., nessa relação dialéctica que falámos antes.

notas especiais

Então, essas reformas agrárias "reformistas", que foram aprovadas mediante uma lei, às vezes muito tímida, ou às vezes muito avançadas, podem levar, contra os mesmos objectivos que procuravam, a introduzir somente a modernização da agricultura, e não tanto a elevar ao nível de vida da população rural.

Poder-se-ia concluir, que essa experiência ensina que a reforma agrária somente atende aos interesses dos trabalhadores do campo, quando vem acompanhada por outras mudanças sociais?

Exactamente. A reforma agrária, nessa concepção falsa que se aplicou na América Latina, não pode ficar só na posse da terra. A agricultura está integrada em quatro elos: os insumos agrícolas, a agricultura como tal, a transformação dos produtos agrícolas, e a comercialização. Se não ataca os quatro elos, uma reforma agrária pode ser perfeitamente compatível com o desenvolvimento capitalista, ainda do tipo existente em nossos países: concentrador, excludente e marginalizador das amplas massas trabalhadoras.

A reforma agrária deve ser vista de uma maneira muito mais ampla, com a transformação de toda a cadeia que forma os quatro elos.

A IDEIA DO "CHE"

Você crê, que continua mantendo vigência histó-

ca o discurso que fez o então ministro da economia de Cuba, Ernesto Guevara, na reunião de Punta del Leste, em 1961, quando afirmou que: "A reforma agrária nos países dependentes não se faz com planos ou planeamento técnicos, e sim, com a organização e com a tomada das terras por parte dos camponeses"?

Indubitavelmente que tem vigência histórica essa declaração, porque há dois aspectos numa reforma agrária. Um aspecto político de correlação de forças, de capacidade política para implementá-las e um aspecto técnico. Pode-se fazer um planeamento perfeito, que favoreça inclusive não somente a "poucos", mas a toda a massa de trabalhadores, atendendo a princípios de justiça social. Mas como?

Só uma força política pode fazê-lo.

Os planos por si só nada valem. E se não estão organizados os protagonistas da reforma agrária, os camponeses, os trabalhadores, sem dúvida essa reforma agrária ficará nos gabinetes, em salas atapetadas e com ar condicionado. Como se passou em muitos países. É entre outros o caso do Brasil, que tem uma legislação de reforma agrária, tem até um Instituto da Reforma Agrária, mas onde evidentemente nada se faz.

Então esse princípio é sumamente importante.

Agora, também se pode

dar o contrário. Ou seja, que exista a força política para fazer as mudanças, mas que ao mesmo tempo os planos técnicos não correspondam às aspirações dos protagonistas.

Durante uma recente visita aos Estados Unidos, o general Gaafar Numeiry, presidente do Sudão, estimulou as transnacionais agrícolas a se estabelecerem no seu país, oferecendo-lhes, concretamente à Tenneco, enormes concessões de terras na foz do Rio Nilo, e anunciando que o seu país converter-se-á "no celeiro do Mundo Árabe". Que implicações tem essa política para a estratégia de desenvolvimento da África e do Terceiro Mundo?

O plano de desenvolvimento agrário do Sudão insere-se num plano mais amplo que poderá envolver a todo o continente. Pensa-se irrigar uma quantidade muito grande de hectares, com forte apoio de capital estrangeiro, do Fundo Árabe de Desenvolvimento, do Banco Mundial, de bancos privados, e de empresas transnacionais. Tudo isso com o apoio do governo, que é quem possui as terras no Sudão. A terra assim é estatal, e não dos camponeses. É um plano muito ambicioso, com grande inversão estrangeira, que envolve vários milhares de milhões de dólares. O governo do Sudão deu a administração desse plano a uma empresa multinacional, por um prazo de 25 anos.

fome e capitalismo

Esse é um modelo de expansão das transnacionais para países do Terceiro Mundo muito atrasados, mas que tenham recursos potenciais.

O MODELO "TRILATERAL"

Mas não vai ser o único modelo possível. Porque há outros, como por exemplo, o que propõe nesse momento a Comissão Trilateral. É um plano que implica um investimento de 54 mil milhões de dólares, algo assombroso, para duplicar a produção de arroz nos países do sudoeste asiático (Indonésia, Filipinas, Malásia), e que implica uma troca de estratégia, pressionado pelo facto de que não se resolve o problema dos alimentos, da fome, rapidamente, num prazo de 10 ou 15 anos; isso vai trazer consequências absolutamente insuperáveis para o sistema capitalista. Isso poria em risco não somente o capitalismo dos países atrasados, como todo o sistema capitalista mundial, afectando particularmente a economia dos Estados Unidos.

Então, o sector lúcido do imperialismo procura soluções diferentes. Dizem que há que desenvolver a pequena agricultura, que é mais produtiva do que a grande agricultura capitalista, que há que procurar técnicas adaptadas às condições locais, etc.

A nível do imperialismo,



«... a fome e a baixa produção agrícola, problema político e não técnico»

há assim dois projectos. Um que na prática é levado adiante, que é a transnacionalização da agro-indústria, sob a base da instalação e controlo das multinacionais nos países atrasados ou dependentes. E outro, mais lúcido, porque vê a mais longo prazo, que não procura somente o lucro imediato.

A Trilateral, vê o papel da multinacional a mais longo prazo, esperando que esses países aumentem o seu nível de vida, de tal modo que se abram novos mercados, e aí então aproveitar-se-ia. São duas estratégias diferentes. Qual das duas vai ganhar? Eu não sei!!!

Acredita que é viável esta estratégia da Trilateral de fortalecer a pequena propriedade camponesa?

Tem que se ver que apoio político é que tem. Se a Trilateral encontra apoio no governo dos Estados Unidos, se encontra apoio do Banco Mundial, se encontra suficiente capital para realizá-lo, eu creio que tecnicamente é viável.

O problema da fome e da baixa produção agrícola dos países do Terceiro Mundo, não é um problema técnico. É um problema político.

ciência e tecnologia

uma conferência politizada

Há 16 anos, os Estados Unidos ditavam cátedra numa Conferência sobre Ciência e Tecnologia.

Desde então as coisas mudaram. Existirão já condições para o Terceiro Mundo fazer ouvir uma voz própria neste campo, como parte da sua luta pela independência económica, cultural e, também, tecnológica?



Maurice Jacques e Mário Osava

EM Agosto de 1979 reunir-se-á em Viena, Áustria, a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CNUCTP), cuja realização foi decidida pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 1976. As primeiras sessões do Comité Preparatório desta Conferência tiveram lugar no início de 1977 e 1978 e a gradual intensificação dos debates, na imprensa especializada e não especializada, demonstra que a CNUCTP será o palco de mais um confronto político-ideológico que reflecte o antagonismo entre o imperialismo e os povos explorados e oprimidos do Terceiro Mundo.

Não se trata de uma reunião internacional dos cientistas, dos peritos internacionais de renome. A CNUCTP será uma conferência intergovernamental, onde os delegados serão representantes oficiais dos governos dos países membros da ONU. Não será uma conferência científica, não se discutirá a Ciência e a tecnologia em si mesmos, os seus avanços e o seu significado académico. Estará em debate a política que envolve a sua utilização, a sua transferência, a cooperação técnica entre os países, a relação entre a tecnologia e a chamada "nova ordem económica internacional".

Segundo um folheto publicado pelas Nações Unidas, tendo em vista os preparativos da CNUCTP, as razões para a sua realização são as disparidades internacionais de níveis de vida, que coincidem com as disparidades da aplicação técnica da ciência, monopolizada pelos países industrializados, da mesma forma que a pesquisa científica. É preciso "conhecer melhor as causas que, por sua acção conjugada, provocam uma má aplicação da ciência e da técnica aos níveis nacional, regional e inter-regional", diz o folheto, que também faz o seguinte comentário:

"Estima-se que em muitos países em desenvolvimento, os mecanismos actuais da aplicação da ciência e da técnica criam — ou reforçam — o que se chamou "sociedade dualista", isto é, uma sociedade onde uma minoria de privilegiados usufrui dos benefícios da ciência e da técnica. Além disso, segundo uma opinião frequentemente expressa, a transferência de técnicas de países desenvolvidos pode às vezes contrariar o desenvolvimento de técnicas autóctones nos países dotados de uma cultura até então capaz de inventar e de inovar. Mais: certas sociedades contestam que a ciência e a técnica tenham necessariamente um efeito benéfico sobre o

desenvolvimento humano e outras adoptam sobre a questão uma atitude francamente hostil."

Na Conferência serão apresentados os relatórios nacionais ou regionais, elaborados pelos governos ou grupos de governos na fase preparatória que está a decorrer. Esta é apenas uma das grandes características que diferenciam a CNUCTP da sua predecessora de há 16 anos atrás e que reflectem profundas mudanças no panorama internacional, ocorridas nas últimas décadas.

O que mudou não é a miniaturização do transistor, nem o computador que passou a ser cem vezes mais rápido que em 1963. Não são puros factores tecnológicos ou a aceleração do progresso técnico que torna diferente essa Conferência. São os factores políticos, a nova eclosão do debate ideológico sobre o papel dos cientistas no contexto económico-social de um mundo onde a libertação dos povos exige luta e confronto em todos os sectores.

A CIÊNCIA NÃO É NEUTRA

Na altura da grande depressão económica do mundo capitalista, em 1931, um soviético abalou pela primeira vez o mito da "ciência pura" tão útil à classe dominante ocidental. Vindos do país de Lenine, 14 anos depois da grande vitória dos trabalhadores

ciência e tecnologia

na Revolução de Outubro, a delegação soviética ao Congresso Internacional sobre a História da Ciência e da Tecnologia, que teve lugar em Londres, em Julho de 1931, trazia importantes contribuições que obrigaram a prolongar a Conferência para que as suas exposições fossem ouvidas.

Boris Hessen, então director do Instituto de Física de Moscovo, fez uma exposição sob o título *As raízes sociais e económicas da obra de Newton* (1), título que em si mesmo já constituía uma blasfêmia contra o “mito Newton” da ideologia ocidental, que enaltece o “génio” individual, as ideias saídas de uma só cabeça e que teriam uma influência determinante sobre a sociedade. A delegação soviética mostrou o contrário. Hessen demonstrou na sua exposição sobre a “Princípios” de Newton, que a cada tema abor-

dado pelo cientista europeu correspondia um interesse concreto da classe dominante da época, dos governos colonialistas da Europa.

A preocupação de Newton com os problemas de flutuação e equilíbrio dos corpos na água atendia aos interesses na construção de barcos melhores, tecnologia fundamental para as empresas de saque do mercantilismo, para o transporte do ouro, das riquezas coloniais e dos escravos. As famosas leis de Newton sobre os movimentos dos astros correspondem à necessidade de conhecer com precisão as leis astronómicas, porque era através delas, especialmente da posição da lua em relação às estrelas, que na altura se esperava determinar a posição dos barcos no alto mar. O estudo dos movimentos, da queda dos corpos, foi feito através de trajectórias de balas de canhão para es-

tudar a influência da gravidade, da resistência do ar, etc. para uma definição óptima da trajectória de projecteis. Aí a “ciência pura” do “génio individual” fazia nada menos que impulsionar o progresso das armas de artilharia no século XVII, para as guerras de conquista promovidas pelas classes dominantes europeias.

Walter Rodney, no seu livro “Como a Europa subdesenvolveu a África” (2), mostra como não foi uma superioridade tecnológica global que levou à dominação da África pelos europeus, mas sim a superioridade em determinados campos: exactamente na navegação e no armamento. Os navios oceânicos e as armas de fogo forneceram as condições aos “conquistadores europeus” para submeter outras civilizações, promover o tráfico de escravos e destruir certas tecnologias autóctones — por exemplo, no fabrico de tecidos — que nada ficavam a dever às da Europa da altura. Destruidas as técnicas locais, impuseram-se as europeias, consideradas as únicas válidas pelo ideologia dominante.

A China foi, historicamente, uma fonte de tecnologias que eram aí bastante avançadas. Lá, os europeus foram buscar conhecimentos que depois utilizaram para dominar o mundo, incluindo a própria China. Por exemplo, a agulha magnética, lá conhecida muitos séculos antes da Eu-



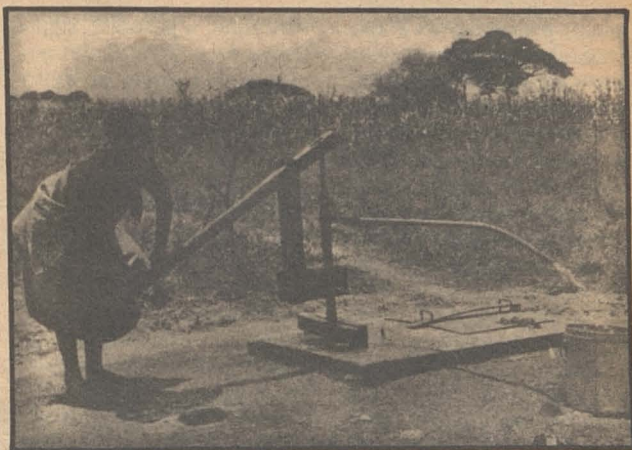
As tecnologias servem interesses bem determinados...

desenvolvidos e sub-desenvolvidos

ropa. Também a indústria do papel, que veio da China para a Europa, lentamente, através do Médio-Oriente, dos árabes. E a técnica de imprimir com caracteres móveis, já existente muito antes da Europa a "ter descoberto".

As técnicas de observação astronómica eram bastante desenvolvidas entre os Maias, da América Central, não para fins expansionistas, mas para fins agrícolas, enquanto os europeus as encaminham para objectivos de navegação, tendo em vista a conquista de outras terras, os transportes de algodão, ouro, produtos "exóticos" e escravos, o que veio a aumentar a acumulação e a produção na Europa, reproduzindo em nível superior as condições desfavoráveis para os povos colonizados.

Boris Hessen disse: "Para a burguesia, a ciência e a tecnologia são armas poderosas para a luta, e a burguesia está interessada no desenvolvimento e no aperfeiçoamento dessas armas." No caso, são armas de dominação. Cabe aos povos do Terceiro Mundo desenvolverem as suas próprias armas, a ciência e a tecnologia para a libertação, com um conteúdo dialeticamente oposto ao da ciência que serve o imperialismo. O que exige uma tecnologia voltada para fins populares: transporte colectivo, saúde para todos, instrumentos para dominar a natureza nas condições próprias a



... as que servem o povo recebem pouca atenção

cada país e a cada povo, técnicas que não sejam uma violência cultural contra o povo, que não sejam marginalizantes a ponto de criar uma elite todo-poderosa pela sua manipulação exclusiva.

O conflito de interesses, que deveria determinar concepções antagónicas sobre a utilização e escolha de tecnologias, está subjacente nos debates que se travam na preparação da CNUCTP, a realizar em Agosto de 1979, em Viena. Ainda que, provavelmente, o confronto não atinja uma clara definição, a verdade é que já se discutem alguns aspectos políticos envolvidos na questão tecnológica.

1963 — HEGEMONIA DOS EUA

Houve já uma conferência sobre Ciência e Tecnologia organizada pelas Na-

ções Unidas, em Genebra, Fevereiro de 1963, mas foi muito diferente, a começar pelo título: — "Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia para o Benefício das Áreas Menos Desenvolvidas".

Não afloraram então as contradições que hoje levantam uma aguda polémica, no debate preparatório da Conferência de 1979. Dezasseis anos atrás, as vozes que se opunham à dominação imperialista tinham ainda pouco que dizer no campo da Ciência e da Tecnologia, principalmente porque aquela Conferência e os temas abordados se pretendiam apolíticos, apenas envolvendo os cientistas, os "donos da tecnologia".

1963 ainda era uma época de total hegemonia dos Estados Unidos. Eram os salvadores do mundo, já

ciência e tecnologia

tinham promovido o Plano Marshall, eram o centro absoluto e incontestado da economia ocidental. A crise dos foguetes de Cuba, no ano anterior, resultou de uma ação então considerada intolerável, como se o mundo socialista tivesse violado uma área sagrada, reservada aos EUA.

Os primeiros anos sessenta foram a época Kennedy, da Aliança para o Progresso. O espírito era de que os desenvolvidos tinham coisas a oferecer aos subdesenvolvidos. Eram esses os termos: países "desenvolvidos" e "áreas menos desenvolvidas", países "avançados" e "áreas menos avançadas". Muito depois começou-se a falar em "países em vias de desenvolvimento".

A AID — Agência para o Desenvolvimento Internacional — publicou de antemão, na imprensa oficial norte-americana, todos os relatórios preparados para a Conferência, em doze volumes, sobre uma série de temas de aparência puramente técnica. Entre estes, estava por exemplo o "Método para estimular a transferência tecnológica". A "transferência era vista como uma doação, uma esmola oferecida pelos "países desenvolvidos". A problemática da Conferência era encontrar métodos que levassem os pobres a aceitar, a assimilar a tecnologia. A validade mesma dessa tecnologia nunca foi posta em questão.

Quando se falava em in-

vestigação e pesquisa, significava criar instituições para avaliar o nível do êxito da penetração econômica então chamada "ajuda externa". O livro americano "Alliance for Progress", publicado na altura e que discute o funcionamento da Aliança, dizia: "O Instituto Centro-Americano de Investigação Tecnológica e Industrial, estabelecido na Guatemala, está investigando as novas oportunidades para investimentos que se abriram com o êxito da harmonização econômica da região".

Em 1963, todas as organizações propostas para as Conferências Internacionais vinham de personagens ocidentais. Os grandes peritos, cientistas conhecidos internacionalmente, gente que falava apenas inglês ou francês. Ninguém contestava a sua arrogância. Os poucos cientistas nascidos no Terceiro Mundo limitavam-se a tentar imaginar como fazer nos seus países uma ciência tão avançada como a dos Estados Unidos. E havia a ideia de que centros modernos de investigação científica permitiam civilizar a sociedade e imitar os "desenvolvidos". Propunha-se a criação de uma elite técnica, científica, nos países "subdesenvolvidos".

A visão elitista transparecia no artigo de um cientista que escrevia: "escrevo... na esperança que chegará à atenção de um público selecto de presidentes e primeiros ministros dos países

onde a ciência ainda não existe numa escala significativa". Para a segurança de que se copiaria de maneira fidedigna o modelo "desenvolvido", propunha-se que cada ano duzentos cientistas americanos fossem enviados para os países subdesenvolvidos para assessorar os seus governos.

É importante notar que essa proposta de "ajuda" era numericamente muito pequena em relação à conhecida fuga de cérebros que afecta os países do Terceiro Mundo: são da ordem de dois mil — dez vezes mais — os cientistas que se exportam para os Estados Unidos a cada ano. Assim, os duzentos cientistas não compensam em nada a pilhagem organizada, graças a mecanismos económicos e à ideologia dominante que faz da ciência norte-americana e europeia, o ideal sonhado por todos os formados inclusive nos "países subdesenvolvidos".

OS "BANQUEIROS DA CIÊNCIA

A situação dos cientistas governamentais dos Estados Unidos, peritos que são ao mesmo tempo professores de Universidade, investigadores e assessores directos dos organismos de governo, e muitas vezes directores de bancos e empresas multinacionais, era tão segura que não se preocupavam com discussões a nível nacional nem internacional. Era tudo óbvio, a

a conferência



América ia apresentar as suas conclusões, o seu modelo. As revistas norte-americanas apenas anunciaram a Conferência alguns dias antes, em algumas linhas.

Um resumo oficial de notícias publicadas em Washington descrevia assim a Conferência: "reuniu duas mil pessoas provenientes de oitenta países, durante dezoito dias. Foram apresentados 1800 comunicações que tinham que ver com as técnicas mais avançadas e mais efectivas em doze áreas diferentes". Depois da Conferência, nenhum editorial, nenhum comentário. O monólogo estava encerrado.

De facto, uma das poucas coisas noticiadas na imprensa americana sobre a Conferência de 63 foi a proposta feita pelos Estados Unidos, de criar um Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Mun-

diais. Fez a proposta o Professor Roger Revelle, na altura assessor científico do Secretário do Interior dos Estados Unidos, director do Instituto de Investigação sobre População da Universidade de Harvard, e também um dos directores do First National Bank of San Diego, na Califórnia. O co-apresentador da proposta era Joseph Fischer, presidente da Organização "Recursos para o Futuro, Inc.", reconhecida mais tarde como puro veículo de propaganda comercial das multinacionais sediadas nos Estados Unidos e também receptora de dinheiro da CIA.

Desta feita, mais de um ano antes da Conferência de 1979, muitos editoriais, alguns profundamente ideológicos, em praticamente todas as revistas científicas americanas e inglesas, demonstram uma

grande preocupação com as arranhaduras que sofreu essa hegemonia norte-americana e ocidental. O debate passou inclusive para a imprensa não especializada, o que abrange um público maior, muito mais amplo que a pequena elite que pretende o monopólio da ciência.

Os editores já permitem a cientistas nacionalistas do Terceiro Mundo expressarem-se nas suas revistas, e os próprios defensores do Ocidente utilizam uma linguagem muito menos arrogante. Já passou a época em que apenas uma voz progressista — a do inglês Lord Bowden — se fazia ouvir, isolado entre os "mandarins" da ciência. Esta mudança não é produto de uma súbita generosidade. É a correlação de forças, no mundo e dentro das Nações Unidas, que se alterou.

O QUE MUDOU

Até 1963, apenas cinquenta norte-americanos tinham morrido no Vietnã, onde a ocupação apenas se iniciava através dos chamados "assessores militares". O colonialismo português parecia sólido, embora enfrentasse os primeiros anos da guerra de libertação; os europeus ainda mantinham a dominação em muitos pontos da África, apesar da vaga de independências nos anos anteriores. O neocolonialismo parecia ter todas as condições para se afirmar. Nas

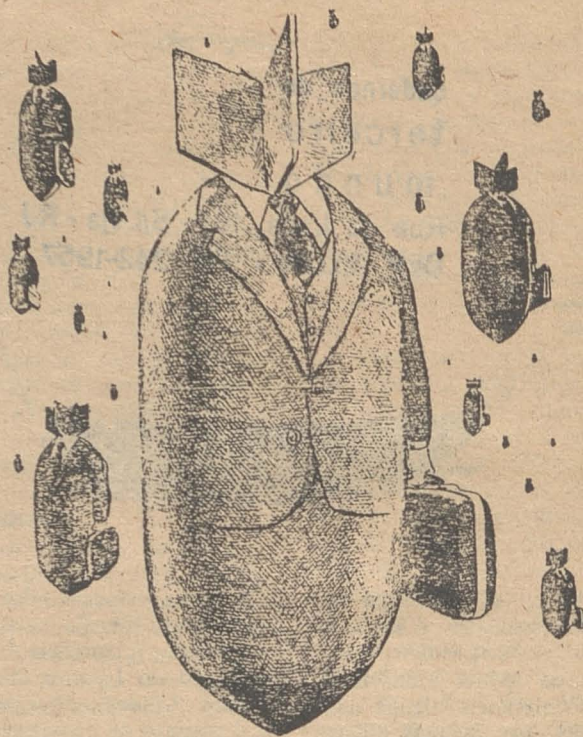
ciência e tecnologia

ex-colônias francesas, no Togo, por exemplo, o estudo de todos os distritos da França ocupavam ainda um ano inteiro de escolaridade, e milhares de cooperantes europeus dominavam o ensino e os centros de decisão e da economia dos novos países.

Naquela altura a China Nacionalista era membro do Conselho de Segurança da ONU. Cuba começava a afirmar a sua revolução, após a invasão da Baía dos Porcos em 1961 e a crise dos foguetes de 1962, e enfrentava um bloqueio decretado pelos Estados Unidos para destruir a economia e o processo revolucionário cubano.

Mas de 1963 para cá a situação internacional sofreu grandes modificações. O colonialismo sofreu derrotas em todas as frentes, culminando com a libertação de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. As potências ocidentais mantêm apenas poucos enclaves coloniais no mundo de hoje e os regimes racistas da África Austral sofrem um isolamento jamais visto.

O aumento do número de países do Terceiro Mundo integrados de pleno direito nas Nações Unidas, o avanço do Movimento dos países Não Alinhados, o aparecimento de associações de produtores de matérias-primas em defesa dos recursos e de vantagens comerciais dos países "em desenvolvimento" e uma série de outros factores debili-



tou a hegemonia das potências ocidentais. O papel dos países pobres na ONU e nas suas agências especializadas, onde cada Estado conta com um voto, já provocou inclusive medidas de represália dos Estados Unidos, que diminuiu ou condicionou a sua contribuição financeira.

Cuba resistiu ao bloqueio, que lhe vedou o acesso à tecnologia ocidental, e não só resolveu os problemas fundamentais do seu povo, o que não foi conseguido por nenhum país sob influência e "aju-

da" norte-americana, como adquiriu uma importância impensável há alguns anos, pelo que representa na política internacional e pela ajuda, inclusive técnica, que presta a alguns países do terceiro Mundo.

O que mais contribuiu para a nova situação foi, sem dúvida, a resistência vitoriosa do povo vietnamita. A vitória de um povo recém liberto da colonização francesa contra o mais colossal poderio bélico de todos os tempos, pôs em questão não só a arrogância imperialista, como proble-

cadernos do
terceiro
mundo

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

ciência e política

mas técnicos e científicos.

Os americanos insistiram no Vietnã, certos de ganhar com base no imenso arsenal tecnológico que possuíam e utilizaram a fundo. Chegaram a apelar para os professores de ciência; entre eles vários Prêmios Nobel de Física dos Estados Unidos, que trabalharam um dia por semana durante anos, e um mês inteiro por ano, para o Pentágono. Os computadores, os radares, as super-minas, as bombas multiplicadoras, as conduzidas por raios laser, tudo foi lançado contra o povo do Vietnã.

No entanto, todas essas tentativas super-tecnificadas de dominação foram derrotadas, de tal forma que permitiu ao mundo pôr em questão o mito de que a tecnologia podia solucionar tudo, que a ciência e a tecnologia tida como avançada era a panaceia e o instrumento invencível.

**A POLÍTICA
DETERMINA
OPÇÕES
TECNOLÓGICAS**

E ficou clara a interrelação entre política e tecnologia. O Vietnã escolheu a inteligência popular e massiva, as técnicas conhecidas e dominadas por todo o povo, contra a violência externa e tecnificada dos peritos de elite norte-americanos. Mostraram dessa maneira a eficácia da sua tecnologia, não altamente sofisticada, mas que partia da cultura do povo: na

construção de abrigos, túneis, armadilhas extraordinárias (em contrapartida às minas inventadas pelos prêmios Nobel), meios de comunicação que dependiam do povo e não de fios ou aparelhos eletrônicos ultra-modernos, meios de transporte populares como as bicicletas (vitais na vitória de Dien Bien Phu que acabou com a agressão francesa e em outras batalhas).

Apenas em casos excepcionais os vietnamitas decidiram utilizar armas altamente tecnificadas, como por exemplo os foguetes SAM contra os aviões B-52 e F-5 que sobrevoavam a grande altura. Foi uma utilização limitada e específica. E assim o Vietnã resistiu à agressão de todas as forças bélicas e tecnológicas do imperialismo.

A Guerra do Vietnã levou a uma grande conscientização. Houve todo um movimento de cientistas e técnicos honestos que se radicalizaram nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, onde surgiram associações do tipo "Science for the People" (Ciência para o Povo, nos EUA), a Associação Britânica para a Responsabilidade Social na Ciência.

Começando por atacar a participação dos cientistas no Pentágono, na criação de armas ultra-sofisticadas para o genocídio no Vietnã, o movimento chegou a questionar a natureza do desenvolvimento das ciên-

cias e da tecnologia. E pôs de novo em evidência a relação entre a escolha dos ramos científicos que são desenvolvidos e o interesse da classe dominante.

Houve cientistas que trabalhavam para o Pentágono. Mas houve outros, progressistas, que criaram centros de investigação para apoiar os vietnamitas. Por exemplo, o Professor de biologia Richard Levins, da Universidade de Chicago, começou a investigar com o seu grupo como detectar os fragmentos de plástico das bombas que os seus colegas haviam sugerido ao Pentágono. O fragmento de plástico não é detectado pelos raios X, porque tem a mesma densidade da carne humana, daí a sua utilização para impedir o tratamento dos feridos. O grupo de Chicago inventou aparelhos para os detectar no corpo das pessoas atingidas, utilizando ultrasons.

É claro que a ajuda teve uma dimensão restrita, infima em relação aos recursos utilizados pelo Pentágono para a destruição e o genocídio, mas isso prova que sempre se escolhe o que pesquisar em função da opção política, dos interesses e das classes a que se serve.

Depois da guerra do Vietnã e de outros acontecimentos que alteraram a situação internacional, é impossível às Nações Unidas pretender promover hoje outra Conferência puramente técnica.

ciência e tecnologia



APENAS UMA CONFERÊNCIA A MAIS?

As independências políticas nos últimos vinte anos, o ingresso de numerosos novos países do Terceiro Mundo na ONU, alteraram os mecanismos e o alcance das conferências internacionais. Os "pobres" têm maioria de votos, e muitos governos adoptaram posições claramente anti-imperialistas em todos os campos. Resta saber se a colonização cultural, a dominação ideológica invalidará essa maioria.

As publicações científicas e técnicas são avassaladoramente mais volumosas nos países desenvolvidos.

Estes dominam as publicações, a divulgação e a investigação científicas, a informação de um modo geral. A superestrutura ideológica que faz rodar as máquinas de propaganda e publicidade ainda está nas mãos dos desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra e França. As publicações das Nações Unidas ainda são em francês e inglês.

É ingenuidade crer que o mito da "ciência neutra" está liquidado. A propaganda das classes dominantes continua e muitos técnicos e cientistas que pertencem aos países do Terceiro Mundo foram formados exactamente como qualquer tecnocrata do mundo ocidental e, portanto, tendem a impulsionar a dependência tecnológica (e ideo-

lógica), na medida em que consideram que a única tecnologia válida é a que vem das potências ocidentais. Mesmo entre os que assumem posições anti-imperialistas no plano político, há muitos que não tiram da dependência económica as mesmas consequências no plano da tecnologia e da cultura em geral. E muitos mais não percebem, ou não lhes interessa perceber, as implicações que têm para a vida do povo, as escolhas tecnológicas, os estilos de desenvolvimento técnico.

Estas limitações e o facto de não se ter concretizado ainda uma alternativa, podem neutralizar a maioria de votos de que dispõe o Terceiro Mundo na CNUCTP e não levar a nenhuma condenação da utilização imperialista da tecnologia. Mas já se caminhou bastante. O carácter que vem tomando a Conferência já é um grande salto em relação a 1963 e os debates servem para se tomar consciência dos obstáculos a uma completa libertação dos povos.

1) in "Science at the Cross Road" — Papers presented to the International Congress of History of Science and Technology — by the delegates of USSR.

Edição: Frank Cass and Co. Ltd. — Londres — 1.ª edição em 1931 e 2.ª em 1971.

2) "Como a Europa Subdesenvolveu a África" — Coleção de Leste a Oeste — Seara Nova — Lisboa, 1975.

guiana

Guiana significa "terra de muitas águas" no idioma nativo, e de facto os rios são muitos e caudalosos nesse país. Mas não foram as belezas tropicais e sim o mito do "El Dorado" que atraíu os aventureiros e colonizadores espanhóis, holandeses e, finalmente, os ingleses que fixaram, em 1831, os limites da "Guiana Britânica".

No século XVIII os britânicos começaram a introduzir massivamente os escravos africanos nas plantações de cana de açúcar. Um destes, Cuffy, liderou, em 1763, numa rebelião que foi sangrentamente reprimida e é hoje um herói nacional. Abolida a escravidão, em 1843, os ingleses importam mão-de-obra barata da China, Java e Índia.

Isso produziu uma composição étnica e cultural extremamente complexa. Metade da população é de origem hindu, trinta por cento tem raízes africanas, cinco por cento descendem de nativos e há mestiços e grupos de origem chinesa e portuguesa.

Apesar dessas divisões, as aspirações nacionalistas foram canalizadas, nesta segunda metade do século, para um movimento único, o Partido Popular Progressista que conduziu Cheddi Jagan, seu líder, a primeiro-Ministro por três períodos sucessivos, no regime de autonomia que a colônia conseguiu em 1961. Em 1966, a Guiana torna-se um Estado independente, dentro da Comunidade Britânica.

Em 1964, após dois anos de lutas violentas e divisões no PPP, Forbes Burnham, líder da população negra representada no Partido Nacional do Congresso, assume a chefia do governo apoiado pelas demais minorias étnicas, à exceção dos indianos, fiéis a Jagan.

Alguns observadores vêem nessas divisões o dedo das multinacionais, preocupadas com a orientação socializante do PPP. Mas, de qualquer maneira, a

Guiana empreendeu a luta contra o capital estrangeiro neocolonialista, proclamou-se República Cooperativa em 1970 e ingressou no Movimento dos Não Alinhados.

A bauxite, a indústria madeireira e o açúcar foram nacionalizados nos primeiros anos 70. Em 1976, o Estado já controlava 75 por cento da produção nacional. Ao mesmo tempo avançou na integração regional através das organizações econômicas internacionais do Caribe e da América Latina: CARICOM, SELA e Frota Mercante do Caribe. A cooperação nestes organismos com a Venezuela é possível graças à busca de soluções negociadas para os conflitos fronteiriços que opuseram os dois países nos anos 60.

A crescente solidariedade da Guiana com os movimentos de Libertação africanos e as medidas revolucionárias na política interna (especialmente a nacionalização em 1976 da "Bookers", principal monopólio estrangeiro no país) provocaram tentativas "desestabilizadoras" organizadas pela CIA, o que coincidiu com o surgimento de tensões na fronteira com o Brasil.

Tais manobras não tiveram nenhum apoio interno. Em Maio de 1976, ante os ataques externos, Cheddi Jagan proclamou a necessidade de reforçar a "unidade nacional anti-imperialista" para a defesa da integri-



dade territorial e da soberania nacional. Os representantes do PPP retornaram ao Parlamento que haviam abandonado três anos antes e o décimo aniversário da independência foi comemorado num clima unitário, com Burnham e Jagan presentes na mesma tribuna. Pouco depois, Burnham anunciou a criação das Milícias do Povo para a defesa da revolução.

"Escolhemos o socialismo e não declaramos guerra a ninguém, mas preferimos morrer de pé a viver de joelhos sob o imperialismo", são palavras de Forbes Burnham, reeleito como primeiro-Ministro em 1973, pela terceira vez.



república cooperativa da guiana

Governo: Arthur Chung, presidente. **Capital:** Georgetown (200 mil habitantes). **Superfície:** 214 970 km². **População:** 825 000 habitantes. **Moeda:** dólar guianense (2,55 por 1 US\$). **Idioma oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 2312 (proclamação da República, 1970). **Religião:** cristã, hindu e muçulmana. **PNB per capita:** 560 dólares anuais em 1973. **Educação:** 194 120 estudantes em todos os níveis, em 1973. **Analfabetismo:** 15 por cento. **Saúde:** um médico para cada 3500 habitantes.

A Guiana é membro pleno da ONU e do Movimento dos Países Não Alinhados. Não pode ingressar na OEA em razão dos seus conflitos de fronteira com a Venezuela.



O Império de Mali, que se estendeu desde o século VIII pelas terras da actual Guiné, resistiu tenazmente às invasões portuguesas e holandesas dos séculos XV e XVI. Tal atitude inspirou a luta anticolonialista dos guineenses submetidos desde 1860 à dominação francesa.

Em 1947, um pequeno grupo de militantes, dirigido por Ahmed Sekou Touré, fundou o Partido Democrático da Guiné (PDG). Apoiado nas forças sindicais, o PDG logo se transforma numa grande organização



república popular e revolucionária da guiné

Governo: Ahmed Sekou Touré, presidente. **Capital:** Conakry (600 mil habitantes). **Superfície:** 245 857 km². **População:** 5 700 000 habitantes (80 por cento rural). **Moeda:** syli. **Idioma oficial:** francês. **Festa Nacional:** 2110 (independência, 1958). **Religião:** muçulmana e animista. **PNB per capita:** 120 dólares anuais. **Educação:** com 80 por cento de analfabetismo na década passada, têm-se feito campanhas de alfabetização e um esforço de escolarização primária, dotando-se todos os bairros e aldeias de uma escola. **Saúde:** um médico para cada vinte mil habitantes.

A Guiné é membro pleno da ONU, da OUA, da Organização Internacional da Bauxite e do Movimento dos Países Não Alinhados.

guiné-conakry

estritamente ligada às massas populares, apesar da repressão.

Quando o Império francês, debilitado pela perda da Indochina (1954), pela independência da Tunísia e de Marrocos (1956) e pela sublevação da Argélia (iniciada em 1954), tenta salvar as suas colónias africanas criando a "Comunidade Francesa", a Guiné opta pela independência imediata. "Preferimos a pobreza com liberdade à riqueza na escravatura", proclamou Sekou Touré, e o povo votou massivamente contra o projecto neocolonialista: no referendo de 28/9/1958 promovido pelos franceses, houve cerca de 1 200 000 'não' contra apenas uns 57 mil 'sim'.

Quatro dias depois, a Guiné proclama a sua independência, a primeira na África negra "francesa". Em represália, a França dirigida por De Gaulle retira os seus quadros técnicos, desactiva as indústrias e bloqueia o comércio guineense.

As agressões se sucedem. Em 1965, a França bloqueia as contas bancárias da Guiné em Paris e introduz o contrabando e moedas falsas em grande quantidade em Conakry. A 22 de Novembro de 1970, mercenários portugueses invadiram o país, na tentativa de derrubar o governo e aniquilar as bases ali existentes do PAIGC em luta

pela independência da Guiné "portuguesa". Conspirações e tentativas de desestabilização foram frequentes desde então.

Mas isso só levou à consolidação do processo revolucionário guineense. Em 1958, o Estado assumiu as principais rédeas da economia e, em 1960, criou a sua própria moeda, saindo da área do franco francês. A indústria e a agricultura diversificaram-se na busca da auto-suficiência alimentar, e a produção do alumínio já ultrapassa o milhão de toneladas anuais.

No plano político, o mês de Agosto de 1968 marca o início da revolução cultural. Após a invasão de 1970, a democracia popular foi ampliada, criando-se os Poderes Revolucionários Locais (PRL) em cada bairro ou aldeia. Em 1974, estabeleceu-se o original sistema político do "Partido-Estado", superando um parlamentarismo inadequado. "Ao confundir-se o partido com o Estado — explica Sekou Touré — um e outro tornam-se meios práticos do povo. O PDG está decidido a utilizar todos os meios de educação, de formação ideológica, política e tecnológica para que o povo alcance rapidamente a última fase do povo-Estado".

Estes princípios estão contidos na Carta da Revolução, proclamada a 16 de Fevereiro de 1975. Nela planifica-se um esforço de recuperação e desenvolvimento da economia guineense e atribuem-se poderes económicos aos PRL, que passam a ocupar-se da luta contra a corrupção, o esbanjamento e o mercado negro.

Em Março de 1977, a VI Conferência Económica Nacional destacou o incremento da produção em todos os sectores da economia e propôs a "emulação revolucionária" nas 140 unidades de produção do país para acelerar o crescimento.

guiné-equatorial

Em 1778, como compensação pelas terras cedidas à expansão lusitana na América do Sul, a Espanha recebeu de Portugal a que seria a sua única colónia na África negra: a Guiné Equatorial, minúsculo território integrado pelas ilhas Fernão Pó (nome que homenageia o primeiro marinheiro português que a visitou, em 1472) e Ano Bom, e um pequeno enclave continental entre os Camarões e o Gabão. No princípio do século passado, o porto de Santa Isabel na primeira ilha foi cedido algum tempo aos ingleses, que dele fizeram uma base naval e um refúgio para escravos livres. Apenas algumas décadas atrás é que a Espanha começou a administrar activamente e a desenvolver a chamada Guiné Espanhola, cuja importância foi realçada pela detecção de petróleo, urânio e ferro.

Mas os guineenses começam a luta pela independência e surgem várias organizações nacionalistas, como o IPGE (Ideia Popular da Guiné Equatorial), o MONALIGE (Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial) e o MUNGE (Movimento de União Nacional da Guiné Equatorial). Em 1959, Franco concede à colónia o estatuto de "Província Africana", com representação no Parlamento de Madrid e cidadania espanhola aos seus habitantes. Mas as Nações Unidas rejeitaram a integração da colónia na metrópole e desde 1961 é favorável à independência.

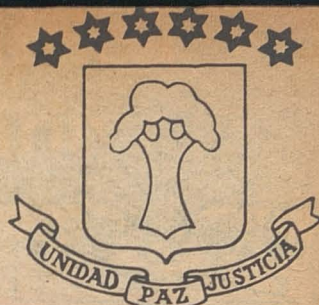
Madrid cedeu às pressões internacionais e, a 12 de Outubro de 1968, retira-se formalmente da Guiné, chamada Equatorial desde 1964. Francisco Macías Nguema, dirigente da pequena aldeia de Mongomo e único dirigente independentista que não sofrera perseguição, assume a presidência com uma Constituição elaborada pelo franquismo. Um mês depois, Bonifácio Ondo Edu, o seu opositor nas eleições, é detido e executado. É a primeira medida de um po-

der pessoal absoluto e repressivo que se instaura no país.

Em 1969, é criada a milícia juvenil — "Juventude em Marcha com Macías" — para neutralizar qualquer possível dissidência no exército. Em 1970, o pluripartidarismo é substituído pelo partido único, o PUNT — Partido Único Nacional dos Trabalhadores. No ano seguinte Macías altera a constituição e assume directamente os poderes executivo, legislativo e judiciário. E, em 1972, faz-se proclamar presidente vitalício e assume os títulos de: General-Major dos Exércitos, Presidente do Partido, "Grão-Mestre da Educação Popular, da Ciência e da Cultura Tradicional", o "Único Milagre (sic) da Guiné Equatorial".

Nos templos a sua foto e é colocada acima dos santos, as canções infantis cantadas nas escolas diz que "Deus criou a Guiné Equatorial pela vontade do Papá Macías". Um quarto da população teve de emigrar para os países vizinhos, fugindo da fome e da repressão, e nas plantações de cacau da "Ilha do Presidente Macías" (a antiga Fernão Pó), vinte mil trabalhadores sofrem uma semi-escravidão, segundo denúncias da Antislavery Society de Londres.

O franquismo impedia o conhecimento dessa situação. Tudo o que dizia respeito à ex-colónia era "matéria reservada" em Madrid, já que o café, o cacau, a madeira e os combustíveis vindos dali eram explorados por empresas ligadas ao ex-



-presidente Carrero Blanco e outros proeminentes funcionários franquistas.

Levantada a censura em 1976, uma onda de denúncias inundou os meios de informação europeus. Macías começou então a criticar o "imperialismo espanhol", que antes lhe pareceu passar despercebido, e rompeu relações com Madrid. Oito mil refugiados guineenses na Espanha anunciaram a criação de vários movimentos opositores e a colecta de fundos para "iniciar acções armadas contra a ditadura". Uma Aliança Nacional de Restauração Democrática, formada por intelectuais e políticos exilados na Europa, apelou ao boicote contra o "sanguinário Estado policial" de Macías, e denunciou o assassinato do ex-vice-presidente Edmundo Bosio Dioco. A Amnistia Internacional calcula em dois mil, o número de presos políticos equato-guineenses, o que significa 1 preso para cada 160 habitantes.



república da guiné-equatorial

Governo: Francisco Macías Nguema, presidente. **Capital:** Malabo (antiga Santa Isabel, 62 000 habitantes em 1975). **Superfície:** 28 051 km². **População:** 320 mil habitantes. **Moeda:** ekwele ou peseta guineense. **Idioma oficial:** espanhol. **Festa Nacional:** 12/10 (Independência, 1968). **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 350 dólares anuais. **Educação:** 60 mil estudantes em todos os níveis. **Saúde:** um médico para cada 40 mil habitantes.

A Guiné Equatorial é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não Alinhados.



Uma das mais ricas colónias europeias na América Latina, o Haiti foi a primeira a tornar-se independente do jugo francês, particularmente cruel, que havia escravizado o seu meio milhão de habitantes de origem africana e que considerava seres humanos apenas os poucos milhares de mulatos livres "afrancesados".

Animados pelos ideais da Revolução Francesa de 1879, os haitianos, liderados pelo ex-escravo Toussaint L'Ouverture, proclamaram a primeira República negra do mundo e aboliram pela raiz o sistema colonial, expulsando do país ou exterminando fisicamente os odiados escravagistas brancos.

Mas sem um modelo socio-económico viável (o socialismo nem sequer existia como doutrina e não havia no Haiti uma

burguesia capaz de implantar o capitalismo), o país submergiu num século de conflitos intestinos entre as massas populares de cultura africana e a elite afrancesada. No entanto, isso não impediu que o governo de Alexandre Petiön fornecesse um amplo apoio em armas e dinheiro a Simon Bolívar, na convicção de que só a independência de todo o continente asseguraria a do Haiti, hostilizado pelas potências europeias e pelos Estados Unidos, que menos prezavam o "império selvagem" de Henri Christöphe.

Mas os financistas internacionais encontraram meios para chegar também ao seu mercado atraente, construindo portos e caminhos de ferro e levando o país a individuar-se e converter-se em dependente dos credores norte-americanos. Quando o Haiti não conseguiu cumprir com os compromissos assumidos, os "marines" ocuparam militarmente o país em 1915. A invasão enfrentou uma heróica resistência do "Exército Revolucionário" de Charlemagne Peralte, um exército guerrilheiro cuja base eram os camponeses do norte, que já no século XIX se tinham levantado em armas contra os seus exploradores.

Peralte foi assassinado à traição, em 1919, e os norte-americanos permaneceram até 1934, deixando no país bem instalados os mecanismos indirectos e

eficazes de controlo, e governos fiéis aos seus interesses.

A ocupação norte-americana encerra um século e meio de governos negros e estabelece no poder a elite "affranchi", cuja subserviência tinha sido modelada desde a época da colónia. A cultura nacional de raízes africanas foi negada e oprimida até que, finalmente, François Duvalier compreendeu a sua importância, não para resgatá-la, mas para utilizar o "vudú", a magia negra, como fonte do seu poder, convenientemente reforçado pelo terrorismo exercido por seus "tonton-macoutes" contra toda a oposição.

Com o apoio de Washington (que por várias vezes comprou o voto de Duvalier nos organismos internacionais), o "Papa Doc" instaurou um simulacro de monarquia, proclamou-se "presidente vitalício", em 1964, e deixou a seu filho Jean-Claude (o "Baby Doc") o cargo vago com a sua morte em 1971.

Nesse tempo, o Haiti transformou-se de rico produtor de açúcar e café no único país latino-americano que figura entre os 25 mais pobres do mundo. O sangue dos habitantes tornou-se produto de exportação, enquanto milhares morrem de fome anualmente. Os baixos salários, a proibição de qualquer actividade sindical ou política e uma liberal dispensa de impostos atraem as multinacionais, que instalam na ilha os seus estabelecimentos de montagem e a convertem na "Taiwan do Caribe".

Enquanto isso, a intelectualidade nacional e progressista, na sua maior parte exilada, esforça-se por superar as suas divergências políticas e fundou o unitário "Agrupamento das Forças Democráticas do Haiti" que tenta mobilizar o povo para o inevitável derrube da ditadura.



república do haiti

Governo: Jean Claude Duvalier herdou do seu pai "Papa Doc" o título de presidente vitalício. **Capital:** Port-au-Prince (473 000 habitantes). **Superfície:** 27 750 km². **População:** 4 732 000 habitantes. **Moeda:** gourde. **Idioma:** francês, mas 90 por cento da população fala o "créole". **Festa Nacional:** 1 de Janeiro (Independência, 1804). **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 162 dólares anuais. **Educação:** 390 mil estudantes em todos os níveis em 1973/74; analfabetismo: 75 por cento. **Saúde:** um médico para cada 9 mil habitantes.

O Haiti é membro pleno da ONU e da OEA.

as vozes da áfrica
revolucionária

N.º 431 — 7 JAN. 79 — 15\$00

Tempo

cadernos da
Tem
m
Rua d
GEP 20

Loja - RJ
242-1957

cultura
é questão central
da revolução

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Moçambique

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

